

Olho D'água



Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras
da UNESP/ São José do Rio Preto

RISCOS DAS FRONTEIRAS: DIÁLOGOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

v. 4 n.2 Julho/Dezembro 2012
ISSN: 2177-3807

unesp 

OLHO D'ÁGUA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras
da UNESP/ São José do Rio Preto

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor

Herman J. Cornelius Voorwald

Vice-Reitor

Julio Cezar Durigan

Pró-Reitor de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Diretor do IBILCE

José Roberto Ruggiero

Vice-Diretora do IBILCE

Maria Tercília Vilela de Azeredo Oliveira

Coordenadora do PPGLetras

Giséle Manganelli Fernandes

Vice-Coordenadora do PPGLetras

Susanna Busato

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "Júlio de Mesquita Filho"

OLHO D'ÁGUA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras
da UNESP/ São José do Rio Preto

ISSN: 2177-3807

Olho d'água	São José do Rio Preto	v. 4	n. 2	p. 1- 115	jul./dez. 2012
-------------	-----------------------	------	------	-----------	----------------

OLHO D'ÁGUA – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UNESP/ São José do Rio Preto

Editor-chefe

Arnaldo Franco Junior

Editor-Assistente

Wanderlan da Silva Alves

Editoria

Arnaldo Franco Junior e Giséle Manganeli Fernandes

Comissão Editorial/ Editorial Board

Arnaldo Franco Junior
Giséle Manganeli Fernandes

Conselho Consultivo/ Advisory Comitee

Alvaro Luiz Hattner (UNESP)	Marcos Antonio Siscar (UNICAMP)
André Luís Gomes (UnB)	Maria Celeste T. Ramos (UNESP)
Angélica Soares (UFRJ)	Marisa Corrêa Silva (UEM)
António Manuel Ferreira (Univ. Aveiro)	Marli Tereza Furtado (UFPA)
Aparecida Maria Nunes (UNINCOR)	Milena Cláudia Magalhães S. Guidio (UNIR)
Cássio da Silva Araújo Tavares (UFPA)	Mirian Hisae Y. Zappone (UEM)
Claudia Maria C. Nigro (UNESP)	Nádia Battella Gotlib (USP)
Diana Luz Pessoa de Barros (USP/ Mackenzie)	Ria Lemaire (Univ. de Poitiers)
Fabio Akcelrud Durão (UNICAMP)	Robert J. Oakley (Univ. Birmingham)
Giséle M. Fernandes (UNESP)	Rosani U. Ketzner Umbach (UFMS)
Jaime Ginzburg (USP)	Sandra G. T. Vasconcelos (USP)
João Azenha (USP)	Sérgio Vicente Motta (UNESP)
José Luiz Fiorin (USP)	Sônia H. de O. R. Piteri (UNESP)
Lúcia Osana Zolim (UEM)	Susana Souto Silva (UFAL)
Luciene Almeida de Azevedo (UFBA)	Susanna Busato (UNESP)
Luzia A. Oliva dos Santos (UNEMAT)	Thomas B. Byers (Univ. Louisville)
Manuel F. Medina (Univ. Louisville)	Thomas Bonnici (UEM)

Correspondência e artigos devem ser encaminhados a:

Correspondence and articles should be adressed to:

Revista Olho d'água
IBILCE - UNESP/ São José do Rio Preto
Rua Cristóvão Colombo, 2265
15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil
E-mail: revistaolhodagua@yahoo.com.br – (www.olhodagua.ibilce.unesp.br)

Editoração

Arnaldo Franco Junior

Comissão de Revisão de Língua Portuguesa

Arnaldo Franco Junior

André Luiz Gomes de Jesus

Comissão de Tradução/Revisão de Abstracts

Fernando Poiana
Juliana Silva Dias
Marcela de Araújo Pinto

Milena Mulatti Magri
Wanderlan da Silva Alves

Editoração e Diagramação Profissional

W3midia - Comunicação na internet. <<http://www.w3midia.com.br/>>

Revista Olho d'água / Universidade Estadual Paulista – São José do Rio Preto,
UNESP, 2012

Semestral

ISSN 2177-3807
1. Literatura

SUMÁRIO / CONTENTS

APRESENTAÇÃO

- Riscos das fronteiras: diálogos literários e culturais
Borderlines, Risks of Frontiers: Literary and Cultural Dialogues
Arnaldo Franco Junior; Giséle Manganelli Fernandes 08

ARTIGOS / CONTRIBUTIONS

- Fronteiras e territórios de litígio na literatura moderna
Frontiers and Territories of Dispute in Modern Literature
Antonio Manoel dos Santos Silva 11
- Fronteiras (múltiplas), Identidades (plurais), Comunitarismos (culturais) –
Travessias
(Multiple) Borders, (Plural) Identities, (Cultural) Communitarianisms - Crossings
Benjamin Abdala Junior 30
- Walter Benjamin: limiar, fronteira e método
Walter Benjamin: Threshold, the Border and Method
João Barrento..... 41
- Las fronteras globales imaginadas en *Sleep Dealer* de Alex Rivera
Imagined National Borders in Alex Rivera's Sleep Dealer
Manuel F. Medina 52
- The African Diáspora: Brazil and the United States
A diáspora africana: Brasil e Estados Unidos
James Blaine Hudson 62
- José Lins do Rego e as fronteiras da amizade: *Doidinho*
José Lins do Rego and the Boundaries of Friendship: Doidinho
César Braga-Pinto 75
- Borderlands Travel Writing: Helen Maria Williams, Mary Shelley, and Political
Conflict in France
Literatura de viagem na fronteira: Helen Maria Williams, Mary Shelley, e conflito político na França
Staci Stone 86
- Fábula moral e invenção narrativa na obra de Ítalo Calvino
Moral Fable and Narrative Invention in the works of Italo Calvino
Brunello Natale De Cusatis 96
- Internacionalización del Postgrado: condiciones y desafíos
Internationalization of Graduate Studies: Challenges and Conditions
Victor Cruz Cardona 104

ÍNDICE DE ASSUNTOS	109
SUBJECT INDEX	110
ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX	111
NORMAS DE PUBLICAÇÃO	112
POLICY FOR SUBMITTING PAPERS	114

APRESENTAÇÃO

Riscos das fronteiras: diálogos literários e culturais

Quando pensamos no termo “fronteiras”, algumas das primeiras coisas que vêm à mente são as noções de divisão, distinção, limite e oposição. O termo e as noções que ele mobiliza suscitam, no mínimo, o reconhecimento de binarismos que dividem o mundo e a experiência do mundo em pólos diversos cujas identidades, comportamentos, valores, ideias, práticas e realizações se situam sob o signo da comparação contrastiva e, no limite, da afirmação de modos de ser e de viver radicalmente opostos. Sobre uma base comum – o ser humano – sistemas simbólicos e ordens socioculturais, econômicas e políticas atuam de modo a produzir uma proliferação quase infinita de liames distintivos, cortes que, por vezes paradoxalmente, unem ao separar, separam ao unir, identificam no diferenciar...

No singular ou no plural, o termo suscita dúvidas, paixões, críticas, denúncias, silenciamentos... seja na escala das relações pessoa-pessoa, seja na escala das relações indivíduo-sociedade ou, ainda, sociedade-sociedade. Isso, não apenas no espaço, mas também no tempo. O que o termo mais parece suscitar, entretanto, são questionamentos que se voltam para as polaridades que as fronteiras criam e mantêm, reforçando-as e desestabilizando-as num movimento simultâneo marcado pela perplexidade e, por vezes, pela indignação. É o que se observa, por exemplo, no poema “As fronteiras”, de Antonio Miranda¹, em que o eu-lírico passa da percepção à perquirição indignada diante de fronteiras materiais e simbólicas que se erigem como marca negativo-positiva que particulariza a experiência humana:

I

Fronteiras do fim do mundo
demarcando o ignoto
e o insondável:
inconcebível limite
— finis terrae.
Separando o mundo civilizado
das terras inomináveis
de bárbaros e monstros
das bestas e dos ciclopes
de línguas indecifráveis
quando não de gentes sem fala
e sem entendimento
de nômades desterrados
deformados de toda complexão
e de toda razão
sem história e sem porvir
daquelas gentes abandonadas
por Deus desde o êxodo dos êxodos. [...]

II

Que demarca dois povos
duas nações, duas pessoas?
Que linha divisória
os diferencia
e contrapõe?
E as nações sem territórios

¹ Disponível em <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_ilustrada/portugues/as_fronteras.pdf>. Acesso em 17/12/2012.

e os povos sem demarcações?
Qual a pertença telúrica
do cigano e do imigrante
do nordestino retirante
e do índio nômade
ou andante e arredio?
Qual a pátria dos prófugos
dos sem-pátria, exilados
desterrados no ostracismo
dos povos de rua
dos sem-terra
dos povos errantes
das tribos ambulantes
das comunidades alternativas
sem território
e dormitório fixo?
Debaixo da ponte, a que nação
corresponde?
Sobre a palafita insalubre
a que cidadania pertence? [...]

Só as andorinhas não obedecem
normas nem rotas prescritas
só as baleias não requerem
vistos nem vacinas
e as estrelas não percebem
por onde iluminam. (MIRANDA, 2004, s/p.).

Este número da **Revista Olho d'água** reúne textos apresentados no *I Congresso Internacional do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unesp/São José do Rio Preto (SP)*, realizado de 25 a 27 de outubro de 2011, que congregou docentes e discentes pesquisadores em torno do tema *Riscos da Fronteiras*. O evento propôs uma discussão entre a universidade e seu papel nas fronteiras, sua internacionalização e sua função de mediadora e questionadora das zonas culturais, visando fomentar o diálogo e problematizar as dimensões temporais e espaciais, ciente de que todo olhar para a literatura, a arte e a cultura corre (e percorre) riscos. Vamos à sua apresentação.

Em "Fronteiras e territórios de litígio na literatura moderna", Antonio Manoel dos Santos Silva aborda a labilidade do termo "fronteira", avaliando os problemas pertinentes à sua abrangência e à variabilidade de seus usos e, também, discutindo as diversas possibilidades de estudos que o termo suscita ou impulsiona no campo dos estudos literários e culturais. Em "Fronteiras (múltiplas), Identidades (plurais), Comunitarismos (culturais) – Travessias", Benjamin Abdala Junior aborda aspectos políticos das fronteiras, chamando a atenção para os riscos sutis de subordinação e, mesmo, neocolonialismo que se inscrevem, sob a globalização do capitalismo, no campo das relações e dos estudos literários e culturais, que, em países considerados periféricos, precisam estar atentos para os perigos da preservação da assimetria dos fluxos culturais vinculados à administração da diferença afeita ao eurocentrismo. Já João Barrento, em "Walter Benjamin: limiar, fronteira e método" baseia-se na distinção benjaminiana entre limiar e fronteira para identificar, na obra do filósofo da Escola de Frankfurt, um *método* calcado no trabalho em zonas-limite de risco nas quais se amalgamam pensamento, escrita, hermenêutica e crítica para produzir gêneros e formas híbridos e, também, uma *crítica filosófica* pautada na análise filológica e histórica. Além disso, aborda, também, a própria trajetória do filósofo, marcada tragicamente pela fronteira que a ele se fechou quando de sua tentativa de sobreviver às ameaças do nazifascismo.

Em “Las fronteras globales imaginadas en *Sleep Dealer* de Alex Rivera”, Manuel F. Medina, analisa o ainda inédito, entre nós, filme que se vale do gênero ficção científica para discutir relações de poder e condições de vida de trabalhadores imigrantes nos Estados Unidos da América, problematizando-as ao explorar as relações entre desenvolvimento tecnológico, fronteiras e segregacionismo sob a globalização econômica. James Blaine Hudson compara a diáspora africana no Brasil e nos Estados Unidos da América e seu legado aos dois países em “The African Diaspora: Brazil and the United States”. Para tanto, aborda as variáveis que, em cada colônia/país, particularizaram seus respectivos processos escravagistas, criando realidades distintas marcadas pela complexidade, que, entretanto, também apresenta aspectos em comum. Em “José Lins do Rego e as fronteiras da amizade: *Doidinho*”, César Braga-Pinto analisa as ambiguidades que a noção de amizade ocupa no imaginário e no pensamento brasileiros do início do séc. XX, tomando como objeto de estudo e exemplificação *Doidinho*, romance que atesta uma crise da amizade concebida segundo modelos idealizados de sociabilidade de matriz europeia e registra, na representação de uma sociedade masculina e inter-racial, a emergência de tensões e contradições manifestas em formas ambivalentes de desejo e pânico, revelando conflitos que implicam culpa, melancolia, medo de contato e de degeneração de valores psicológicos e sociais. Em “Borderlands Travel Writing: Helen Maria Williams, Mary Shelley, and Political Conflict in France”, Staci Stone analisa cartas e escritos de viagem de Helen Maria Williams e Mary Shelley, inglesas que ultrapassaram, na escrita, os limites fixados às mulheres de sua época, abordando questões políticas candentes como a Revolução Francesa e o reinado de Napoleão.

Em “Fábula moral e invenção narrativa na obra de Ítalo Calvino”, Brunello Natale De Cusatis aborda o experimentalismo e a procura de novos horizontes linguísticos e temáticos situados para-além dos limites do neorealismo na obra do escritor italiano, que se vale do fabuloso para criar obras críticas em que se articulam, sem dogmatismos, a livre invenção, a atitude moral e a abordagem crítica da racionalidade. Por fim, Victor Cruz Cardona analisa, sinteticamente, os pressupostos, condições e desafios do processo de internacionalização de cursos de pós-graduação no contexto da chamada sociedade do conhecimento, abordando particularmente o âmbito latinoamericano, que, agora, se defronta mais agudamente com essa necessidade.

Registre-se, por fim, que este número da **revista Olho d'água** é dedicado à memória do Prof. Dr. James Blaine Hudson, da Universidade de Louisville, cujo trabalho sempre se marcou pela problematização da noção de fronteira, legando um contribuição que merece ser divulgada e conhecida.

Registre-se, também, o nosso agradecimento a todos os que, com seu auxílio, tornaram possível a produção deste número da revista.

Giséle Manganelli Fernandes e Arnaldo Franco Junior
UNESP – São José do Rio Preto

FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS DE LITÍGIO NA LITERATURA MODERNA

Antonio Manoel dos Santos Silva*

Resumo

Tomando como base o problema da labilidade conceitual do termo "fronteira" quando usado como instrumento de estudos da literatura, abordaremos dois aspectos relativos ao tema: 1) a abrangência do conceito, que torna frágil uma aplicação que seja ao mesmo tempo variável e coerente, de um lado, e de outro, consistente e produtiva em termos críticos; 2) a possibilidade de estudos de fronteiras literárias que levem em conta: a) a simbologia topológica e política que emana do termo original; b) os sentidos transpostos metaforicamente, dessa simbologia, para a análise e interpretação de textos de ficção e de poesia; c) os territórios de experimentação de linguagens em que as "fronteiras" parecem dissipar-se em zonas comuns de criação artística ou em zonas de litígio de expressão. O primeiro aspecto permite buscar a origem ou as origens (causas), provavelmente histórica(s) ou política(s), da introdução do termo no domínio da investigação sobre literatura e, conseqüentemente, permite refletir sobre a existência de outras nomenclaturas que, de modo mais específico, já cobrem o que uma linha de pesquisa das fronteiras pretende cobrir de maneira mais eficiente. Essas reflexões levam a discutir, sem resolver, dois assuntos: o do surgimento e ressurgimento sucessivo de terminologias literárias e o da sua legitimação teórica e crítica. O segundo aspecto faz minha atenção voltar-se: a) para as relações entre literaturas de fronteira de países fronteiriços, para os textos paradietais ou multilinguísticos ou multiculturais; b) para as relações instauradas entre literatura e as ciências, não só humanas como no caso da relação entre ficção e história, mas também as outras (como no caso da Física e da Matemática); c) para as relações que se estabelecem entre a literatura e as outras artes, a linguagem da literatura e outras linguagens, inclusive as que se depreendem do uso dos meios de comunicação de massa. Ilustraremos a nossa exposição com o comentário de alguns textos considerados "canônicos" e de alguns outros textos que se poderiam classificar como ... de fronteiras.

Palavras-chave

Estudos Culturais; Estudos Literários; Fronteiras; Literatura; Território.

Abstract

Given the conceptual problem that the lability of the term "borderline" creates when used in the study of literature, we aim to address two aspects related to this theme: 1) the scope of the concept, which renders fragile any application that is variable and consistent, on the one side, whilst critically consistent and productive on the other; 2) the possibility of border literary studies that consider: a) the topological and political symbolism emanating from the original term; b) the metaphorically transposed connotations of this symbology for the analysis and interpretation of fictional and poetical texts; c) the fields of experimentation with language in which the "borders" seem to dissipate into communal zones of artistic creation or areas of litigious expression. The first aspect permits the investigation of the origin or origins (causes), probably historical or political, of the introduction of the term in the realm of literary studies and leaves one to wonder whether a terminology capable to encapsulate the scope of the borderline studies more efficiently would not exist already. These reflections address two issues without settling them. The first is the emergence and resurgence of successive literary terminology and its validation and theoretical critique. The second draws our attention: a) to the relations between the borderline literature of neighboring countries, para-dialectical, multilingual and multicultural texts; b) to the relations between literature and the sciences, not only the humanities, as in the relationship between fiction and history, but also others such as it happens with physics and mathematics; c) to the relations between literature and the other arts, the literary language and other languages, including those from the means of mass communication. To illustrate this exposure we will review texts deemed "canonical" along with others that could be said to be... in the borderlines.

Keywords

Borderlines; Cultural Studies; Literary Studies; Literature; Territory.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da UNESP/São José do Rio Preto – São José do Rio Preto - SP. E-mail: amssan@terra.com.br.

Introdução

Apesar de não parecer, este texto constitui comentário de algumas frases tiradas do livro de Manuel Castells, *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* (1999). Suas palavras são o ponto de partida e de chegada para que eu possa expor algumas reflexões sobre o tema sugerido pelo título:

[Um novo mundo] originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a conseqüente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura está subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente (CASTELLS, 1999, p. 411).

Se for verdade que essa lógica – a da confluência de três processos que fazem surgir um mundo novo –, subjaz às ações e às instituições sociais, aí incluindo a literatura, e como nessa lógica uma das premissas é a interdependência, que implica o reconhecimento de fronteiras e a possibilidade de transpô-las, invadi-las, destruí-las e redesenhá-las, cabe-nos perguntar, inicialmente, que significado adquire o termo “fronteira” quando utilizado no domínio da literatura, ou melhor, naquela parte de seu território habitada pela crítica literária, entendida esta como leitura que analisa, discrimina, seleciona e julga segundo diferentes mediações. Vamos ao termo.

“Fronteira” possui múltiplos significados. Como todos sabemos, serve para definir geopoliticamente os limites entre países e, dentro desses limites, as regiões e, dentro destas, as microrregiões e, dentro destas, as localidades e, dentro destas, os espaços próprios de convivência e pertencimento conhecidos como comunidades. Geograficamente, o termo serve para definir, ou seja, colocar limites, a espaços físicos ocupados (ou não) por homens: assim, sua transposição denotativa para a caracterização de espaços culturais constitui decorrência, por assim dizer esperada, nos chamados estudos culturais; daí, fronteiras culturais e, no âmbito ideológico destas, fronteiras da literatura e, com inversão semântica, literaturas de fronteira. Daí, também, ser necessário reconhecer a existência de um impasse que está nessa origem e que assim foi formulado por Manuela Ribeiro Sanches (1999) em “Nas margens: os estudos culturais e o assalto às fronteiras acadêmicas e disciplinares”:

Escrever sobre uma área como a dos estudos culturais revela-se tarefa a um tempo infinita e paradoxal. Infinita, na medida em que as abordagens que assim se auto-designam decorrem de inúmeras aproximações, de proveniência e orientação extremamente diferenciadas, desde o marxismo, com recurso às reflexões menos ortodoxas de Althusser e Gramsci à semiótica, na sequência da revolução estruturalista, ao seu questionamento pelo pós-estruturalismo, com particular destaque para as obras de Michel Foucault e de Jacques Derrida, não esquecendo o contributo da etnografia. Paradoxal, na medida em que aquilo que os estudos culturais se recusam até certo ponto a fazer é delimitar as suas fronteiras metodológicas, departamentais, acadêmicas ou nacionais (SANCHES, 1999, p. 193).

Se a inteligente e respeitável Manuela escreve isso, só me resta, acatando suas observações, começar pela designação “fronteira”, a qual sofre as mesmas vicissitudes de outras designações. Esse procedimento, se não ajuda a resolver o

impasse, pelos menos nos permite conhecer algumas de suas explicações. Quero dizer que o termo, conforme o processo de deslocamento conhecido como metáfora, transitou da Geografia Humana para os estudos da literatura, transformando-se num símbolo polissêmico. Como todos os símbolos polissêmicos, tem sido usado, de uns tempos para cá, de modo excessivo, às vezes insólito, para designar muitas realidades diferentes. Os que trabalham em Programas de Pós-Graduação em Letras têm verificado sua ocorrência em várias situações, principalmente naquelas que referem a desconstrução e a ruptura: fronteiras do gênero, fronteiras do romance, fronteiras do lírico, fronteiras do soneto, fronteiras do verbal, fronteiras da escrita, fronteiras do estilo, fronteiras da linguagem oficial e assim por diante. Em todo caso, como demonstram as múltiplas chamadas para publicação em revistas acadêmicas, o termo “fronteira” busca legitimar-se no mundo das reflexões críticas e a tal ponto que começa a esgarçar-se, correndo o risco de volatilizar-se. Por servir para muitos significados, aproxima-se da fronteira de nada significar.

Não é de se estranhar que o termo tenha se deslocado do discurso da Geografia para o da literatura e que nesta tenha assumido muitas possibilidades referenciais. Não custa aceitar que poderemos, no futuro, nos esquecer de sua aplicação original, a qual, aliás, já constitui um significado segundo. Não há que se estranhar essa derivação semântica, porque nomenclaturas legitimadas hoje como elementos do estoque literário foram extraídas de outros discursos.

Fronteiras transpostas: metáfora, *ékphrasis*, *diegese*

A “metáfora”, por exemplo, significava “transportar alguma coisa de um lugar para outro”; hoje, uma figura básica da poesia, por assim dizer sua síntese mais compreensível, também se tornou conceitualmente lábil e tão lábil que há dicionários inteiros – e até livros, como o de Michel Le Guern (1973), – dedicados a esclarecer seu verdadeiro sentido, enquanto tropo. Apesar disso, trata-se de termo legitimado, com sua fronteira figurativa bem traçada.

Tomemos outro termo: *ékphrasis*. Este, da retórica grega, originário da primeira sofística (séculos IV e V a. C.) e que perdurou na segunda sofística. Designava uma descrição viva, um retrato realista das personagens e das coisas, como se o autor pretendesse que o ouvinte as palpasse com as mãos, as visse com os olhos. A *ékphrasis*, procedimento discursivo voltado para a função suasória, incidia sobre a natureza física (o mundo mineral, o vegetal, o animal e espaços respectivos), sobre os aspectos visíveis das obras de arte (pinturas, esculturas, arquiteturas) e sobre as aparências físicas das pessoas, inclusive naqueles aspectos que propiciassem a percepção das reações psicológicas, como podemos ler nos tratados de Retórica de Fontanier (1977) e de Lausberg (1966).

Usado pelos teóricos da oratória sofística até o século IV d.C., sua legitimidade como descritor de um procedimento discursivo só perdeu força graças à atuação de Santo Agostinho, o qual percebeu com clareza que a *ékphrasis* havia se transformado numa espécie de entidade autônoma, sem vínculo com a persuasão doutrinária, pois dava às palavras um valor em si, semelhantemente a muitos textos hoje que se representam a si mesmos, se enrolam sobre si mesmos e criam a chamada densidade “poética” resistente à comunicação. Santo Agostinho, como Lukács tentou propor séculos depois para a narrativa literária, passou a se exigir, como pregador cristão, que houvesse uma motivação entre o mostrar e o assunto dos sermões, entre o mostrar e o argumentar e sua finalidade persuasiva. Pode-se afirmar que o *De Doctrina*

Christiana (1962)¹ do pensador cristão fez com que o termo *ékphrasis* da arte retórica perdesse sua legitimação enquanto descritor teórico. Agostinho, com sua teoria e sua prática, de certo modo matou e enterrou a *ékphrasis* como denominação de um procedimento discursivo.

O termo desapareceu, mas a coisa por ele designada não. Que tenha desaparecido ou ocupado os cantinhos da ciência retórica antiga, são testemunhas os dicionários de termos literários publicados até pouco tempo e o próprio livro de Lausberg. Que a coisa designada não tenha desaparecido, lembremos, para comprová-lo, que, no começo do século XIX a desaparecida *ékphrasis*, que suportava antigamente cinco procedimentos, também descritivos, que ela sozinha referia durante a retórica sofisticada, já estava substituída, conforme se lê em Fontanier (1977), por cinco denominações diferentes: "topografia", "cronografia", "prosopografia", "etopeia" e "retrato".² Isto quer dizer que se, dentro do vasto país da literatura, tivéssemos, na região da retórica, um pequeno território da *ékphrasis*, que faria fronteira com os territórios da narração, da argumentação e do diálogo, ela abrigaria cinco micro-regiões, duas delas com fronteiras interseccionadas.

Entretanto, recentemente a *ékphrasis* ressuscitou e tenta, hoje, legitimar-se outra vez, mas com um significado bem restrito: o da descrição que tem por objeto as qualidades sensíveis perceptíveis por meio da contemplação das obras de arte visuais, especificamente, das obras pictóricas e escultóricas.

Consequentemente, nos dias atuais, as fronteiras da *ékphrasis* fazem-na uma espécie de Andorra ou de Principado de Mônaco, com relativa independência dos demais procedimentos descritivos, mas dependente do território das artes visuais. Talvez se legitime dentro do sistema das figuras do discurso, como se legitimaram, já lexicalizados, muitos dos tropos que hoje manipulamos com desenvoltura e sem sobressaltos.

Finalmente, e para nos ajudar na compreensão do alcance semântico de "fronteira", vejamos a denominação "diegese", consagrada hoje como legítima nos estudos de narratologia. Encontramos esse termo, no domínio da Filosofia, em Platão e Aristóteles, na acepção de narrativa e como oposição a mimese. Deixou de ser utilizada ainda na época helenística, mas reapareceu em 1951, em artigo de Etienne Souriau sobre a linguagem cinematográfica, "A estrutura no universo filmico".

Souriau ressuscitou o termo para aplicá-lo ao universo representado em filmes, não em quaisquer filmes, mas naqueles que são produtos da arte cinematográfica. Desencavou-o, pois, do jardim da reflexão filosófica sobre os fatos e sua explicitação verbal e plantou-o no canteiro da reflexão estética sobre o cinema. Escreveu Souriau que os fatos da "diegese" são aqueles próprios da história representada na narrativa filmica, os componentes da existência projetiva ou reica, conforme explica em *A correspondência das artes* (1983); com outras palavras, conforme elucida Jacques Aumont (1994), a "diegese" está constituída por tudo aquilo que supostamente acontece segundo a ficção apresentada pelo filme, tudo, enfim, que a ficção implicaria se fosse supostamente verdadeira.

Não demorou muito para que Christian Metz (1972) ampliasse a definição e passasse a conceber a "diegese" como sendo a instância representada no filme,

¹ Para acesso ao texto em português, consultar: AGOSTINHO. *A doutrina cristã*. Trad. Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.

² Fontanier aborda essas denominações na parte final de seu livro, dedicada ao estudo das figuras do discurso distintas dos tropos, incluindo-as entre as figuras de pensamento por desenvolvimento. Cf. FONTANIER, 1977, p. 422-428.

a saber, o conjunto da denotação fílmica, portanto, a própria narrativa com todos os seus componentes e circunstâncias, o tempo e o espaço implicados na narrativa e por meio dela, junto com as personagens, as paisagens, os locais de ambientação, em resumo, todo o pseudo-mundo construído pelo espectador por meio do filme.

Se Christian Metz dá maior amplitude ao significado de “diegese” (na realidade, apenas mostra até que ponto se pode aplicar o conceito de Etienne Souriau), Gerard Genette (1980) o restringe. Para este a diegese diz respeito à narrativa e aos processos de narrar. Embora estabeleça as fronteiras entre “narrativa” e “mimese”, reconhece as zonas de interseção e sobreposição, o que implica afirmar que aí também as fronteiras imbricam uma com a outra de modo tal que instituem territórios de litígio ou de convivência pacífica.

Parecerá, talvez, a alguns que fujo ao tema ao tratar de nomenclaturas. Pelo contrário, apenas tento mostrar, desde o início, que a palavra “fronteira” busca legitimar-se como operador reflexivo sobre os textos literários, tal como se pôde observar com os termos “metáfora”, “*ékphrasis*” e “diegese”. “Metáfora” passou uma fronteira denominativa: referia um movimento físico e passou a referir uma figura básica do discurso poético, lexicalizando-se como um tropo, como designação de um fenômeno da promoção anafórica realizada pela arte da poesia. Indo ao seu território de origem, descobrimos que a metáfora foi metáfora de si mesma. Por seu lado, e fazendo fronteira com os discursos argumentativo ou lógico, com o discurso dialógico ou dramático e com o discurso narrativo ou mimético, o procedimento descritivo conhecido como *ékphrasis*, que originalmente tinha sido um operador retórico amplo, ressuscitou, recentemente, com seu território reduzido, ou seja: saiu das fronteiras do campo santo da retórica antiga e reviveu mirrada ou ainda fantasma, fazendo fronteira com a “topografia”, a “etopeia”, a “crononografia” e outros modos de “prosopografia”, apenas mais esnobe ou elitista, pois só conversa, por enquanto, com as nobres artes da fenomenologia visual. Por fim, a “diegese”, que antigamente foi uma categoria de pensamento própria da filosofia, fazendo fronteira com a mimese, o *mythos* e o *logos* histórico, ressuscitou em 1951, para fazer parte do conjunto de operadores analítico-críticos da narratologia. A seu modo, também passou uma fronteira: da filosofia para o discurso sobre as artes de representação narrativa, e fica brincando de pular a cerca – quer dizer, “fronteira” –, que separa, sem arames farpados, o cinema e a literatura de ficção narrativa.

Podemos afirmar, portanto, que esses três termos estão, em maior ou menor grau, legitimados: um como tropo, outro como procedimento discursivo, outro como configuração mental da ação verbalizada. Chegamos então à pergunta: a denominação “fronteira” vai-se legitimar? Para a legitimação crítica de uma obra, de um autor, de uma corrente, concorrem muitos fatores: o seu surgimento (nascimento e visibilidade), sua identificação (identidade e nomeação), seu desenvolvimento (repetição e acumulação progressiva no tempo) e sua aprovação (aceitação e canonização).

Crise da Universidade e Estudos Culturais

O termo “fronteira”, aplicado hoje tanto às formas de conhecimento (fronteiras das ciências e seus campos específicos) quanto às artes (incluindo a literatura), refere realidades mentais já sabidas por meio de outras designações,

algumas metafóricas: “código”, “regras”, “normas”, “convenção”, “trincheira”, “vanguardas”, “divisor”, etc. No seu campo de atrações semânticas agem dois pares de ideias sugestivas, opostas e, simultaneamente, complementares: o par “interdição/liberdade” e o par “identidade/diferença”.

A partir da década de 1970, essa designação ou, mais do que esta, seu conceito começou a se tornar mais e mais presente nos meios acadêmicos graças aos denominados “estudos culturais”, expressão esta que antes referia quaisquer estudos sobre cultura e seus resultados e que, a partir de então, começa a delinear trabalhos especulativos que tentam dar conta dos fenômenos decorrentes dos três processos apontados no início deste texto: crise econômica do capitalismo e do estatismo com sua consequente reestruturação, tecnologias da informação e movimentos socioculturais.

Tais estudos, de resto resistentes à delimitação de suas fronteiras e implicando diversidades metodológicas e teóricas às vezes incompatíveis, caracterizam-se como resposta e, também, como resistência do pensamento às grandes crises que movem a sociedade humana desde que esta se viu empurrada, sem retorno, pelo desenvolvimento regulado pela economia de mercado que aprofunda as assimetrias sociais, ilusoriamente desaparecidas com a sociedade em rede. Como todos sabem ou sentem, esse tipo de regulação transforma as ciências e as artes em valor econômico, orientando aquelas para as aplicações tecnológicas e para a criação de produtos lucrativos, e estas para os espetáculos comercializados e venais. Os estudos culturais constituem, em síntese, respostas do pensamento à modernização reflexa nas artes e na literatura, nos costumes e no trabalho cultural das comunidades (danças, músicas, bordados, esculturas e indústrias de uso) e, inclusive, aquela parte da cultura que se faz por consumo ou que se traduz em valores de vivência e de convivência (esportes, formas de lazer, vestimenta, culinária, utensílios domésticos, música popular de criação individual ou coletiva).

Nesse contexto, os estudos denominados culturais se obrigam ou se exigem tratar das fronteiras seja para arbitrá-las em termos de identidade ou diferença, seja para reconhecer as intersecções e sobreposições (hibridismos), seja para mostrar as transgressões, as superações, as apropriações e as expropriações, seja para definir as diversidades de manifestação e os lugares de cada uma delas. Lugares humanos, bem entendido, conforme o proposto por Milton Santos em *Pensando o espaço do homem* (1982).

Que perguntas se fazem os estudos de fronteiras culturais no domínio da literatura? Pelo que me foi dado perceber, são perguntas, por certo críticas, sobre hegemonia, sobre legitimidade e sobre a própria instituição literária. Por exemplo: que literatura é hegemônica e até que ponto pode ser hegemônica em termos de tempo e de espaço? Que traços definem essa hegemonia? Que literatura é legitimamente literatura: a erudita, consagrada pela tradição letrada e pelas propostas de avanço inventivo, ou também, e, diferencialmente, a literatura rude, popular e oral, ou ainda a literatura de carregação? Como se preserva ou se salva hoje a literatura diante dos novos suportes ou diante das artes que lhe são fronteiras, e que dela se apropriam como as histórias em quadrinhos, os filmes, as minisséries?

Entretanto, o tema e os problemas de fronteiras da literatura sob a perspectiva cultural, embora visíveis a partir do último quarto do século XX, já eram correntes bem antes. O que aconteceu para seu incremento foi o fato de que a Academia começou a discutir o seu próprio papel e as suas crises graças à percepção de um mundo novo cuja complexidade parecia escapar-lhe das mãos ou, com outras palavras, cuja complexidade atestava a impotência do intelecto

em seu esforço para compreendê-la e explicá-la. Ao observar-se, analisar-se e tentar explicar-se, a Universidade, como *locus* da Cultura, descobre suas crises de hegemonia, de legitimidade e de institucionalidade, conforme sugere Boaventura de Sousa Santos (1994).³ Se não, vejamos.

Até por volta de 1970, a Universidade se via e era vista como templo do saber ou, mais profanamente, como o lugar privilegiado do conhecimento, tanto no sentido de que este ali se produz, quanto no sentido de que ali se mantém sob o crivo crítico e assim se pode difundir e avançar. Assim, são verdadeiros e exemplares os conhecimentos produzidos, mantidos e reconhecidos pela Universidade. Esta chancela de poder começou a ser posta em questão no último quarto do século XX, pois a exemplaridade do conhecimento não se considera mais como algo exclusivo ou único ou necessário. Essa profanação, ou melhor, essa contestação repercute no interior das universidades (e na relação destas com o exterior) por meio do conflito entre a alta cultura e a cultura popular, e entre ambas e a cultura de massas. Repercute igualmente em outros conflitos, por exemplo, entre instrução e formação, adestramento e educação. Faz-se sentir também na oposição entre teoria e prática, fato que no Brasil se agrava graças ao problema cultural do preconceito relativo ao trabalho manual e a tudo que com ele se relacione. A mesma tensão entre exemplaridade e funcionalidade se nota no tratamento diferente dado à pesquisa básica e à pesquisa aplicada: para aquela se contabilizam custos, para estas, benefícios e recursos. Por último, a exemplaridade e a funcionalidade balizam as opções por atendimento às demandas da sociedade: demandas verdadeiramente sociais, tanto físicas quanto espirituais, e demandas de mercado, cujo fundamento é o lucro.

Ao lado dessa crise de hegemonia do conhecimento (ou da cultura) que ela produz ou legitima, a Universidade passou a sentir (e por certo a pensar) a crise de legitimidade. Essa crise se nota quando nos indagamos sobre a missão fundamental da Universidade. A resposta unânime é que a universidade deve formar seres humanos, o que, em outras palavras, significa que a universidade tem como finalidade promover a cultura (formar gente) e preservá-la (manter e difundir os produtos resultantes da formação) em sua inteireza. “Mas as universidades têm cumprido esse compromisso?”, se pergunta ou pesquisador de Estudos Culturais. E não há quem, em sã e honesta consciência, consiga apagar a dúvida por meio de uma afirmação positiva. A tensão que gera a crise de legitimidade se comprova facilmente quando nos deparamos com a exclusão de grande parte da coletividade ou, o que significa dizer o mesmo, na incorporação muito limitada de grupos marginalizados e nas estratégias de acesso ao ensino superior. Esta segunda crise se manifesta também (e custa-me dizê-lo) nas hierarquizações e classificações (*rankings*) de universidades, institutos, faculdades e cursos, bem como em todas as tentativas de transformar o sistema universitário num aglomerado de centros dedicados: aqui universidades de pesquisa, ali universidades de ensino, acolá de extensão e de serviços. Desconfio que os padrões de internacionalização fazem parte dessa crise principalmente em países periféricos ou semi-periféricos.

Por fim, ao especular sobre si mesmas, as universidades perceberam que a crise da institucionalidade, que os cientistas da cultura caracterizam e desenham como uma tensão entre autonomia e produtividade social, se manifesta na

³ Uma primeira versão desse texto foi publicada, em 1989, na Revista Crítica de Ciências Sociais do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e está disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_ideia_de_universidade_RCCS27-28.PDF>. O texto integra o livro *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, publicado no Brasil pela editora Cortez em 1995.

dificuldade de identificá-la, ou seja, de descobrir sua identidade e, com isso, sua natureza: é social?, é funcional?, é gerencial? Se é social, como se comporta diante das demandas da sociedade regulada pelo Mercado e diante de um Estado que a financia, mas se subordina às exigências do próprio Mercado? Tem-se, desse modo, a impressão de que a universidade não produz, de que se isola das comunidades e não atende, por incompetência ou elitismo, às exigências dessa mesma sociedade.

Os estudos que têm como objeto a cultura e as fronteiras das culturas, homologam essas três crises da Academia, que, de certo modo, explicam o surgimento deles, estudos, enquanto ocupação dos pensadores universitários.

Fundamentalmente, esses estudos, mesmo quando animados pelo fervor contrário ao desenvolvimentismo centrado nas exigências do Mercado, permitem descobrir emergências não previstas nesse processo desenvolvimentista, emergências que dialeticamente contradizem a globalização e os princípios que a fundamentam, a começar da irracionalidade que marca os movimentos de especulação financeira internacional. Emerge uma sociedade civil global, ligada por meio de tecnologias comunicativas, que evoluem com base na informação compartilhada e que possibilitam a crescente consciência de que existem identidades diferenciadas e de culturas regionais e locais. Desse modo, vai-se verificando uma espécie de participação em rede que, em vez de anular o específico, chama atenção para este. Ao mesmo tempo pode-se perceber, com esses estudos, que hoje está se formando uma consciência coletiva – nem sempre crítica –, nova, mais ampla talvez, sobre a importância da natureza e das culturas nacionais e comunitárias.

Fronteira, literatura comparada e fronteiras literárias

Chegados a este ponto, podemos nos deter na palavra “fronteira”. Provavelmente por causa do prestígio que adquiriu, migrou da episteme antropológica, para outros aspectos da literatura, afora aqueles da existência projetiva e do hibridismo linguístico. Refiro-me aos outros usos do termo para designar as normas, as convenções de gêneros e de formas específicas, a demarcação de estilos de época, de movimentos e de correntes literárias, etc. Nesses casos “fronteira” concorre com outras metáforas de mesmo, semelhante ou contíguo campo semântico, a saber, “limite”, “balizas”, “cânones”, “modelos canônicos”, “modelos escriturais”, “condicionamentos”, “delimitações”.

Cumprido ressaltar que há estudos de fronteiras que talvez se enquadrassem melhor como uma face da “Literatura Comparada”, e outros, como aspectos das poéticas normativas. Mas essas denominações também não conseguem escapar da irradiação polissêmica. Veja-se, por exemplo, “Literatura Comparada” que também passou a valer para muitos procedimentos analíticos e explicativos que buscaram superar as ideias sobre influência, originalidade, imitação, plágio e binarismo, até que se encontraram outros termos com os quais se identificaria. Lembro-me de que, quando em 1983, a pedido de umas colegas interessadas na criação de uma Associação de Literatura Comparada, fui atrás dos presumíveis pesquisadores voltados para essa metodologia, um deles me alertou para o fato de que todos os pesquisadores de literatura voltados para o estudo de textos eram comparatistas, pois é impossível tratar de um texto literário sem que se compare com outros, o mesmo valendo para estilos e correntes. E se era assim, se todos eram comparatistas, não se precisava incrementar uma associação de tal porte. Um dia haveria tantos sócios nessa Sociedade que praticamente se

confundiriam com os professores e pesquisadores de Literatura, inclusive os alunos de Iniciação Científica.

Em suma, que significados se atribuem hoje a “fronteira literária” quando se estuda literatura? Restringe-se a um dos aspectos temáticos da Literatura Comparada ou seria outra denominação para antigas modalidades de estudo que se conheciam, conforme ensinavam os livros de Wellek e Warren (1971) e de David Daiches (1967), como demandas externas (Biografia e Literatura, História e Literatura, Psicologia e Literatura, Sociologia e Literatura, Filosofia e Literatura)? Sem mais delongas e interrogações, podemos aceitar provisoriamente três possibilidades de estudos sobre “fronteiras literárias”.

A primeira possibilidade leva em conta a simbologia topológica e política irradiada do termo original. Visualizo aqui aqueles estudos que se voltam para as literaturas de regiões culturais transnacionais, regiões que abrangem países separados por fronteiras político-geográficas mas cujas literaturas compartilham usos e costumes, temas e problemas, orientações estilísticas e de formas, permitindo-nos identificar até, por trás ou por baixo das diferenças linguísticas, uma certa comunidade constitutiva de expressão. É o que se pode verificar, por exemplo, com a literatura gauchesca, com certa literatura amazônica, e, segundo aprendi com a Profa. Gisèle Manganelli Fernandes, com a literatura chicana.

Tanto numa quanto noutra se verifica a transnacionalidade, mas também aquele pendor para buscar identidades. Na gauchesca, por exemplo, o que é fala estilizada e o que é criação popular, e, entre ambas, o que constitui confronto ou herança da cultura europeia? Na amazônica, que papel joga a questão política da sua internacionalização, ou a soberania nacional quanto à exploração científica, ou a mobilidade das fronteiras, ou, mais candente ainda, os confrontos pela posse das terras e preservação das culturas indígenas, ou finalmente, as resultantes dos fluxos migratórios? Será que, de fato, a relação entre homem e natureza define uma unidade para modos de ver a selva amazônica por peruanos (*La serpiente de oro*), colombianos (*La vorágine*), venezuelanos (*Canaima*) cubanos (*Los pasos perdidos*), portugueses (*A selva*) e brasileiros (*Galvez, Imperador do Acre; Mad Maria; Chove nos campos de Cachoeira e Marajó*)?⁴

Também enquadrado nessa primeira possibilidade os estudos de textos paradialetais ou multilinguísticos (necessariamente híbridos e multiculturais); por exemplo, mais recentemente, os escritos em “portunholinglish” por Caio Fernando Abreu (“a verdadeira □ estória de sally can dance (and the kids) □ história”, publicado em 1977 em *Pedras de Calcutá*) e os textos em portunhol selvagem escritos por Douglas Diegues (*Da gusto andar desnudo por estas selvas*, 2003; *El astronauta paraguayo*, 2007; *La camaleoa*, 2008) e por Wilson Bueno (*Mar paraguay*, 1992, e *Meu tio Roseno, a cavalo*, 2000 – sobre o qual há um pequeno e esclarecedor artigo de Norma Wimmer publicado em 2007), e mais no começo do modernismo, os textos de Juó Bananere (*La divina increnca*, 1915), de Antonio de Alcantara Machado (*Brás, Bexiga e Barrafunda*, 1927), e *Quer paticciaccio brutto de via Marulana* (1957), de Carlo Emilio Gadda. Ainda aqui, colocaria os textos que exprimem as experiências de fronteira, com suas linguagens próprias ou não, como se dá, conforme explicam os estudos feitos por

⁴ *La serpiente de oro*, romance de Ciro Alegria, foi publicado em 1935; *La Vorágine*, romance de José Eustasio Rivera, foi publicado em 1924; *Canaima*, romance de Rómulo Gallegos, foi publicado em 1935; *Los pasos perdidos* romance de Alejo Carpentier, foi publicado em 1953; *A selva*, romance de Ferreira de Castro, foi publicado em 1930; *Galvez, Imperador do Acre* e *Mad Maria*, romances de Márcio Souza, foram publicados, respectivamente, em 1976 e 1980; *Chove nos campos de Cachoeira* e *Marajó*, romances de Dalcídio Jurandir, foram publicados, respectivamente, em 1941 e 1947.

Nolasco, com os textos de Hélio Serejo e Silvino Jacques.⁵ Justificaria como estudos de fronteiras literárias os que abrangessem esses tipos de literatura, porque são contíguos às referências geopolíticas ou simplesmente geográficas e porque, dialeticamente, servem para negar as fronteiras definidas politicamente e para afirmar, também dialeticamente, os resultados de movimentos migratórios e de trabalho inter-regionais e internacionais.

A segunda possibilidade de estudos sobre fronteiras literárias diz respeito às relações que se podem estabelecer entre a literatura e as ciências. Percebo aqui, numa primeira vertente, além das aplicações das teorias e métodos provenientes de outras áreas de conhecimento, afins aos das artes e letras, aqueles estudos que, pressupondo a literariedade mas não insistindo sobre esta, se voltam para as referências ou conteúdos próprios seja das ciências humanas (História, Psicologia, Sociologia, Política, etc.), seja das ciências biológicas (Biologia, Zoologia, Botânica...), seja das ciências exatas (Física, Química, Matemática...) e as profissões respectivas. O estoque de textos que possibilitam os estudos nesta vertente é enorme: romances históricos, romances ou contos históricos, romances psicológicos, romances sociais ou regionais, etc., e todos os romances naturalistas que subordinam as narrativas aos determinismos biológicos; mas também as ditas narrativas dirigidas para crianças e jovens, vistas como instrumentos de ensino das ciências exatas ou biológicas ou como configuração dos aspectos éticos próprios das profissões resultantes.

Estas últimas são um pouco menosprezadas pela crítica das altas literaturas, porém eu ressaltaria uma que não se apresenta como literatura mas pode ser vista como romance histórico e, ao mesmo tempo, romance de um número, ou melhor, de um teorema: *The Fermat's last theorem (O último teorema de Fermat)*, de Norman Singh, publicado no Brasil em 2008.

Numa segunda vertente situaria os estudos sobre textos literários em que a literariedade tenta incorporar as linguagens e os métodos das ciências ou, com outras palavras, em que as potências poéticas da linguagem científica parecem tornar-se ato criador literário. Para compreender essa vertente, penso em três variantes: a da experimentação naturalista, a de uma proposta concretista e a de um romance experimental. Affonso Romano de Sant'Anna (1973) já mostrou, com boa dose de imaginação crítica, de que forma as leis da termodinâmica e da biologia concorrem na criação de *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Raquel Lima Silva (2010), em dissertação de mestrado⁶ sobre *O Mulato, O Homem, Casa de Pensão e O Cortiço*, mostra os procedimentos experimentais do método científico aplicados, dentro de certos limites, por esse escritor, na configuração de doenças fisiológicas e de doenças psicopatológicas das personagens.

A proposta concretista acena para uma possível poesia matemática e foi formulada da seguinte maneira por Haroldo de Campos, em 23 de junho de 1957, no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil:

A poesia concreta caminha para a rejeição da estrutura orgânica em prol de uma estrutura matemática (ou quase-matemática). I. é: em vez do poema de tipo palavra-puxa-palavra, onde a estrutura resulta da interação das palavras ou fragmentos de palavras produzidas no campo espacial, implicando, cada palavra nova, uma como que opção da estrutura (intervenção mais acentuada do acaso e da disponibilidade intuicional), uma estrutura matemática, planejada anteriormente à palavra. [...] A passagem da fenomenologia da composição à matemática da composição coincide com uma outra passagem:

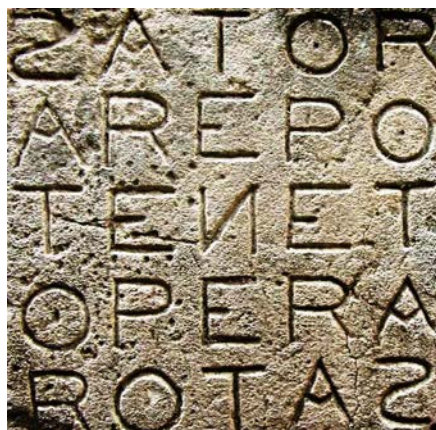
⁵ A título de exemplo, veja-se: "Viventes dos pantanais e cerrados" (2010); "No Pantanal da Nhecolândia: Outras conversas" (2008); "Silvino Jacques: literatura entre fronteiras reais e imaginadas" (2010).

⁶ Ver: "Transformações urbanas e psicopatologia na ficção naturalista de Aluísio Azevedo". Disponível em <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brp/33004153015P2/2010/silva_rl_me_sjrp.pdf>.

a do orgânico-fisiognômico para o geométrico-isomórfico (CAMPOS, 2006, p. 133-134).

Confesso que não me é fácil discernir nesse brilhante emaranhado conceitual a clareza própria da matemática, mas alguns poemas concretos exemplificam à sua maneira esse programa poético. Por exemplo: "Cartilha", "Epitáfio para um banqueiro", "O suicida ou Descartes às avessas", de José Paulo Paes; "2 poemas", de Osmar Dillon; "Hiroshima mon amour", "acaso", "evento" e "olho por olho", de Augusto de Campos, os poemas com chaves léxicas (de Décio Pignatari, de Luis Ângelo Pinto e de Ronaldo Azeredo); "dois poemas", de José Lino Grunewald; . E "materesmofo", de Paulo Leminski.

Na prosa de ficção narrativa talvez o melhor exemplo de suporte geométrico para a constituição do texto seja *Avalovara* (1973), de Osman Lins, que conjuga a espiral e um quadrado, aquela inscrita sobre este, por sua vez dividido em 25 quadrados, cada um dos quais ocupado por uma letra de um poema "místico" em latim; SATOR AREPO TENET OPERA ROTAS. Trata-se de uma frase inventada por um escravo frígio de Pompéia. A frase, com essas cinco palavras, cada qual com cinco letras, pode ser lida da esquerda para a direita, da direita para a esquerda, de cima para baixo, de baixo para cima, de modo que nos vinte e cinco quadrados que formam o quadrado maior, onde se inscreve a espiral, se divisam oito letras que se repetem, menos a letra N, que constitui o núcleo final para o qual, infalivelmente, a espiral se orienta. Observe-se:



Quadrado Sator encontrado em Oppède

Essa composição geométrica permite a Osman Lins elaborar um texto que projeta o uno do movimento e o múltiplo dos oito temas correspondentes às oito letras.

Se tal forma de composição nos lembra a geometria clássica, outro romance da mesma época parece espelhar a geometria dos fractais, mas não ousarei afirmar isso a respeito de *Zero* (1979), de Ignácio de Loyola Brandão, pois a teoria dos fractais só surge dez anos depois do romance, que referiremos mais adiante, ao falarmos da terceira possibilidade de estudos de fronteiras literárias.

A terceira possibilidade é aquela que se nota nos estudos sobre as relações analógicas e homológicas entre literatura e outras formas semióticas. Aqui também descortino duas vertentes: a dos estudos das relações entre literatura e outras artes (comparatismo artístico) e a dos estudos das relações entre literatura e as linguagens de comunicação de massa ou midiática. A linha do comparatismo artístico desenvolve-se hoje, pelo menos no Brasil, não como pesquisa sobre fronteiras da literatura, mas, sim, como de literatura comparada, comparada com outras artes, bem entendido.

Esse comparatismo artístico, em que um dos componentes da comparação é o texto literário, toma, nos estudos recentes, pelo menos três direções: uma que tem como objeto as transcódificações de uma obra de arte (geralmente a literatura) por outra (geralmente o cinema) ou o contrário; uma segunda que tem como objeto as analogias miméticas (geralmente os textos *ekfrásticos* de literatura modelados pelas artes visuais); e uma terceira direção, que me parece a mais desafiadora por sua complexidade, aquela que se volta para as homologias formais ou estruturais. Exemplos de obras que possibilitam estudos segundo a primeira direção: todas as adaptações cinematográficas, sem exceção. Exemplos para a segunda direção "Ode a uma urna grega", de John Keats, e os sonetos de Manuel Machado sobre os quadros de pintura barroca.

Exemplos da terceira direção: o conto "Trio em lá menor" e o romance *Esaú e Jacó* (1904), de Machado de Assis; *Macunaíma* (1928) e *Losango Cáqui* (1922), de Mário de Andrade; alguns poemas de João Cabral de Melo Neto; e talvez *Música perdida* (2006), de Luis Antonio de Assis Brasil.

Quanto à vertente das relações entre literatura e as linguagens de comunicação de massa, me parece promissora para os estudos de fronteiras da literatura por trazer implícita uma ideia historicamente comprovada de se ver o sistema literário como um território cujas fronteiras sofrem ameaças de invasão e de dominação por habitantes agressivos de outros territórios. Para compreender essa ameaça, costumo me valer de um poema do poeta grego moderno, sem fronteiras, Costantino Cavafy. O poema se intitula "À espera dos bárbaros". Jorge de Sena, um escritor português (poeta, romancista, crítico literário), que passou por várias fronteiras (de Portugal para o Brasil, do Brasil para os Estados Unidos), traduziu esse poema (que tem também uma versão mais seca feita por José Paulo Paes).⁷ Leio o poema, na versão de Sena:

O que esperamos nós em multidão no Fórum?
Os Bárbaros, que chegam hoje.
Dentro do Senado, porque tanta inacção?
Se não estão legislando, que fazem lá dentro os senadores?

É que os Bárbaros chegam hoje.
Que leis haviam de fazer agora os senadores?
Os Bárbaros, quando vierem, ditarão as leis.

Porque é que o Imperador se levantou de manhã cedo?
E às portas da cidade está sentado,
no seu trono, com toda a pompa, de coroa na cabeça?

Porque os Bárbaros chegam hoje.
e o Imperador está à espera do seu Chefe
para recebê-lo. E até já preparou
um discurso de boas-vindas, em que pôs,
dirigidos a ele, toda a casta de títulos.

E porque saíram os dois Cônsules, e os Pretores,
hoje, de toga vermelha, as suas togas bordadas?
E porque levavam braceletes, e tantas ametistas,
e os dedos cheios de anéis de esmeraldas magníficas?
E porque levavam hoje os preciosos bastões,
com pegas de prata e as pontas de ouro em filigrana?

Porque os Bárbaros chegam hoje,
e coisas dessas maravilham os Bárbaros.

⁷ As traduções de Jorge de Sena e de José Paulo Paes encontram-se, respectivamente, disponíveis em:
<<http://www.letras.ufrj.br/lerjorgesdesena/port/antologia/traducao/texto.php?id=137#barbaros>> e
<<http://www.algumapoesia.com.br/poesia/poesianet064.htm>>.

E porque não vieram hoje aqui, como é costume, os oradores para discursar, para dizer o que eles sabem dizer?

Porque os Bárbaros é hoje que aparecem, e aborrecem-se com eloquências e retóricas.

Por que, subitamente, começa um mal-estar, e esta confusão? Como os rostos se tornaram sérios! E por que se esvaziam tão depressa as ruas e as praças, e todos voltam para casa tão apreensivos?

Porque a noite caiu e os Bárbaros não vieram. e umas pessoas que chegaram da fronteira dizem que não há lá sinal de Bárbaros.

E agora, que vai ser de nós sem os Bárbaros? essa gente era uma espécie de solução (CAVAFY, 1969, p. 45-46).

Parafraseio: O poema mostra que a multidão está nas ruas. Aguarda a vinda anunciada dos bárbaros e, com eles, as novas leis para a sociedade. Essa multidão acha que os bárbaros amam os títulos honoríficos, a riqueza e a ostentação, enfim, dão valor ao espetáculo e à riqueza. A cidade os aguarda com apreensão e, ambigualmente, com esperança. De repente, chegam viajantes que passaram pela fronteira do império, os quais anunciam que não há sinal de bárbaros. A multidão se sente frustrada, pois no fundo achava que algo novo podia acontecer na sociedade.

Retomo meu tema e, para isso, repito, com pequenas modificações, algo que já escrevi há cinco anos.

Há algum tempo se anuncia no Ocidente, a morte da narrativa de ficção, quiçá da literatura, especialmente de seu suporte maior, o livro. Esta morte, que fora anunciada no Brasil em janeiro de 1859 pelo jovem Machado de Assis, foi-se intensificando e recrudescendo até a década de 1960, não esmorecendo daí por diante.

Apesar disso, a narrativa de ficção, que era o objeto principal do necrológio, proliferava cada vez mais na sociedade capitalista segundo os modelos mais diferentes e até contrastantes entre si: narrativas de aventuras e de divertimento, narrativas de ficção científica, narrativas policiais, narrativas neo-góticas, narrativas fantásticas, narrativas-verdade, romances-reportagem, narrativas fantástico-realistas, "novo romance", romance do inacabado acabado (p. ex. *Se um viajante numa noite de inverno*, de Ítalo Calvino), romance experimental, metaficção historiográfica, metaficção autobiográfica, romance procrastinante (p. ex. *Museu do romance da Eterna*, de Macedonio Fernández).

Sugeriu-se – e não só por pensadores marxistas – que a crise da literatura, especialmente do romance, tinha, como causa mais profunda, a apropriação capitalista dos bens culturais, transformados em valores de troca, sendo seu instrumento principal a proliferação dos meios de comunicação de massa e das artes da imagem visual, que não apenas reproduziam ou multiplicavam seus produtos, mas eram também instrumentos de sua multiplicação e reprodução. O próprio fato de a indústria cultural fomentar a leitura de narrativas, como o romance, diretamente por meios convincentes de estratégias de venda, ou indiretamente por meio de sua transformação em filmes, em novelas radiofônicas e televisivas e em histórias em quadrinhos, viciava a alta literatura de valores degradados. E degradados desde sua causa eficiente: as narrativas de ficção, enquanto mercadoria consumida por milhões, provinham de autores-criadores que eram comprados antes mesmo de "produzirem seus textos". Com outras

palavras: os contos, as novelas e os romances seriam previamente encomendados como qualquer outro produto comercial segundo demandas definidas por pesquisas de mercado cultural. Algumas obras não chegam a ser escritas visando à sua transformação posterior em filmes ou em novelas ou em minisséries televisuais? Trata-se, talvez, de uma subordinação da literatura às demandas incontornáveis do Mercado e, ao mesmo tempo, uma perda de legitimidade e um risco que ela corre de falir como instituição. Mas não é isso ou, se quisermos manter o ceticismo, não é apenas isso.

Desde a metade do século XIX, período do apogeu do romance burguês e também da divisão de águas que se observava, com Baudelaire, nos domínios da poesia a alta literatura (entendida esta como a que foi legitimada pela crítica letrada, acadêmica ou não, dos países centrais) tem convivido com os meios de comunicação, além do seu uso como instrumento de divulgação, primeiro com a imprensa escrita (jornais, semanários e revistas mensais), depois com o cinema e o rádio, depois com a televisão, depois com a internet, progressiva e cumulativamente. Nessa co-existência, nem sempre pacífica, a literatura influenciou (teve seus recursos e procedimentos aproveitados por) obras ou textos expressos com as novas linguagens, por exemplo, as adaptações cinematográficas de contos, de romances, de textos dramáticos e poéticos, as teorias da montagem que se valeram da estrutura das metáforas e das antíteses, as séries televisivas e todos os tipos de transcodificações implícitas nos textos publicitários e de propaganda. Por outro lado, a literatura não ficou imune às novas técnicas e estratégias comunicativas, ou seja, a literatura mais recente, que já procedia a experimentos no interior de seus próprios códigos (transposição de gêneros, relevos de elementos e de níveis linguísticos, relações lítero-intertextuais), passou a dialogar com outros códigos, não só artísticos, mas técnico-comunicativos.

Que obras possibilitam estudos sobre as divisas da literatura com o sistema dos meios de comunicação de massa, ou, com outras palavras, que obras literárias nos permitem perceber a incorporação, pela literatura (inclusive pela poesia) das linguagens dos meios de comunicação? Aponto aqui todos os textos que (mal) se classificam como crônica literária, e além deles, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis; *Pathé-Baby* (1926), de Antonio de Alcântara Machado; *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924) e *Serafim Ponte Grande* (1933), de Oswald de Andrade; "História com data", "Moral cotidiana" e *Amar – verbo intransitivo* (1927), de Mário de Andrade; *A túnica e os dados* (1947), *A ladeira da memória* (1949), *O albatroz* (1951), *Terreno baldio* (1961) e *Paralelo 16: Brasília* (1967), de José Gerado Vieira; *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão; "Classificados", de Dinorath do Valle; *Pega pra Kaputt* (1977), de Josué Guimarães, Moacyr Scliar, Luis Fernando Veríssimo e Edgar Vasques; *O mez da gripe* (1998) e *Minha mãe morrendo e o menino mentido* (1999), de Valêncio Xavier; "Guerra no tabuleiro", "Putein" e "Macro micro", de Miguel Jorge (publicados em *Avarmas*, 1980); *Onde andarás Dulce Veiga? E "a verdadeira" história de sally can dance (and the kids) história*, de Caio Fernando Abreu, *Boquitas pintadas* (1969) e *La traición de Rita Hayworth* (1968), de Manuel Puig.

Chego ao fim. Como as demais artes também compartilham com a literatura essas conexões, mas, como também, cada uma delas se dá a conhecer por meio dos resultados de seus fazeres específicos e singulares que não deixam de formar suas redes, diviso para os estudos sobre fronteiras literárias e de outras artes (suas teorias, suas metodologias, seus trabalhos analíticos e críticos), alguns caminhos que ora ladeiam ora cruzam ora superpõem as marcas

divisórias seja de regiões e suas culturas, seja das letras e das ciências, seja das artes e dos meios de comunicação.

Um primeiro caminho é indiferente às fronteiras e percorre o território interno das obras, como se fossem estas, além de autônomas, independentes e, portanto, vivendo e se sustentando com seus próprios signos ou seu próprio sistema de signos.

Outro caminho leva em conta o caráter topológico e também antropológico das obras e tem como referência as divisas geográficas e culturais e as possíveis identidades que se revelam ou se velam dentro dessas divisas; trata-se de um caminho sinuoso que exige guias experientes que ajudem a identificar os pontos de intersecção e os acidentes a serem enfrentados, os desvios a serem evitados, as trilhas falsas.

Esses guias são estudos de antropologia, de sociologia, de psicologia social, de história, de etnologia. Riscos desse segundo caminho: ver a literatura como reflexo inerte do contexto, ou seja, apenas como documentário ou registro de regiões, de culturas, de projetos nacionais, de problemas coletivos ou individuais.

O terceiro caminho se pavimenta com o princípio estético da literatura como expressão da verdade possível, oposta à verdade da ciência, que trata do particular, e semelhante à da filosofia, que trata do universal. Os estudos que seguem este caminho se conjugam com a visão da arte como imitação e como construção guiada pelo intelecto, que subordina a imaginação e o jogo. Este é o caminho mais seguido, diria que uma estrada mais segura para os estudos de fronteiras. Vislumbro nele os seguintes riscos: o dogmatismo, que transforma a literatura e as artes em um território de litígios e de falsos problemas; a intolerância diante das ambigüidades; e a valoração estética segundo uma escolha filosófica estrita.

O quarto caminho se orienta ou se sinaliza com o princípio estético da literatura como linguagem sumamente eficaz. Os estudos que seguem este caminho se conjugam com a visão da arte como criação e como construção guiada pela sensibilidade e pela imaginação, que se subordina ao intelecto a serviço do jogo. Acho que aqui há alguns riscos: o do deslumbramento eneguecido pelo novo é o primeiro; o segundo é o da incomunicabilidade do texto crítico, pois se engolfa e emaranha com os signos e seus efeitos de sentido; e o terceiro, do delírio analítico e interpretativo.

No todo, são sete riscos.

Seguindo um mestre da dúvida devo confessar que não sei como evitá-los.

Considerações finais

Termino, em razão do não saber acima confessado, com um breve comentário a respeito de um texto literário que me parece cruzar fronteiras de gêneros, de regiões e suas culturas, das artes e dos meios de comunicação de massa e das ciências para surrupiar desses outros territórios o projeto, as plantas e os materiais a fim de erigir um original edifício de palavras. Trata-se de "Cara de Bronze", de Guimarães Rosa.

Na primeira versão de *Corpo de Baile* (1956), o autor assinala que esta obra contém sete novelas.

"Cara de Bronze" ocupa o quarto posto, tanto no primeiro índice, quanto no segundo que o inverte. Ou seja, "Cara de Bronze" ocupa o centro do livro. Essa posição central vai repetir-se na terceira edição do livro no volume intitulado *No*

Urubuquaquá, No Pinhém (1964), onde "Cara de Bronze" passa a ocupar, é claro, o segundo posto.

Essa preocupação geométrica pelo lugar do centro parece-me uma obsessão matemática de Guimarães Rosa, uma matemática mais pitagórica (e mística) do que euclidiana e científica. Ela pode ser observada em *Grande Sertão: Veredas* (1956), em que o suposto pacto diabólico ocupa o centro material ou físico do romance, desde que contemos as situações que sinalizam para a decisão do herói, até aquelas que são a demonstração de seu poder por assim dizer diabólico. Quando lemos *Primeiras Estórias* (1962), não nos escapa o fato de que o conto "Espelho" constitui o divisor que organiza em simetria bilateral os demais contos.

Voltemos a "Cara-de-Bronze". Disse anteriormente que o autor denomina como novelas as sete narrativas desse livro. Quando vamos ao volume de *No Urubuquaquá, no Pinhém*, "Cara-de-Bronze" está classificado como conto. Mas é conto ou é novela? se pergunta o leitor. Ficará indeciso.

Lendo o conto (ou novela), notamos os códigos da encenação teatral, das citações em rodapé, da moda de viola, da narrativa medieval e mítica, da entoação litânica e do cinema, até exatamente metade, quando o narrador-autor exterioriza uma reflexão metalingüística sobre o centro da significação da "estória". Depois dessa pausa, o conto continua com outras modalidades de registro, mediante a introdução de um narrador interno cuja voz é cortada pelas vozes das outras personagens.

O argumento da narrativa (que comporta vários níveis de significação) pode resumir-se à fórmula sequencial da busca: um cavaleiro (o vaqueiro Grivo), a mando de seu senhor recluso (o Velho ou Segisberto Jéia Velho, Filho) sai em busca de algo ou de alguém. O alguém pode ser a mulher (também a totalidade que concentra o bem, a verdade e a beleza) e o algo pode ser a revelação de um suposto crime ou o absoluto (a totalidade), a palavra. O cavaleiro, depois de uma série de vicissitudes, retorna com o objeto de sua busca, revelando-o, em quarto fechado, ao seu senhor, o destinador de sua ação. Enquanto ele faz a revelação (à qual não temos acesso), os vaqueiros, na cobertura dos carros, procuram saber a natureza da tarefa do Grivo e o resultado dela. Assim como nós, os leitores, acabam eles por ficar nas incertezas. Um pouco antes da metade material da narrativa, quando o narrador a suspende para uma digressão reflexiva, que é também metalinguagem, o cinema comparece sob a forma de um roteiro técnico, com as duas colunas costumeiras: do lado esquerdo da página os indicadores dos elementos visuais (planos, enquadramentos, angulações movimentos das personagens e de câmara), e do lado direito, os elementos estético-sonoros (som da viola e da moda, fala das personagens, música-de-fundo).

Nossa primeira impressão, quando nos deparamos com este roteiro incrustado um pouco antes do meio do conto, acaba sendo a de estarmos diante de mais um virtuosismo, que parece destoar dos demais registros discursivos. Mas se formos além dessa primeira impressão, vamos descobrir que essa multiplicidade se casa com a busca empreendida por Grivo e por outros seis vaqueiros, antes que o Destinador, "Cara-de-Bronze", defina quem será o escolhido a fim de realizar a outra busca, a busca maior.

Esses vaqueiros postos à prova e concorrentes de Grivo são vários e possuem nomes reveladores, inclusive os sete que são escolhidos para as provas finais: Noró, Grivo, Abel, Fidelis, Sãos, Mainarte, José Ueuá. Se usarmos um pouco de imaginação crítica verificaremos que esses vaqueiros praticamente resumem os outros muitos que conversam sobre a natureza da busca e neles encontraremos, junto com um oitavo, Adino, afastado de plano, simbolizados os

pré-socráticos mais conhecidos: Tales de Mileto, Anaximandro, Anaxímenes, Empédocles, Pitágoras, Heráclito, Zenão de Eléia e Parmênides. O vaqueiro Grivo corresponderia perfeitamente a Parmênides.

Grivo é quem passa por todas as provas, pois ele tem o dom da melhor palavra, a palavra essencial, a intuição da unidade diante da diversidade. Enfim, Grivo foi escolhido porque foi melhor poeta, ou seja, foi o mais filósofo, pois, segundo o vaqueiro Tadeu, Cara-de-Bronze queria “era que se achasse para ele o quem das coisas” (ROSA, 1956, p. 590). Ora, essa busca, que constitui o empenho central da Metafísica, exige – segundo nos sugere o autor implícito – o exercício de várias linguagens, da mais tecnológica (o cinema), científica e filosófica (as notas de rodapé contêm denominações da Botânica e da Zoologia, além de citações de poetas-filósofos como Dante, Goethe e Platão, de estudos de folclore e de livros religiosos), até a mais rudimentar, que é a fala dos vaqueiros, fala que, estilizada ou não, domina soberana. Volto, por fim, à realidade plausível que a sociedade em rede me possibilita.

Uma reportagem televisual recente mostrou um camponês peruano, que vive na fronteira com o Brasil. Pergunta-lhe o repórter, como é que ele conseguia passar de um lado para outro dos dois países, sem medo de violar as regras de interdição. Respondeu o camponês que a fronteira só servia para tirar a liberdade e que a liberdade era mais importante que a fronteira. Esse texto de Guimarães Rosa demonstra que as fronteiras só interessam na medida mesma que a literatura não as reconhece, pois como toda arte, ela promove a existência graças ao exercício da liberdade criadora.

SILVA, A. M. dos S. *Frontiers and Territories of Dispute in Modern Literature. Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 11-29, 2012.

Referências

ABREU, C. F. a verdadeira □ estória de sally can dance (and the kids) □ história. In: _____. Pedras de Calcutá. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 113-126.

ALEGRIA, C. *A Serpente de ouro*. Trad. Armando Pacheco São Paulo: Clube do Livro, 1972.

BRANDÃO, I. L. *Zero*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

BRASIL, L. A. A. *Música perdida*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

BUENO, W. *Mar paraguayo*. São Paulo: Iluminuras, 1992.

_____. *Meu tio Roseno, a cavalo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

AUMONT, J. *A estética do filme*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1994.

CAMPOS, H. de. Da fenomenologia da composição à matemática da composição. In: ____; CAMPOS, A.; PIGNATARI, D. *Teoria da Poesia Concreta – Textos Críticos e Manifestos (1950-1960)*. 4. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2006. p. 133-136.

CARPENTIER, A. *Os passos perdidos*. Trad. Josely Vianna Batista. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTELLS, M. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e terra, 1999. p. 411-439.

CASTRO, F. *A selva*. São Paulo: Verbo, 1972.

CAVAFY, C. À espera dos bárbaros. In: _____. *90 e mais quatro poemas*. Trad. Jorge de Sena. Porto: Editorial Inova, 1969. p. 45-46.

DAICHES, D. *Posições da crítica em face da literatura*. Trad. Thomaz Newlands Neto. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

DIEGUES, D. *Dá gosto andar desnudo por estas selvas – Sonetos salvajes*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2002.

_____. *El astronauta paraguayo*. Asunción: Yiyi Jambo, 2007.

_____. *La camaleoa*. Asunción: Yiyi Jambo, 2008.

GALLEGOS, R. *Canaima*. Edición crítica (Coord. Charles Minguet). Paris/ Madrid: Colección Archivos n. 20, 1991.

GENETTE, G. *Discurso da Narrativa*. Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa, Vega, 1980.

JORGE, M. *Avarmas*. São Paulo: Ática, 1980.

JURANDIR, D. *Chove nos campos de cachoeira*. Edição crítica de Rosa Assis. Belém: UNAMA, 1998.

_____. *Marajó*. 3 ed. Belém: CEJUP, 1992.

LINS, O. *Avalovara*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

METZ, C. *A significação no cinema*. Trad. Jean-Claude Bernadet. São Paulo: Perspectiva, 1972.

RIVERA, J. E. *A voragem*. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

ROSA, G. Cara-de-Bronze. In: _____. *Corpo de baile* (sete novelas). José Olympio, 1956, v. 1. p. 555-621.

_____. Cara-de-Bronze. In: *No Urubuquaquá, no Pinhém*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. p. 73-130.

_____. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SANTOS, B. S. Da Ideia de Universidade à Universidade de ideias. In.: _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. p. 163-201.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

SANTOS, P. S. N. dos. Viventes dos pantanais e cerrados. **Raído**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 93-108. jul.-dez./2010. Disponível em <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/viewFile/1380/792>>. Acesso em 28/03/2011.

_____. No Pantanal da Nhecolândia: Outras conversas. **Revista Encontros de Vista**, Dois Irmãos, Universidade Federal Rural de Pernambuco, v. 1, n. 1, p. 01-15, jan.-jun./2008. Disponível em <http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/NO_PANTANAL_DA_NHECOLANDI_OUTRAS_CONVERSAS.pdf>. Acesso em 28/03/2011.

_____. Silvano Jacques: literatura entre fronteiras reais e imaginadas. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, UFSC, n. 59, p. 211-232, jul.-dez./2010. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2010n59p210/17162>>. Acesso em 29/03/2011.

SILVA, A. M. dos S. *Os bárbaros submetidos* (interferências midiáticas na prosa de ficção brasileira). São Paulo: Arte e Ciência, 2006.

SOURIAU, É. La structure de l'univers filmique et le vocabulaire de la filmologie. **Revue internationale de filmologie**, Paris, n. 7-8, p. 231-240, 1951.

SOURIAU, É. *A correspondência das artes: elementos de estética comparada*. Trad. Maria C. Queiroz e Maria H. R. da Cunha. São Paulo: Cultrix, 1983.

SANT'ANNA, A. R. de. *O cortiço*. In: _____. *Análise estrutural de romances brasileiros*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973. p. 99-117.

SOUZA, M. *Galvez, Imperador do Acre*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1978.

_____. *Mad Maria*. São Paulo: Marco Zero, 1980.

WELLEK, R.; WARREN, A. *Teoria da literatura*. Trad. José Palla e Carmo. 2 ed. Lisboa: Europa-América, 1971.

WIMMER, N. Um texto de fronteira: Meu Tio Roseno, a cavalo. **Raído – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD**, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 143-147, 2007. Disponível em <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/84/91>>. Acesso em 23/03/2011.

FRONTEIRAS (MÚLTIPLAS), IDENTIDADES (PLURAIS), COMUNITARISMOS (CULTURAIS) – TRAVESSIAS

Benjamin Abdala Junior*

Resumo

Neste momento de repactuação política em escala global, impõe-se ao intelectual discutir suas formas de acesso ao mundo, a partir de um *locus* que se coloca como um “nó” de uma vasta rede supranacional. Viabilizar articulações entre os comunitarismos supranacionais, nessa ambiência, pode significar contraposição às assimetrias dos fluxos culturais que têm estabelecido a tradicional colonização de nosso imaginário. São múltiplas as formas de comunitarismos e, neste artigo, serão relevadas aquelas que se configuram em produções literárias significativas dos países de língua oficial portuguesa. Pelas margens, com atenção aos processos de hibridização, discutiremos marcas de uma diferença avessa a conceitos muitas vezes “aplicados” acriticamente e que continuam a preservar a assimetria dos fluxos culturais, afinados com estratégias de administração da diferença que não perdem a inclinação eurocêntrica.

Palavras-chave

Comunitarismos; Crise; Estudos Literários e Culturais; Fronteiras; Multiculturalismo; Política; Utopia.

Abstract

At this time of global scale political realiances, it is imperative for the intellectual to discuss forms of access to the world from a locus of confluence in a vast supranational network. In this ambivalence, operating articulations between supranational communitarianisms may mean resistance to the asymmetries of cultural flows that have established the traditional colonization of our imagery. There are multiple forms of communitarianism, and this article will unveil those constituted in significant literary productions of Portuguese speaking countries. From the margins, with attention to processes of hybridization, this article discusses marks of difference aversive to often uncritically “applied” concepts that continue to preserve the asymmetry of cultural flows based on Eurocentric inclined management strategies of difference.

Keywords

Communitarianisms; Crisis; Literary and Cultural Studies; Borders; Multiculturalism; Politics; Utopia.

* Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo – SP. E-mail: benjaminjr@terra.com.br

A grande mídia, antes do grande *crack* financeiro de 2008, naturalizou a imagem utópica do mundo das finanças: desregulamentação e flexibilidade como modelo para a economia, um desenho “naturalmente” extensivo às práticas sociais e culturais. De acordo com a reiterada agenda que pautava os meios de comunicação, desregulamentação se afinaria com liberdade e, esta, nas esferas socioeconômicas, com a competitividade, colocada, assim, como critério de eficiência e aspiração maior não apenas das empresas, mas também do indivíduo e da própria democracia. O individualismo associado à condição da vida democrática, e, mais, como uma das inclinações fundamentais do humanismo.

Em decorrência do *crack*, esse sistema de valores viu-se obrigado a se reciclar à nova situação, como analogamente já o fizera anteriormente no outro *crack* das finanças, o de 1929. De forma equivalente ao que ocorrera após os chamados “anos loucos” da década de 20 do séc. XX, esse discurso da hipertrofia individual viu-se compelido a matizar-se. Encaminha-se em parte para as estratégias e formulações discursivas que até há pouco lhe eram avessas. Volta-se a pensar, ainda de maneira tímida, em práticas reguladoras desde o campo econômico e reintroduz-se a necessidade de se pensar na ideia de um planejamento que fixe campos mais delimitados para as atividades financeiras, que, não obstante, continuam hegemônicas. Atualizações para a manutenção de práticas hegemônicas, é verdade, a contragosto do velho imperialismo norte-americano, que vem dos tempos do macartismo, e que atingiu seu apogeu no governo de George Bush. Procuram afirmar-se, assim, em novo contexto e com muitas dificuldades e oposições, articulações de sentidos sistêmicos e reformistas, nas pegadas de teorias neokeynesianas dos tempos reformistas do governo de Theodore Roosevelt.

O atual momento político solicita, no âmbito do Brasil e da comunidade mundial, reconfigurações de estratégias e repactualizações, o que já vêm ocorrendo nas relações internacionais. No plano da vida cultural, em nosso país, a compreensão do sentido dessa repactualização ainda é muito ligeira, desconsiderando as esferas culturais. Nossa intelectualidade, em geral, tem-se colocado a reboque dos acontecimentos, com discursos legitimadores das hegemonias, voltando-se mais para a administração da diferença nas balizas do sistema estabelecido. E diante das novas solicitações é de se entender que essas vozes da intelectualidade, muitas vezes melancólicas e contemplando ruínas, devem assumir atitudes mais ativas e prospectivas, para criar ou redesenhar, com matização mais forte, tendências de cooperação e solidariedade que embalsam ideais democráticos. Pelas margens do sistema das assimetrias hegemônicas, abre-se a possibilidade real de se estabelecerem efetivos contrapontos ao paroxismo da competitividade, que se coloca como paradigma da vida econômica, social e cultural, de acordo, evidentemente, com a lógica dessas assimetrias dos fluxos econômicos e culturais.

A inclinação para a regulação da vida social já se manifestava, na situação anterior ao *crack*, justamente como reação aos efeitos perversos dos modelos articulatórios do capital financeiro, que flexibilizaram fronteiras nacionais para impor as assimetrias de sua ordem hegemônica. Foi pelas brechas desse sistema que se firmou a necessidade de articulações amplas, abrindo a possibilidade de articulações comunitárias de sentido supranacional. Nesta nova situação, que se afigura pós-neoliberal, essas associações comunitárias tornam-se ainda mais urgentes, e envolvem a possibilidade de novas articulações, amplas e estruturadas em múltiplos níveis, desde a vida econômica às esferas da vida sociocultural.

Inclinações comunitárias linguístico-culturais sempre embalarão as tendências democráticas, nos países de língua portuguesa. A situação atual é evidentemente diferente do que acontecia no período colonial e também no estabelecimento e consolidação de nossos sistemas republicanos, como o próprio conceito de “fronteiras”.

O comunitarismo afirma-se, na atualidade, envolvendo pluralidade nas articulações políticas, pautadas sempre pela supranacionalidade. Relevante, nas novas configurações dos antigos desenhos dos sonhos republicanos, é o que já vem ocorrendo, muitas vezes ainda faltando maior empenho: as interlocuções comunitárias como bases para a ação política na forma de blocos, com linhas de ação amplas, da vida econômica à cultural.

Blocos politicamente mais eficazes para estabelecer contrapontos às assimetrias dos fluxos hegemônicos supranacionais do novo imperialismo, e também em suas correspondências nacionais e/ou, mesmo, estratificações sociais.

Articulações ainda mais amplas, supranacionais – é de se enfatizar. Se antes, no século XIX português, imaginava-se a possibilidade de uma confederação ibérica, hoje já se pode e se efetiva – preservando ainda politicamente fronteiras nacionais – articulá-las de forma igualmente múltipla. No domínio das atividades culturais, torna-se estrategicamente fundamental, em correspondência análoga, para quem tem seu *locus* no Brasil, o estabelecimento de um bloco envolvendo os países de língua portuguesa e os de língua espanhola. Mais, sejamos otimistas, um bloco ibero-afro-americano, em face das decorrências atuais do processo de colonização, capaz de promover e afirmar em projetos e ações politicamente internas e externas o que temos de próprio e em comum em nossas culturas.

Retomo, aqui, o que apontei em “Estado e nação nas literaturas de língua portuguesa: perspectivas político-culturais”, texto publicado, em 1997, no livro organizado por Isabel Pires de Lima e equipe, em homenagem a Óscar Lopes. De forma eloquente, o título desse livro é *Sentido que a vida faz*. Esse texto foi anteriormente apresentado em evento sobre o Neorrealismo, realizado em Matozinhos no ano anterior. Destaquei, então, como motivo condutor para minha argumentação, o processo de efabulação e as imagens do romance *A jangada de pedra* (1986), de José Saramago, afinado, por sua vez, com o realismo maravilhoso das literaturas latino-americanas. Logo no início desse texto, eu dizia que essa

narrativa proporciona uma “viagem” que permite [...] que se sonhe com uma comunidade não apenas dos países de língua portuguesa, mas dos países ibero-afro-americanos. Organizado em torno de estratégias geopolíticas pós-Abril, esse romance permite repensar a cultura portuguesa em face da dupla solicitação apontada [anteriormente, no artigo]: a integração europeia e a singularidade peninsular. Esta singularidade liga-se às perspectivas que marcaram a história de Portugal: a atlanticidade, a ibericidade e a mediterraneidade (ABDALA JUNIOR, 1997, p. 242).

Um jornalista, para mim ainda anônimo, ao fazer uma reportagem sobre o evento do neorrealismo, colocou a comunicação, como outras então apresentadas, nas esferas dos sonhos, como também o romance de Saramago. Na verdade, é de se reconhecer que a comunicação não deixava de ser utópica, mas utopia concreta, que se consubstanciava àquela altura em projetos que já estavam em desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, o que se verificava então e na década posterior, foi um estreitamento da circulação do capital entre esses países, como nunca ocorrera anteriormente. Entretanto, a CPLP –

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –, como também as Cimeiras ibero-americanas, são ainda muito protocolares e têm permanecido aquém das interações que se efetivam de fato, quando politicamente essas ações poderiam ser incrementadas ainda mais, com projetos prospectivos, de maior abrangência, que potencializassem tais iniciativas individuais ou comunitárias.

Em relação à circulação da literatura, restringindo-nos aos últimos quatro anos, são exemplos igualmente eloquentes que dois dos três mais tradicionais prêmios literários brasileiros não envolvem apenas a literatura nacional, como no passado, mas o conjunto das literaturas dos países de língua portuguesa. Seguem a perspectiva anteriormente aberta pelo Prêmio Camões e têm como horizonte as edições brasileiras de autores portugueses e dos países africanos de língua portuguesa. Tais edições cresceram muito nos últimos anos e, nas narrativas de ficção, encontramos com frequência o deslocamento de personagens portuguesas e africanas para o Brasil, onde se desenvolve boa parte da trama. Trajetória inversa de um Adonias Filho, há algumas décadas, em relação à África, e de Castro Soromenho, que circulou entre Angola, Moçambique, Portugal e Brasil. No campo interartes, como um exemplo mais recente, foi significativa a adaptação cinematográfica de Fernando Meirelles (2008) ao romance *Ensaio sobre a cegueira* (1995), de José Saramago, com quatrocentos mil espectadores em um mês, só no Brasil. A produção foi supranacional (Canadá), da mesma forma que foi latino-americana a produção e os atores de *Diários de motocicleta* (2004), filme dirigido por Walter Salles, sobre a travessia empreendida por Che Guevara, que aponta para a integração da América Latina.

Neste momento de repactualização internacional, quando se enfatizam formas de administração e de cooperação à escala planetária, os ideais de respeito às diferenças de toda ordem e à democracia, essas inclinações comunitárias devem emergir para primeiro plano, como forma de mediação entre os múltiplos campos da vida social e do Estado. Essa seria a forma política – configurando desenhos e atitudes da intelectualidade republicana e socialista, desde o século XIX – de se inclinar para a possibilidade de superação de carências de toda ordem. Diante dos novos desafios de ênfase no comunitarismo, particularizando nosso campo de trabalho, parece-nos importante que os estudos de literatura comparada sejam vistos numa dimensão cultural.

Foi decorrência histórica, no Brasil, nos estudos de literatura comparada, a afirmação de um comparatismo que veio de nosso processo de colonização e, também, dos fluxos culturais hegemônicos. Verificar essas bases tem sido uma forma de nos situar diante dos fluxos inclinados à colonização de nosso imaginário, que chegam até nós. Trata-se de um comparatismo importante e necessário para o nosso autoconhecimento, através de um viés crítico. Nas atitudes de atores culturais do passado podem ser configuradas linhas que são imprescindíveis para a melhor compreensão de nossa atualidade sociocultural. Entretanto, a restrição a esse comparatismo não nos parece suficiente, em termos político-culturais. Temos proposto outra forma de comparatismo, para figurar ao lado do primeiro. Um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação. Comparar diante de problemáticas que nos envolvem a todos para nos conhecer naquilo que temos de próprio e em comum. Enlaces comparatistas, tendentes a relações de reciprocidade, não numa relação sujeito/objeto, mas sujeito/sujeito em aproximações e fricções, tendo em conta desafios que se colocam em termos de atualidade sociocultural.

Mais particularmente, são imprescindíveis hoje atitudes críticas em relação aos conceitos que desconsideram ou minimizam ou ainda “administram” a potencialidade desse *locus* enunciativo, que é o lugar de onde acessamos o mundo. Destacaremos, aqui, de forma sintética e por serem mais evidentes, os conceitos de pós-colonialismo, o hibridismo e multiculturalismo. O processo colonial fixou hábitos, repertórios literários e culturais, que vieram dessa experiência histórica e dos contatos entre povos que até então não se conheciam. Se há hoje toda uma inclinação crítica para mudanças de paradigmas, sejam eles filosóficos, estéticos, em relação às áreas do conhecimento, entendemos que essa tendência não pode se naturalizar sob um rótulo genérico de um “pós”, uma redução ao obsoleto de toda uma experiência que se não deixa de se consubstanciar no presente. Pior ainda pode ocorrer em relação às instâncias políticas, onde o “pós”, afeito às condições da mídia e dos produtos da moda, procura tudo reduzir a uma tábula rasa, um contínuo presente sem passado, por lhes faltar dimensões de futuro. A experiência histórica e suas realizações passam a ser situadas como um repertório passivo, para a estilização sem história, formas petrificadas, restritas a uma espécie de “estado de dicionário”, sem a consideração dos processos em que se inseriram, por referência a um conhecido poema de Carlos Drummond de Andrade.¹ Desconsidera-se o sentido histórico-cultural das formas articulatórias que as modelizaram, como também o sentido de cada gesto diante de tais configurações situacionais. Frequentar o “reino das palavras” (DRUMMOND, 1973, p. 139), implica conhecer esses processos.

A teorização pós-colonial trouxe grande contribuição para a discussão de questões relativas à globalização, aos deslocamentos dos povos e ao processo de americanização do mundo, sob o impacto da mídia e do consumo mercadológico. Em relação às questões político-sociais, entretanto, ela às vezes pode tender a generalizações abstratas, como aparece em muitos estudos críticos, inclusive no Brasil, onde persistem hábitos de colonizados. A uma perspectiva crítica desavisada, como aparece frequentemente nos chamados estudos pós-coloniais, podem ser igualmente pós-coloniais quaisquer sociedades marcadas pelo colonialismo, sem maior consideração sobre sua historicidade, nivelando países que se emanciparam no período pós-Segunda Guerra Mundial aos que se emanciparam desde o século XIX. Falar de pós-colonialismo, sem consciência de

¹ Trata-se de “Procura da poesia”, publicado em *A rosa do povo*: “Não faças versos sobre acontecimentos./ Não há criação nem morte perante a poesia./ Diante dela, a vida é um sol estático,/ não aquece nem ilumina./ As afinidades, os aniversários, os incidentes pessoais não contam./ Não faças poesia com o corpo,/ esse excelente, completo e confortável corpo, tão infenso à efusão lírica.// Tua gota de bile, tua careta de gozo ou dor no escuro/ são indiferentes./ Não me reveles teus sentimentos,/ que se prevalecem de equívoco e tentam a longa viagem./ O que pensas e sentes, isso ainda não é poesia.// Não cantes tua cidade, deixa-a em paz./ O canto não é o movimento das máquinas nem o segredo das casas./ Não é música ouvida de passagem, rumor do mar nas ruas junto à linha de espuma.// O canto não é a natureza/ nem os homens em sociedade./ Para ele, chuva e noite, fadiga e esperança nada significam.// A poesia (não tires poesia das coisas)/elide sujeito e objeto.// Não dramatizes, não invoques,/ não indagues. Não percas tempo em mentir./ Não te aborreças./ Teu iate de marfim, teu sapato de diamante,/ vossas mazurcas e abusões, vossos esqueletos de família/ desaparecem na curva do tempo, é algo imprestável.// Não recomponhas/ tua sepultada e merencória infância./ Não osciles entre o espelho e a memória em dissipação./ Que se dissipou, não era poesia./ Que se partiu, cristal não era.// Penetra surdamente no reino das palavras./ Lá estão os poemas que esperam ser escritos./ Estão paralisados, mas não há desespero,/ há calma e frescura na superfície intata./ Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.// Convive com teus poemas, antes de escrevê-los./ Tem paciência, se obscuros. Calma, se te provocam./ Espera que cada um se realize e consume/ com seu poder de palavra/ e seu poder de silêncio./ Não forces o poema a desprender-se do limbo./ Não colhas no chão o poema que se perdeu./ Não adules o poema. Aceita-o/ como ele aceitará sua forma definitiva e concentrada/ no espaço.//Chega mais perto e contempla as palavras./ Cada uma/ tem mil faces secretas sob a face neutra/e te pergunta, sem interesse pela resposta,/ pobre ou terrível que lhe deres:/ Trouxeste a chave?// Repara:/ ermas de melodia e conceito/elas se refugiaram na noite, as palavras./ Ainda úmidas e impregnadas de sono,/ rolam num rio difícil e se transformam em desprezo (ANDRADE, 1973, p. 138-139).

suas especificidades, implica nivelar uma cultura como a do Canadá, ou da África do Sul, por exemplo, à complexa situação cultural da Índia – três ex-colônias britânicas. Só uma análise sociocultural do processo histórico pode revelar de que pós-colonialismo se trata. Essa situação se torna ainda mais complexa, se vinculada – como acontece - à ênfase diaspórica dos estudos pós-coloniais. Coloca-se novamente a necessidade de se considerar de onde fala o crítico e os laços socioculturais que acabam por enredar suas formulações discursivas de um sentido político.

São muitos os pós-colonialismos. Há, por exemplo, o pós-colonialismo do ex-colonizador, que encontramos num romance como *Os cus de Judas* (1979), de Lobo Antunes; e, para contrastar, o do ex-colonizado, como em *Mayombe* (1982), de Pepetela. O primeiro vai desconstruir mitos e fazer de sua memória individual um depoimento que se quer história. Pepetela, numa direção oposta, embala-se por mitos, sem deixar de criticar indivíduos e grupos que se querem mitos, associados a posições etnocêntricas do passado que se reproduzem no presente. Em Lobo Antunes, enfatiza-se a desconstrução dos mitos e a distopia; em Pepetela, na formação de um novo estado nacional, a construção e a utopia. Há ainda o pós-colonialismo dos colonizadores radicados ou que retornaram à metrópole, e também dos ex-colonizados que para lá migraram. Não obstante essas diferenças, a interlocução comunitária, mediada pelo campo intelectual, efetiva-se no conjunto da obra de Lobo Antunes e de Pepetela: o primeiro ironizando imagens do “esplendor de Portugal” e o outro, através de suas palavras, seu país, “marginalizado do processo”, tematizando descaminhos.

Uma boa reflexão sobre essas tensões, que envolvem o campo intelectual supranacional, encontramos em *A geração da utopia* (1992), de Pepetela, uma travessia cujo desenho é análogo à trajetória não apenas dos estudantes de sua geração na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, mas também de suas equivalências em Portugal e no Brasil. A analogia não pressupõe identidade. Da mesma forma que a comunidade, ela recobre diferenças, que não podem ser minimizadas pela ênfase nas correspondências. A clara configuração do chamado *locus* enunciativo e de sua historicidade parece-nos imprescindível, também, para a análise do campo comunitário. Se o comunitarismo nos aproxima por uma espécie de sentimento de parentesco, esse fato não pode implicar neutralização de tensões, mas, sim, aberturas de reflexão para uma crítica que pretenda afastar-se da generalidade e repercutir politicamente.

Refletir sobre especificidades nacionais implica situá-las num processo de agenciamentos comunitários que tem um solo histórico e relações de poder simbólico. Temos destacado o sentido político de se discutir literatura no âmbito do comunitarismo ibero-afro-americano, mas – voltamos a insistir - as articulações comunitárias podem ser de muitas ordens e politicamente nos parece importante relevar que o mundo atual é de *fronteiras múltiplas e identidades plurais*, seja numa perspectiva individual, nacional ou dos agrupamentos sociais. São interações que levam à consideração de um complexo cultural híbrido, interativo, onde as culturas dos países de língua portuguesa se alimentam produtivamente de pedaços de muitas culturas, sem deixar de receber os efeitos das assimetrias dos fluxos culturais. Matizam-se pelos contatos culturais mais recentes e especificidades regionais ou nacionais.

Na apropriação desses repertórios marcadamente híbridos, a consciência dessas historicidades e das relações de poder que elas ensejaram, podem contribuir para o afastamento de produções miméticas. Tal sentido crítico contribui para o desenvolvimento de inclinações abertas à criatividade e que às vezes acabam por questionar espartilhos ideológicos e identidades míticas. Foi o

que ocorreu, por exemplo, com o poema "Camões: história, coração, linguagem", para nos valer mais uma vez de Carlos Drummond de Andrade.

Escrito numa situação histórica pós-Revolução dos Cravos, o poema mostra a apropriação de imagens e procedimentos poéticos camonianos. Estabelece um diálogo entre marcas da historicidade das leituras de Camões e a da nova situação histórica, democrática, de Portugal:

Dos heróis que cantaste, que restou
senão a melodia do teu canto?
As armas em ferrugem se desfazem,
os barões nos jazigos dizem nada (ANDRADE apud ABDALA JUNIOR, 1993, p. 62).

Nessa desideologização das apreensões conservadoras, em especial da época salazarista, sem deixar de seguir imagens e ritmos camonianos, o poeta brasileiro termina por afirmar:

Luís, homem estranho, que pelo verbo
és, mais que amador, o próprio amor
latejante, esquecido, revoltado,
submisso, renascente, refluindo
em cem mil corações multiplicado (ANDRADE apud ABDALA JUNIOR, 1993, p. 62).

A identificação no repertório comum não implica, assim, mimetismo. A distância crítica advém não apenas da perspectiva de um brasileiro, mas sobretudo por ele refletir sobre suas bases poéticas, o que não implica, como se vê, contraditar o repertório da linguagem comunitária. Relevar as relações de poder que envolvem essa circulação é uma forma de se afastar da celebração, seja da mimese ou de um pretense sincretismo ou do hibridismo, que desconsidere as relações de poder e encaminhe atitudes assimilacionistas, tendentes à cultura do colonizador. Colonização em termos de imaginário, já que essas ações continuam hoje, na esteira das hegemonias que estabelecem assimetrias no fluxo cultural. Tal observação vale para a teoria e para a prática poética.

O bloco comunitário supranacional pode propiciar bases que são contrapontos a essa unilateralidade. Não aprendemos, é evidente, apenas com a nossa experiência, mas é importante que apropriemos, nas redes interativas, a partir de nossos *locus*, reiteramos. Apropriações não alienantes envolvem atitudes críticas, não a pronta adesão à última moda que alimenta os fluxos para preservar hegemonias. Reportando à explicitação do exemplo de Drummond, é necessária a consciência de que a língua literária portuguesa, supranacional em sua plasticidade, teve origem num processo que veio desde sua formação nos tempos medievais, e hoje possui repertórios formais que continuam a modelizar (conscientemente ou não, por parte do poeta) facetas básicas de nossas produções literárias.

A hegemonia possui bases amplas, que não deixam de ser mercadológicas. Ela procura incorporar em suas redes mesmo a contestação de seu próprio sistema. A diferença como administração política e abertura de nicho de mercado. Ao mesmo tempo, a incorporação da diferença pelos setores hegemônicos pode contribuir para a dinamização de seu próprio sistema: mudar para que as coisas continuem estruturalmente as mesmas. Ou, como aparece no filme *O leopardo* (1963), de Luchino Visconti, baseado no romance homônimo de Giuseppe Lampedusa: "É preciso que algumas coisas mudem, para que tudo

continue na mesma". As palavras são do Príncipe, personagem histórica baseada no avô do escritor. A emergência parcial do novo, sob o controle político-social das estruturas pré-estabelecidas faz valer sua hegemonia para controlá-lo, ao mesmo tempo em que se beneficia de seus influxos para atualizar suas redes numa nova configuração histórica.

Não há, entretanto, para a crítica consciente e empenhada, como fugir dessa situação, sob pena de fechar o seu campo de reflexões em perspectivas isolacionistas. Impõe-se ao crítico que ele entre nessas águas, cuidando para não perder a direção de seu projeto e ser cooptado pelo aparente nomadismo dos fluxos, que afinal mostram-se confluentes para os fluxos maiores que vêm das bases hegemônicas. Esta é uma questão política, que se imbrica em rede com a vida sociocultural. Para tanto, tendo em vista a necessidade de uma atitude prospectiva, conforme temos enfatizado, o crítico não pode se limitar exclusivamente à negatividade crítica, embora esta não deixe de ser sempre um contraponto imprescindível. Do ponto de vista político, entendemos, ele deve se embalar por uma espécie de otimismo crítico, insistimos, para dar continuidade, sob novas formas, a gestos, que vieram do passado, com atores imbuídos da esperança de que a vida pudesse ser melhor do que é.

Observe-se, nesse sentido, o seguinte fragmento do poema "Coração em África", do são-tomense Francisco José Tenreiro, que temos reiteradamente apontado quando discutimos a circulação cultural do campo intelectual do pós-Guerra, tal como ocorreu no "nó" que imbricou a rede comunitária ibero-afro-americana e a do pan-africanismo, já na atmosfera da guerra fria:

de coração em África com as mãos e os pés trambolhos disformes
e deformados como os quadros de Portinari dos estivadores do mar
[e dos meninos ranhosos
viciados pelas olheiras fundas das fomes de Pomar
vou cogitando na pretidão do mundo que ultrapassa a própria cor da
[pele
dos homens brancos amarelos negros (TENREIRO, 1982, p. 68).

Tenreiro é um dos atores do campo intelectual dos anos de 1950, para quem "a pretidão do mundo [...] ultrapassa a própria cor da pele dos homens brancos amarelos negros". Seu poema ilustra não apenas o comunitarismo cultural que se faz pela ibero-afro-américa, pelas similaridades de sua poética sobretudo com a de Nicolás Guillén. Noutras passagens – é um poema longo -, aponta para atitudes libertárias de personalidades negras da África, Caribe e Estados Unidos. Em Tenreiro, temos atitudes de um campo intelectual supranacional, articulando o comunitarismo ibero-afro-americano. Lançadas para os países de língua portuguesa e também para os negros de todo o mundo. Este é o caráter particular de sua negritude: para ele, ao contrário de Senghor², a razão também é negra e não apenas os sentimentos. Situa-se, assim, na modernidade. Na razão moderna, voltada para o comunitarismo supranacional, que se move atraída pelo sentido emancipatório.

Entendemos que o desenho do gesto de Tenreiro precisa ser recuperado, na reatualização aberta, após a dominância ideológica do pós-modernismo, que estabeleceu uma fratura no espaço e no tempo para recusar não apenas os modelos articulatórios das indústrias, a regulação, mas também a tradição racionalista, substituída pela razão de mercado, que já existia na modernidade.

² Nota do E.: Trata-se de Léopold Sédar Senghor (1906 – 2001), escritor vinculado ao movimento *Négritude*, crítico dos efeitos das ações e valores europeus sobre as tradições africanas, e político senegalês. Governou o Senegal de 1960 a 1980. Dentre suas obras, destacam-se: *Chants d'ombre* (1945), *Hosties noires* (1948), *Ethiopiques* (1956), *Nocturnes* (1961) e *Elegies majeures* (1979).

Logo, a substituição de uma tendência reguladora, que, em seus efeitos perversos em favor da ordem, se impôs de maneira a encobrir a diferença e a alteridade pela descontinuidade e contingência do mundo do capital financeiro. Da razão do mercado ao seu fundamentalismo. A consequência, todos conhecemos: insegurança (o bem privado superior ao público), despolitização e a abertura para os fundamentalismos.

Neste momento que se afigura em processo pós-neoliberal, a afirmação de uma tendência mais tolerante, que procura valer-se da estratégia de administrar a diferença, afim, por exemplo, de uma vertente multiculturalista de matização liberal,³ pode constituir uma maneira mais inteligente e de capitalismo administrado, um retorno, em nossas bases, dos princípios norteadores do estado liberal, tal como ocorreu com o governo Roosevelt. Seria uma espécie de um novo New Deal, de onde – já que as coisas são misturadas - foi possível surgir, não obstante, a obra de um Caldwell, um Hemingway, um Dos Passos, um Gold, um Steinbeck, um Faulkner, etc. Para além de Roosevelt, os laços comunitários dessa intelectualidade se articulava supracionalmente com a literatura de ênfase social dos anos de 1930 e 1940, e que se projetará nas décadas seguintes.

O discurso de respeito à diferença que agora se afirma é o da perspectiva liberal do multiculturalismo, que pode tender à guetização dos excluídos, ou à simples tolerância dos incluídos administrados. O pensamento hegemônico norte-americano tem sido avesso à valorização das misturas, ao contrário do que lá vem ocorrendo de fato. O puritanismo religioso, que vem dos tempos coloniais, e sua práxis histórica levaram à afirmação ideológica da imagem tradicionalista de um mundo onde a mistura foi vista como degradação. Tal inclinação norte-americana pode vir a ser agora atenuada, na nova configuração que se desenha, apesar das oposições conservadoras que continuam a ter grande peso político. Não obstante, fala-se insistentemente na necessidade de “tolerância” no conjunto dos países hegemônicos: tolerância liberal, uma nova modalidade dos pressupostos de caridade, uma via de mão única, sem a reciprocidade que coloque o outro como sujeito.

A aproximação dos excluídos, que foi uma das bases fortes da eleição de Barack Obama e que fez a diferença, não é evidentemente relevada. Para além dessa modulação da tolerância, é imprescindível ao pensamento crítico descortinar também as relações de poder envolvidas. Tais limitações têm levado ao arrefecimento do apoio recebido desses excluídos, em face da timidez de seu pensamento reformista. Sem a discussão dessas relações e implementação de projetos consequentes, o discurso multicultural que, ao que parece, deve se afirmar ainda mais, não deixa, como não deixará, de ser um veículo conceitual de administração da diferença nos quadros do estado liberal, agora numa fase pós-neoliberal, tendo em vista a manutenção da hegemonia norte-americana, vale dizer, de suas elites. Falta a essas inclinações multiculturais de tintas liberais a consideração de vozes simultâneas em tensão, a possibilidade de uma espécie de um áspero concerto polifônico construído pelas diferenças. Logo, uma perspectiva crítica capaz de contraditar formulações discursivas hegemônicas, tendentes ao nivelamento de uma espécie de “branqueamento” eurocêntrico.

Em relação aos países ibero-afro-americanos, a intelectualidade tem visto na diversidade étnica um fator de originalidade e criatividade, ao contrário do que tem ocorrido nos EUA, onde as formulações sobre o hibridismo têm sido historicamente escamoteadas ou restritas, como acontece na história mais

³ Ver, de Ella Shot e Robert Stan, *Crítica da imagem eurocêntrica* (2006).

recente, aos âmbitos acadêmicos. A estratégia das elites “crioulas” da América Latina tem sido outra, em face das diferenças de configurações histórico-sociais: exaltar a integração, sempre tendente ao branqueamento, do ponto de vista também simbólico. Desde o século XIX, é verdade, esta tem sido a forma encontrada para mascarar as assimetrias da estratificação social, sob um enganoso véu democrático. Um “branqueamento”, também eurocêntrico, apropriado em outras configurações de esferas políticas dominantes. Logo, uma correspondência análoga ao que ocorre nos EUA, sem deixar de friccionar com tendências explicitamente racistas.

Impõem-se ao campo intelectual – tanto no Brasil como em Portugal e nos países africanos de língua oficial portuguesa - novas atitudes: politizar seus discursos e levá-los para além das universidades, articulando/problematizando laços comunitários e a vida sociocultural com questões relativas às esferas de poder. Por que restringir-se, à esquerda, a um discurso melancólico falando de ruínas, enquanto o estado é apropriado, à direita, por aqueles que o administram em sua função, com bandeiras otimistas? Todo discurso é marcado por matizações políticas. Não há discurso neutro, restrito aos objetos de análise, sem implicações mais gerais. Neste momento de crise e de repactualizações políticas, tornam-se importantes atitudes pautadas por otimismo crítico. Acreditar que o mundo possa ser diferente e melhor do que ele é. Para além da inclinação da negatividade inerente ao pensamento crítico, a motivação e o embalo de um princípio de juventude – uma espécie de neo-romantismo não abstrato - consubstanciado em projetos e ações político-culturais mais amplos.

ABDALA JUNIOR, B. (Multiple) Borders, (Plural) Identities, (Cultural) Communitarianisms - Crossings. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 30-40, 2012.

Referências

ABDALA JUNIOR, B. *Camões – épica e lírica*. São Paulo: Scipione, 1993. p. 62.

_____. Estado e nação nas literaturas de língua portuguesa: perspectivas político-culturais. In: BRITO, A. M.; OLIVEIRA, F.; LIMA, I. P.; MARTELO, R. *Sentido que a vida faz: estudos para Oscar Lopes*. Porto: Campo das Letras Editores, 1997. p. 241-247.

ANDRADE, C. D. Procura da poesia. In: _____. *Poesia completa e prosa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973. p. 138-139.

ANDRADE, M. & TENREIRO, F. J. *Poesia negra de expressão portuguesa*. Ed. Fac-similar organizada por Manuel Ferreira. Lisboa: Linda-a-Velha/África ed., 1982. p. 68.

DIÁRIOS DE MOTOCLICLETA. Direção Walter Salles Jr. Roteiro: José Rivera. Produção: Michael Nozik, Edgard Tenenbaum e Karen Tenkhoff. Distribuição: Buena Vista International. Duração: 128 min. E.U.A.: Southfork Pictures, 2004.

ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA. Direção Fernando Meirelles. Roteiro: Dom McKellar. Produção: 02 Filmes, Rhombus Media, Bee Vine Pictures. Distribuição: Fox Filmes do Brasil. Duração: 118 min. E.U.A.: Twentieth Century Fox, 2008.

LOBO ANTUNES, A. *Os cus de judas*. Lisboa: Editorial Vega, 1979.

O LEOPARDO. Direção e roteiro de Luchino Visconti. Produção: 20th Century Fox. Distribuição: Versátil Home Vídeo. Duração: 185 min. E.U.A.: 20th Century Fox, 2011.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *A geração da utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SARAMAGO, J. *A jangada de pedra*. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.

_____. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SHOT, E.; STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WALTER BENJAMIN: LIMIAR, FRONTEIRA E MÉTODO

João Barrento*

Resumo

Die Schwelle ist ganz scharf von der Grenze zu trennen [O limiar deve distinguir-se claramente da fronteira]. Parto desta anotação de *O Livro das Passagens* (fragmento O 2a, 1) para pensar o método de Benjamin enquanto trabalho em zonas-limite de risco onde, por um lado, se encontram pensamento e escrita, e por outro se cruzam o olhar micrológico e uma hermenêutica crítica, para fazer nascer géneros e formas híbridos e uma “crítica filosófica” que integra a filosofia na análise filológica e histórica. Este método, o pensar nos lugares-do-entre, faz de Walter Benjamin um pensador *para-doxal* por excelência, isto é, alguém que pensa nas margens, ou no limiar, da *doxa* e cuja obra se transforma, assim, num reverberante e rizomático *saber de limiares* (*Schwelkenkunde*), fundado na prática do desvio, de deslocamentos quase imperceptíveis do que está mais próximo para o que está mais distante (a que chamou “o Eros da distância”). A constelação do limiar e o método que lhe corresponde (e que, em Benjamin, converge com o *processo da alegoria* por ele descrito no livro sobre o drama do Barroco alemão e nos ensaios sobre Baudelaire) poderão ser comentados, paradigmaticamente, em relação a algumas *áreas de pensamento* (filosofia da História, da linguagem e da tradução), a *géneros filosóficos e literários privilegiados* por Benjamin (ensaio vs. tratado, fragmento e citação, “memorialismo” e crítica) e a *objectos específicos* (entre os quais se pode destacar a *passage*, em particular as de Paris).

Palavras-chave

A *passage* como objecto privilegiado; Walter Benjamin; Limiar *versus* fronteira; Método (Crítica filosófica).

Abstract

Die Schwelle ist ganz scharf von der Grenze zu trennen [the threshold must be carefully distinguished from the boundary]. I take this statement by Benjamin in *The Arcades Project* (fragment O 2a, 1) as a starting point to reflect on his *method* as a work in zones of risk, crossroads where, on the one hand, thought and writing meet, and on the other hand a micrological look on reality and critical hermeneutics complete one another so as to give birth to hybrid genres and forms and to a “philosophical criticism” that integrates philosophy in philological and historical analysis. This method of “thinking in-between” makes of Benjamin a *para-doxical* thinker par excellence, someone who thinks in the margins, in the threshold of the *doxa*, and whose work thus becomes a reverberating and rhizomatic science of *threshold-zones* (*Schwelkenkunde*). This method is based on shifts of thought, almost imperceptible displacements from what is near to what is at distance (Benjamin called this “the Eros of distance”). The constellation of the threshold and its corresponding method (which in Benjamin’s work converge with the *process of allegory* described in the book on *The Origin of German Tragic Drama* and in the essays on Baudelaire) can paradigmatically be commented in regard to some *fields of thought* (the philosophy of History, of language and translation), to *philosophical and literary genres* favoured by Benjamin (such as the essay or treatise, fragment and quotation, memoirs and criticism) and also to *privileged objects*, among which the *passage* (in particular the Paris’ arcades of the nineteenth century) assume a central place.

Keywords

Benjamin; Threshold *versus* boundary; Method (Philosophical Criticism); The *passage* as privileged object.

* Universidade Nova de Lisboa; Espaço Llansol – Lisboa – Portugal. E-mail: jobarrento@mail.telepac.pt

O meu lema e fio condutor para esta reflexão poderia ser duplo: um, vindo do século XVIII, o outro do século XX e do próprio autor de que me ocuparei. São eles:

A fronteira é o lugar das mais estranhas criaturas.¹

Lichtenberg, fisionomista e autor de aforismos do século XVIII alemão.

O limiar deve distinguir-se claramente da fronteira.²

Walter Benjamin, Passagens, O 2a, 1

No limiar

Escolho apenas alguns aspectos, enquadrados num breve percurso biográfico de Benjamin, orientado também para a temática da fronteira, com todas as implicações que este termo contém.

Enquanto ia nascendo este texto, e outros ensaios sobre Walter Benjamin escritos para o livro *Limiares. Sobre Walter Benjamin* (2012), e também a tradução das Obras deste filósofo³, eu ocupava-me igualmente de outro grande clássico não lido, ou pouco lido, Robert Musil. Nesse tempo cabia ainda a ocupação com uma outra obra também *ainda* não lida, o imenso espólio deixado pela escritora portuguesa Maria Gabriela Llansol. Evoco estes outros casos porque todos eles, cada um à sua maneira, foram “revolucionários conservadores”, para usar uma expressão de Thomas Mann a propósito de Lutero. Todos eles, de igual modo, autores de obras de rotura, não canónicas, transversais, na fronteira – entre formas e géneros e sobretudo *entre a escrita e o pensamento*. No caso de Walter Benjamin, um pensamento reverberante, em trânsito, rizomático, servido por um *método* em que se cruzam a fenomenologia e a hermenêutica crítica (ou a “crítica filosófica”, como ele próprio prefere dizer), o marxismo e o messianismo, para levar à prática, na leitura que faz dos mais diversos objectos, uma verdadeira quadratura do círculo: encontrar o corpo da ideia, materializar a metafísica.

Como? Pelo seu pensamento imagético (e não apenas conceptual), e pela sua determinação em evitar o que chamava, em carta a Hofmannsthal de 13 de janeiro de 1924, “a barbárie da linguagem das fórmulas”, e a que contrapõe a necessidade de libertar as palavras da “carapaça dos conceitos” pela “força magnética do pensar”.

Com poucas excepções – a maior é certamente, em Portugal, a de Maria Filomena Molder –, este autor não tem sido pensado e assimilado assim entre nós, nunca foi verdadeiramente actual, e menos ainda actuante na cena filosófica e teórica portuguesa. O que posso fazer aqui, no espaço limitadíssimo de um artigo, é procurar comunicar-vos alguns dos modos desse pensamento que recusa a segurança dos instrumentários linguísticos e conceptuais dos sistemas filosóficos e das escolas críticas que tinha à sua disposição, e arrisca “pensar a contrapelo” – e isto significa usar um método que é mais *imagético* do que conceptual, que não separa o pensamento da *forma do pensamento* e, sobretudo, que escolhe como objecto e lugar privilegiado desse pensamento, não o espaço interior e já delimitado dos saberes, mas precisamente o *limiar*, a fronteira, o lugar-entre.

¹ No original: “Auf der Grenze liegen immer die seltsamsten Geschöpfe”.

² No original: “Die Schwelle ist ganz scharf von der Grenze zu scheiden”.

³ Agora também em edição brasileira, na Editora Autêntica, Belo Horizonte.

Walter Benjamin é ele mesmo um pensador múltiplo e não situável, um dos grandes polígrafos do século XX, um filósofo atípico, um “objecto esquivo” (BARRENTO, 2006, p. 47), como já lhe chamei: pensador *para-doxal* por excelência (i.é: que pensa sempre nas margens, no limiar da *doxa*), filósofo da história, da linguagem, da política, da ideologia, da estética, sociólogo, historiador da literatura e da arte, crítico, cronista e contista, poeta e colecionador, teorizador dos novos *media* (a fotografia, o cinema, a publicidade) e autor de alguns dos grandes ensaios literários do séc. XX, sobre Kafka e Proust, Goethe e Brecht, o Barroco e o Surrealismo. E, o que era quase inevitável, um fragmentarista (mas não um autor do fragmento como forma!) que só escreveu e publicou três livros, numa obra imensa – dois deles teses acadêmicas, uma das quais, um dos livros do século, foi recusada pela Universidade de Frankfurt. Autor de fragmentos, portanto, mas não assistemático, nem aforístico, como outros de uma tradição filosófica contracorrente, em que Nietzsche é o grande exemplo. Se a “condição textual” desta Obra é o fragmento, como escrevi no posfácio à edição portuguesa em curso, essa “exigência fragmentária” (BLANCHOT, 1969) – ditada muitas vezes pelos próprios objectos, e que é a de todo o pensamento que não se fecha – não significa, no entanto, que esta obra não se estruture em torno de constelações sistemáticas bem visíveis. É sobre algumas dessas constelações de fronteira, e de alguns dos seus conceitos-chave, que tentarei organizar esta reflexão, partindo da convicção de que o objecto preferencial do pensamento de Benjamin é o limiar (ou então é esse pensamento, na sua forma típica, que transforma qualquer objecto numa figura-limite), e de que toda a sua obra é aquilo a que um crítico, nos anos oitenta (W. Menninghaus), chamou já *Schwellenkunde* – uma ciência ou um saber dos limiares.

Fisionomia filosófica – sem Eu

Serei eu aquele que se chama W. B.,
ou chamo-me simplesmente assim?
(W. B., *Passagens*, Qº, 25)

A vida de Walter Benjamin (Berlim, 1892 – Port Bou, 1940) é, pode dizer-se, um trágico périplo de equívocos produtivos, resultantes da sua posição não dogmática, *entre* pressupostos intelectuais e ideológicos aparentemente inconciliáveis. Isso leva-o a assumir ao longo da vida posições de risco, na *fronteira* dos saberes ou da consciência. E a forma que melhor serve um retrato intelectual de Walter Benjamin é a *montagem*, uma forma que ele próprio praticou, em livros como *Rua de Sentido Único*⁴ e acima de tudo nesse gigantesco arquivo da modernidade, um enorme painel feito de citações e fragmentos que dá pelo nome de *O Livro das Passagens*⁵, e a que o autor, já em 1927, chamava uma “fantasia dialéctica”. A montagem é uma cartografia de limiares: a partir de uma aglomeração aparentemente caótica de textos, fragmentos, cartas, experiências, relações, sem limites nem sistema aparente, estrutura-se descontínua e contraditoriamente uma figura da ambiguidade, um perfil flutuante que se desdobra *ad infinitum* em linhas paralelas e tonalidades alternantes.

⁴ Na tradução brasileira publicada em 1987: *Rua de mão única*.

⁵ Na tradução brasileira publicada em 2006: *Passagens*.

Em Benjamin, a própria noção de *Obra*, pela sua diversidade, complexidade e movimento contínuo, é refractária ao sentido mais corrente de obra como coisa acabada: para Benjamin, “toda a obra acabada é apenas a máscara mortuária da sua intenção” (BENJAMIN, 2004). Daqui, a sua *marca de água* constitutiva: a da escolha de zonas-limite, a da prática das passagens, a da intervenção em zonas-limiar, transversais aos saberes instituídos. Daqui, também, o seu *método*, que se ajusta a esses objectos tornados esquivos pelo olhar de quem sobre eles pensa e escreve: o método da *destruição-salvação*, que consiste em arrancar os objectos aos seus contextos habituais para neles encontrar novas significações – curiosamente, um método que corresponde exactamente à configuração e ao “trabalho” da alegoria, uma das categorias centrais de Benjamin para reinterpretar, quer o teatro barroco, quer a modernidade de Baudelaire. O método assenta muitas vezes apenas num ligeiro, mas decisivo, desvio do olhar que permite ver o objecto a outra luz – quer se trate de um objecto sensível (artístico ou literário) ou filosófico, abstracto: por exemplo, uma filosofia da História lida a contrapelo das visões teleológicas ou cíclicas do séc. XIX (Hegel, Nietzsche), e cruzando pontos de vista messiânicos (mas não escatológicos) e materialistas (mas contaminados pela teologia, e não ortodoxos). É o que acontece em textos-chave da leitura da História por Benjamin, particularmente as *Teses sobre o conceito da História* e o *Fragmento teológico-político*.

Este último texto, uma das mais enigmáticas páginas de Benjamin, vem dizer-nos (como as *Teses*) que na história não há lugar para a morte, porque a sua matéria – o passado e os seres futuros que o habitam – é matéria viva e transformável. O *Fragmento* diz claramente, rejeitando o messianismo religioso e afirmando um ponto de vista eudemonista: “O reino de Deus não é telos da *dynamis* histórica”. E: “A ordem do profano tem de se orientar pela ideia de felicidade”. De acordo com esta visão da história, a salvação não virá só no fim dos tempos, ela está sempre já aí, ou mostra-se por uma nesga estreita que se abre no tempo não linear, em cada momento de esperança e utopia da história humana no seu plano imanente, em cada um dos pequenos “desvios” que se podem dar no acontecer humano – e mais do que isso não podemos esperar que aconteça. Benjamin vai buscar a ideia das mudanças na história como resultado de pequenas deslocações a uma parábola hassídica do judaísmo do Leste. No projecto do humano que orienta toda a sua *Obra*, também a escritora portuguesa Maria Gabriela Llansol encontra um nome para esse “minimalismo messiânico” (como lhe chamou o crítico português António Guerreiro). Designa-o de “o modo leve de mudar”, quando anota em *Finita*⁶, o seu segundo diário:

Augusto lembra-me muitas vezes que quem escolhe a palavra, decide o real;
// mas, neste aviso, sinto, sobretudo, o voluntarismo, porque não me desprendo da visão do eterno retorno do mútuo, que se revela no modo leve de mudar (LLANSOL, 2005, p. 28).

Seculariza-se aqui o messiânico e o escatológico, mas ao mesmo tempo “sacraliza-se” (esteticamente, não teologicamente) a categoria do profano, que, não sendo “categoria de tal reino”, é *indício* da sua proximidade. Enquanto leitor de indícios, o historiador, diz Benjamin numa das notas para as *Teses*, precisa de saber “ler o que não foi escrito”.

Também Benjamin é um *leitor de indícios*, operando um “desvio” em relação às leituras dominantes (de factos ou de quimeras: e com isso recusa as “grandes narrativas”, perfilando-se como um pré-pós-moderno), desvio esse

⁶ O livro foi editado no Brasil, juntamente com o 1º e o 3º diários da escritora, em 2011.

que, por pequeno que seja, implica, naturalmente, riscos. A permanência no limiar contém o perigo da indecisão (nada que Benjamin não conhecesse bem). Mas o “método” seguido implica e integra esses riscos, e é largamente compensado pela “salvação” que propicia do que há de mais essencial nos objectos – quase sempre textos – de que se ocupa: o seu “conteúdo, ou teor, de verdade”.

O modo de chegar aos conteúdos de verdade (*Wahrheitsgehalt*), para lá dos meros conteúdos objectivos ou materiais (*Sachgehalt*) é, em Benjamin, o seu método. Um método que é caminho e desvio, labirinto e transparência. Ainda que se trate de objectos não rigorosa ou tecnicamente filosóficos – e isso acontece com o grosso da sua obra, que se ocupa predominantemente de objectos literários e artísticos, do Barroco ao século XX –, esse método é o da “crítica (da hermenêutica) filosófica”. O que isso significa, deixou-o Benjamin esclarecido, como se disse atrás, em textos-chave como o “Prólogo epistemológico-crítico” de *Origem do Drama Trágico Alemão* (2011) ou o ensaio sobre *As Afinidades Electivas de Goethe*⁷. A dialéctica de perigo e salvação (que aqui tem vários nomes: “destruição e salvação”, “barbárie positiva”) remete-nos para a abertura e o fecho do hino de Hölderlin “Patmos”, que contém, no essencial, o método de Benjamin. Ouçamos Hölderlin:

Perto está
e difícil de apreender, o deus.
Mas onde existe perigo, cresce
também aquilo que salva.
[...]/
... Mas o pai, aquele
que sobre todos reina,
gosta acima de tudo que cultivemos
a sólida letra e que interpretemos bem
aquilo que é. [...] ⁸ (HÖLDERLIN *apud* BARRENTO, 2006, p. 50 – tradução
minha).

Se tivesse de resumir numa frase o método de Benjamin, que persegue um objectivo (busca também o seu “deus por vir”, deus profano, porém), diria que ele pretende *descobrir o mais distante pela observação incansável e implacável do mais próximo*. O perigo de nos perdermos na floresta do texto (o risco de todo o acto hermenêutico, e o seu desafio) desaparece perante o milagre operado por esse mesmo texto – texto de linguagem, da História ou até do inefável –, que é sempre lugar de salvação de sentidos e de “origens” várias, no próprio acto da sua apropriação (para um) presente. Se o intérprete for sensível à “sólida letra” que funda toda a atribuição de sentido(s), o texto abrir-se-á à revelação dos seus mais profundos “conteúdos de verdade” (“Quem escolhe a palavra decide o real!”). Uma vez aqui chegado, o “crítico filosófico” Walter Benjamin transforma-se no mais radical e exigente *filólogo*. De facto, o essencial deste método é a integração da filosofia na análise filológica e histórica, recusando o historicismo, o estudo superficial das fontes e um nominalismo esquematizante e oco, dominantes na história da arte e na filologia. O que Benjamin faz é, como se disse, qualquer coisa como uma *quadratura do círculo: encontrar o corpo da Ideia, materializar a metafísica*. Um dos momentos em que este método se torna mais evidente é porventura aquele em que o Prólogo do

⁷ Texto incluído no livro *Ensaíos reunidos*: escritos sobre Goethe, publicado no Brasil em 2009.

⁸ No original: “Nah ist/ Und schwer zu fassen der Gott./ Wo aber Gefahr ist, wächst/ Das Rettende auch. [...]// Unwissend, der Vater aber liebt,/ Der über allen waltet,/ Am meisten, daß gepflegt werde/ Der feste Buchstab, und bestehendes gut/ Gedeutet. [...]”.

livro sobre o drama barroco se ocupa da relação entre *fragmento* e *totalidade*, para destacar a importância da coisa, do objecto concreto, do adereço cénico, das ruínas espalhadas pelo palco, para a compreensão da *Ideia* do drama trágico barroco. A *Ideia* (mais no sentido de Goethe do que de Platão) é então a *morada do conteúdo de verdade da obra* – uma verdade que é “um ser inintencional”, “a morte da intenção”, que por isso “se aproxima do modo de ser simples das coisas” (BENJAMIN, 2011, p. 24), tal como o fragmento concreto sustenta o conteúdo material objectivo. Entre a coisa e a *Ideia* está o *limiar do possível*, como mostra o olhar do melancólico ao atribuir ou impor às coisas sentidos inauditos.

Mas voltemos ao nosso fio condutor, o do *limiar*. Um método como este leva necessariamente a uma forma de pensamento que se situa nessa *zona* e a escolhe para praticar aquilo a que já chamámos uma ciência ou um *saber das passagens*, dos *limiões*. Partindo de um desenho do artista italiano Valerio Adami, Jacques Derrida delineou em 1975 um sugestivo retrato de Walter Benjamin, uma fisionomia da instabilidade (em alguém que, paradoxalmente, sempre soube muito bem o que queria), definindo aí a figura como “um homem da fronteira”:

O esteta fetichista ou sonhador é também um teorizador político e vanguardista militante. Inassimilável por uma e por outra destas facções, repudiado em toda a parte, sem lugar no mapa das ideologias europeias, marxista acusado de não ser o pensador dialéctico que sempre quis ser, pensador político a quem apontavam o seu messianismo, o seu misticismo, o seu talmudismo. [...] Crítico, em situação crítica, nas fronteiras, um homem da fronteira (DERRIDA, 1975, p. 18).

Walter Benjamin foi, na verdade um pensador da fronteira ou do limite (*Grenze*), mas também, talvez ainda mais, do limiar (*Schwelle*). Ele próprio afirma que as duas coisas se não podem confundir (vd. o lema de onde parti), mas as duas figuras, na sua complementaridade, são referências simbólicas – que nele a maior parte das vezes ganham configuração alegórica – incontornáveis para se entender a natureza da sua obra e a orientação do seu pensamento heterodoxo. A análise materialista do mundo moderno, que empreende em muitos dos seus textos, parte em Walter Benjamin de constatações ou firmes convicções de ordem metafísica, de intuições que por vezes elabora em obras e ensaios acabados, e outras vezes se ficam por núcleos de fragmentos, como aconteceu com o grande projecto das “Passagens de Paris”.

Um desses fragmentos (O 2^a, 1) poderia bem aplicar-se ao impulso subjacente a toda uma obra como a sua:

Rites de passage – assim se chamam, na etnologia, as cerimónias associadas à morte, ao nascimento, ao casamento, à entrada na idade viril, etc. Na vida moderna, estas passagens foram-se tornando cada vez mais irreconhecíveis e não experienciadas. Ficámos muito pobres de experiências do limiar (*Schwellenerfahrungen*) [...] O limiar deve distinguir-se claramente da fronteira. Limiar é uma zona, e na palavra estão contidos os sentidos de mudança, passagem, flutuação [...]. (BENJAMIN, 2006, s/p.).

O que é então um limiar, no contexto que aqui nos interessa? *Limiar* vem do latim *limes*, que deu *limite* em português, e que era o termo usado para designar as fronteiras do Império Romano. Em Benjamin, porém, não é linha, mas zona, e corresponde ao hibridismo que encontramos naquilo a que ele chamava uma “imagem de pensamento”, nem imagem (eidética, nua) nem conceito, mas o instrumento de um “pensamento imagético” (*Bilddenken*) que

espelha a própria fisionomia filosófica deste pensador (e eu pouco mais posso fazer, aqui, do que esboçar essa fisionomia).

O limiar é, assim, uma marca que atrai pelo que promete (em Benjamin incita a uma reflexão sobre o secreto), diferentemente da fronteira, que é um lugar que pode assustar pelo que esconde, o desconhecido do outro lado; o limiar é uma linha (ampla) de passagens múltiplas, a fronteira é uma linha única de barragem, num caso mais traço de união, no outro de separação; enquanto a fronteira é muitas vezes apenas um lugar burocrático, o limiar é um lugar onde fervilha a imaginação (a na obra de Benjamin, o livro de memórias *Infância Berlimense: 1900* (2004) é disso o melhor exemplo, cheio de figuras que são guardiões dos limiares, de portas, portões, varandas, campainhas, corredores que constituem objectos privilegiados do fascínio da criança - e do filósofo que mais tarde os transformou em imagens de pensamento, tal como Proust, um dos autores de Benjamin, deles faz a matéria que no romance alimenta a memória involuntária). O limiar, todos os limiares, se transformam assim em lugares de vida e de pensamento escrito, enquanto a fronteira acabaria por ser, para Benjamin, lugar de morte. Voltaremos a essa fronteira no fim.

Formas e objectos do limiar

Podemos ver agora, com referência a alguns textos, de que modo a constelação do limiar informa toda a Obra de Walter Benjamin, e se articula com alguns conceitos-chave, instrumentos do seu pensamento (concretamente, e para escolher apenas alguns: Ideia, alegoria, origem, vestígio e aura). Em três níveis:

- 1) *Áreas de pensamento* (filosofia da História, da linguagem e da tradução);
- 2) *géneros filosóficos e literários* (entre ensaio e tratado, fragmento e citação, "memorialismo" e crítica);
- 3) *objectos* (a *passage* e as suas múltiplas significações).

Na impossibilidade de tratar aqui de todos estes casos, escolho apenas um, aquele que, pela sua própria natureza, é o que mais imediata e naturalmente associamos à figura do limiar (e vos pode ser mais familiar hoje): as "passagens", galerias da Paris do século XIX (o *shopping* de hoje) onde a mercadoria, privada do seu valor de uso, se transforma em *fantasmagoria*; zona de deambulação do habitante-tipo da cidade moderna, o *flâneur*, e de transição entre o público e o privado, o interior e o exterior. A cidade moderna é, por excelência, o limiar, o palco, de todas as experiências que se oferecem ao olhar do transeunte-filósofo Walter Benjamin. E as *Passagens de Paris* (obra inacabada, feita toda de citações e fragmentos, a que Benjamin dedica grande parte da sua vida, entre 1927 e 1940) são um motivo que atrai e põe em acção algumas das noções centrais do seu pensamento, já referidas. A passagem é, de facto, lugar de múltiplas significações:

a) *lugar*, necessariamente transitório, *da mercadoria*, onde ela deixa para trás um potencial valor de uso (que lhe era constitutivo antes do capitalismo moderno) para assumir um precário valor de troca e se fetichizar (o "carácter de fetiche da mercadoria" [Marx] é aquilo que nela promete, para lá de um limiar ainda não transposto: a passagem é, assim, o templo da mercadoria, lugar de todas as promessas e também do interdito);

b) *lugar arquitectónico* do entre: entre os dois grandes espaços simbólicos do poder económico burguês: a cidade moderna, a rua, a loja e o interior da casa;

c) lugar do habitante por excelência dos limiares, o *flâneur*, último cavaleiro andante, ainda com tempo e disponibilidade de olhar, do velho mundo cuja morte se anuncia.

Passagens: o limiar da nossa contemporaneidade

Não é muito fácil ao nosso tempo compreender e seguir o “método” de Benjamin para ler o mundo. Isto, apesar de este nosso Agora se ajoelhar, com mais fervor e menos consciência, diante dos mesmos ídolos que Benjamin exorcizou nas *Teses*: a mercadoria, o autoproclamado progresso e a barbárie totalitária (hoje, a nova barbárie das guerras locais-globais e dos mecanismos abstractos que geram desumanização pela des-solidarização), a autocomplacência burguesa (em *Infância Berlinense* e *Rua de Sentido Único*), a profanação generalizada (no ensaio “A obra de arte...”), isto é, a ausência de sentido do sagrado (um sentido, em última análise, da ordem do estético), que deu lugar à proliferação de superstições, sectarismos e esoterismos mais ou menos consoladores ou salvadores e a religiões de toda a ordem – a começar pelo próprio capitalismo, sustentáculo moderno de uma “teologia da mercadoria” e “a mais extrema das religiões de culto”, praticada em permanência e que não redime, mas acumula a culpa à escala universal (vd. o fragmento “O capitalismo como religião”; hoje diríamos: como prática violenta, mafiosa e criminoso). Benjamin traça – em livros como as *Passagens*, na inconclusa obra sobre Baudelaire, e também em *Rua de Sentido Único* e *Infância Berlinense: 1900* – o perfil e a gênese de um século, das revoluções burguesas do século XIX às duas grandes guerras do século XX, figurando alegoricamente, pelo método da distanciação e do estranhamento, a Ideia desse século: a de uma História feita de documentos de cultura que se revelam como documentos de barbárie (também esta uma imagem forte do *limiar*: a cultura como antecâmara da sua própria desvirtuação e instrumentalização). Ou, para usar aquela que é talvez a categoria-chave que lhe permite fazer o levantamento arqueológico e traçar a fisionomia do século XIX, do seu próprio tempo e ainda do nosso, um tempo aparentemente esvaziado de memória e de projecto (i. é, no limiar do seu próprio fim): as fantasmagorias, sonhos de um “progresso” que Benjamin desconstrói como pesadelo e horizonte sempre diferido da História.

A fantasmagoria, que tem na mercadoria em todas as suas formas o seu grande paradigma no mundo urbano moderno (e na prostituta a sua mais evidente alegoria na poesia de Baudelaire; não o das *Correspondances*!), é a sombra espectral de manifestações muito concretas, materiais e carregadas de promessas, presentificadas no novo espaço público promíscuo da modernidade, onde deixou de haver lugar para a vida privada. Por isso ela se retirou definitivamente para o *interior* da casa burguesa, com a sua ilusão de posse e segurança – uma fantasmagoria hoje totalmente absorvida pelo poder de aglutinação alienante da televisão e da publicidade, transformadas em centro real desse interior. O interior-estojo, espaço de não-uso dos objectos do coleccionador, fechado e resistindo ao tempo, transformou-se, com a *passage*, no lugar devassado e instável onde sopra o vento de um capitalismo do descartável. Talvez esta seja uma das grandes transformações dos universos urbanos em geral (na casa, no carro, na roupa, nas viagens...): a da passagem do duradouro para o caduco, do estável para o efémero, uma situação em que tudo se situa no *limiar* de qualquer outra coisa.

Tudo isto se potenciou hoje, no universo fantasmagórico real-irreal das existências num mundo totalmente urbanizado e sujeito à acção de forças invisíveis e obscuras. Nunca o *Lebenswelt* ("mundo da vida") foi tão dominado por *abstracções*, nunca os *corpos* se sujeitaram tanto à violência sem rosto dos *sistemas*, nunca as *consciências* se viram tão enredadas no confuso e admirável labirinto das *redes*. Vivemos no permanente *limiar* de realidades que desconhecemos, mas *podemos* intuir.

A última fronteira: Port Bou

A última fronteira nesta viagem é uma fronteira real. Regresso a Port Bou, 26 de Setembro de 1940, ao limiar absoluto perante o qual Benjamin, fugitivo a caminho de uma terra americana prometida, mas não verdadeiramente desejada, se viu na última fronteira, num lugar no qual é possível encontrar hoje uma obra que será uma das mais conseguidas réplicas do pensamento suspenso, da busca de limiares e da permanência neles como terreno mais fértil desse tipo de pensamento num autor como Benjamin.

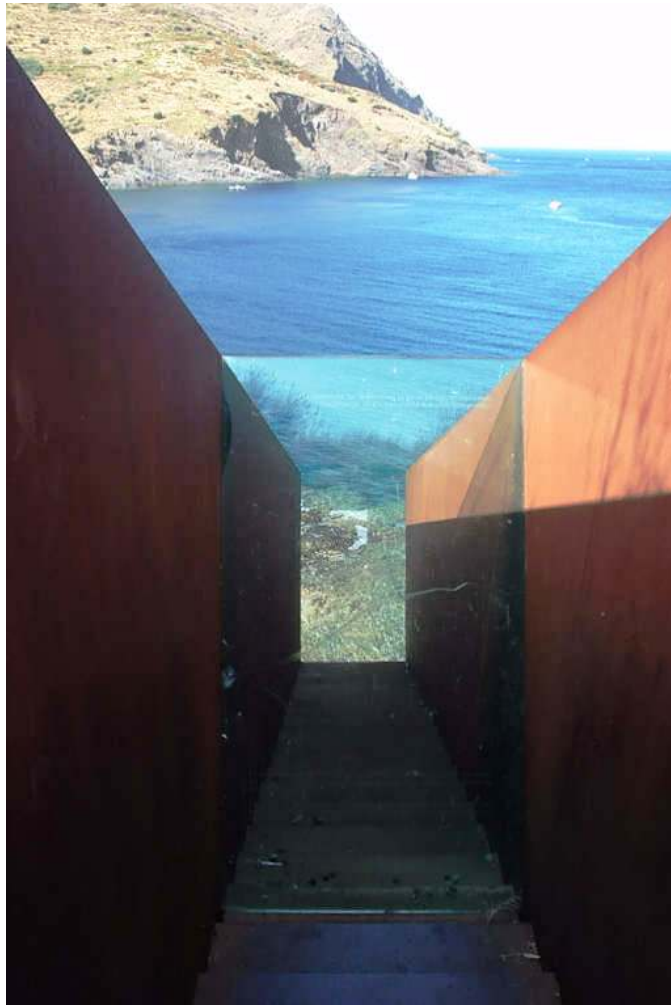
No memorial do israelita Dani Karavan, suspenso sobre o mar à entrada do cemitério de Port Bou (nos Pirinéus Orientais), onde Benjamin estará enterrado, materializou-se, na fronteira, a ideia do limiar. Aí, limiar e fronteira confundem-se, encontram-se de novo. Benjamin, o pensador dos limiares, transpôs o derradeiro num lugar de fronteira. Uma vez mais por um equívoco? Ou devido à violência da História (que ele tão genialmente pensara naquelas *Teses*, em parte escritas em cintas de jornal, que levava na maleta que ficou e depois foi entregue a Adorno)? História que naqueles tempos difíceis, sob o nazismo e o franquismo, não quis deixar-lhe aberta a fresta por onde poderia ter entrado o Messias, o futuro americano, que talvez tivesse significado o fim do pensar para este judeu europeu não transplantável.

Karavan implantou, à entrada do velho cemitério cristão de Port Bou, um memorial (judaico) de extrema simplicidade, mas de grande impacto e de forte sentido simbólico. O princípio orientador foi o do encontro, sem violentar a paisagem, entre as formas abstractas (de ferro oxidado e vidro) e a natureza áspera dos Pirenéus catalães (a pedra, a terra seca, o recorte duro da costa, os ventos). O memorial, no adro do cemitério, é basicamente constituído por um túnel inclinado, de secção rectangular, que desemboca sobre o mar, por um muro em frente da entrada que funciona como estela para receber as pedrinhas que encontramos nos cemitérios judeus e, mais acima na encosta, por um caminho que vai dar a uma velha oliveira.

O túnel liga várias fronteiras num lugar de fronteira: terra e mar, a Catalunha hospitaleira e cosmopolita e a terra de ninguém da diáspora do intelectual judeu, Telavive-Berlim-Port Bou. Com isso, deixa de ser apenas símbolo de uma memória, para se tornar também símbolo de tolerância, da necessidade de derrubar todas as barreiras... Nasce de onde, este memorial? Da força de uma memória? De uma vida na fronteira? Da ideia ou da imagem de um horizonte inalcançável como o do deserto? Qualquer resposta que se dê confirmará as afinidades existentes entre o criador da obra plástica e o pensador que, num diálogo com o lugar, a inspirou. O túnel de Port Bou, tal como o modo de pensar de Benjamin, faz convergir o misticismo e a geometria. Karavan, como Benjamin, tende para uma linguagem arquetípica, em última análise universal.



Dani Karavan - *Memorial Walter Benjamin* - Port Bou (vista lateral)⁹



Dani Karavan - *Memorial Walter Benjamin* - Port Bou (interior)¹⁰

Nas areias do deserto de Neguev: um círculo, uma estaca vertical, uma elevação piramidal de areia. Em Port Bou: o encontro de três materiais que geram formas rigorosamente geométricas – o ferro oxidado, algum betão, o

⁹ Fonte: <<http://walterbenjaminportbou.cat/en/content/lobra>>. Acesso em 25/07/2012.

¹⁰ Fonte: <<http://theleedsarcadesproject.blogspot.com.br/2008/07/portbou-benjamin-memorial.html>>. Acesso em 25/07/2012.

vidro – e casam matéria e memória. A estrutura construída, clara nas suas linhas e enigmática nos seus sentidos e na sua relação com o meio envolvente, é como o pensamento de Benjamin: profundo, obscuro e subitamente luminoso, um pensamento suspenso, em equilíbrio só aparentemente instável, sobre um abismo.

Quando se chega ao fundo do túnel, dá-se, como em tanto texto e fragmento do filósofo, uma iluminação súbita, a luz que vem do outro lado da baía quase nos cega, e não deixa ver a citação de Benjamin gravada, em alemão e catalão, na transparência do vidro: “É mais difícil honrar a memória dos anónimos do que a dos famosos. A construção da história é consagrada à memória dos anónimos”.

Os dois que aqui se encontraram têm nome. Mas o nomadismo da ideia que os anima fá-los percorrer todos os espaços da imaginação e do pensamento. Sem nome nem fronteiras, e sempre na fronteira. É isto o que sente quem olha à sua volta numa tarde de luz, do alto do túnel de Port Bou.

BARRENTO, J. Walter Benjamin: Threshold, the Border and Method. **Olho d'água**, v. 4, n. 2, p. 41-51, 2012.

Referências

BARRENTO, J. Benjamin e Paul Celan. In: _____. *O arco da palavra: ensaios*. Org. Floriano Martins. São Paulo: Escrituras, 2006. p. 29-55.

_____. *Limiares. Sobre Walter Benjamin*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Trad. Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. *Origem do Drama Trágico Alemão*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

_____. *Imagens de Pensamento. Rua de Sentido Único. Infância Berlinense: 1900*. Trad. João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

BLANCHOT, M. *L'Entretien infini*. Paris: Gallimard, 1969.

DERRIDA, J. +R (par dessus le marché). In: ADAMI, V. *Le Voyage du dessin*. Paris: Galerie Maeght, 1975. p. 1-23.

LLANSOL, M. G. *Finita*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.

MENNINGHAUS, W. *Schwellenkunde: Walter Benjamins Passage des Mythos*. Frankfurt am Main: Surhkamp, 1986.

LAS FRONTERAS GLOBALES IMAGINADAS EN *SLEEP DEALER*, DE ALEX RIVERA

Manuel F. Medina*

Resumen

En este artículo analizamos la película *Sleep Dealer*, de Alex Rivera, que acude al género ciencia ficción para debatir temas como fronteras, política, poder y las condiciones de vida de trabajadores inmigrantes en Estados Unidos.

Palabras-clave

Cine; Crítica social; Ciencia ficción; Fronteras; Poder; Política; Trabajo

Abstract

This article analyzes Alex Rivera's movie *Sleep Dealer* which relies on the science fiction genre to discuss borders, politics, power and living conditions of migrant workers in the United States.

Keywords

Borders; Cinema Politics; Power; Science Fiction; Social Criticism; Work.

* Department of Classical and Modern Languages - University of Louisville – Louisville – KY – USA. E-mail: manuel.medina@louisville.edu

El cine latinoamericano contemporáneo cuenta historias que se desarrollan y operan dentro, cerca, o alrededor de fronteras, tanto literales como metafóricas, para exponer mensajes tan diversos como las fronteras que exhiben. Mueven la conversación cultural de frontera (Border Studies) para analizar cómo las culturas que comparten espacios físicos (no necesariamente límites fronterizos) se relacionan según aspectos sociales, raciales, de clase, de género, de orientación sexual, entre otros. Los directores han extendido la conversación sobre la frontera a áreas localizadas lejos de la tradicional línea limítrofe entre EUA y México (la frontera por excelencia desde la perspectiva estadounidense). Estos textos exploran la frontera como área de contacto entre diversas culturas, una especie de tercer espacio. Y le otorgan a las minorías un foro desde donde presentar sus versiones rara vez mostradas. Otros proponen la frontera como espacios que se deben cruzar a fin de moverse de una cultura a otra. Nos referimos a filmes tales como *The City* (David Riker, EUA, 1998), *Nueva Yol* (Ángel Muñoz, República Dominicana, 1995), *Bolivia* (Adrián Caetano, Argentina, 2001), *O Camino das Nuvens* (Vicente Amorín, Brasil, 2003), *María llena eres de gracia* (Joshua Marston, EUA & Colombia, 2004), *Sleep Dealer* (Alex Rivera, EUA, 2008), *Paraíso Travel* (Simon Brand, Colombia, 2008), *Prometeo Deportado* (Fernando Mieles, Ecuador, 2009), *Sin nombre* (Cary Fukunaga, EUA, 2009), entre muchas otras. La lista incluye además de una extensa cantidad de documentales producidos a lo largo de todo el continente. El presente estudio analiza cómo Alex Rivera ha producido *Sleep Dealer*, una película que cabe dentro de este diálogo cultural que re-define la frontera como campo de intercambio de ideas y la proponen como espacio para darle voz al subalterno.

A partir de la publicación de *Borderlands/La Frontera* (1987) de Gloria Anzaldúa, la teoría fronteriza (Border Theory) ha evolucionado de estudiar la producción cultural elaborada en el espacio inclusivo del área limítrofe que separa a dos países (en su mayoría Estados Unidos y México) a estudiar la fronteras metafóricas y literales que separan una multitud de elementos. Alejandro Lugo en "Reflections on Border Theory, Culture, and the Nation" propone una lista más extensa que incluye las teorías de diferencia de raza, clase, género y orientación sexual en el cruce de la historia, la literatura, la antropología y sociología y estudia los espacios ocupados por las minorías a fin de darles voz. Extiende el discurso de lo fronterizo al territorio del poder, del contexto global del capitalismo tardío y al cambiante rol de la nación:

¿Por qué hay múltiples discursos produciendo imágenes de las fronteras en casi todas partes, por lo menos en la mente de los académicos? Tratando de contestar a esas preguntas, pero más con un espíritu de búsqueda que con el de una solución definitiva, se puede decir que los lugares, las fuentes, los objetivos y los discursos pueden caracterizarse variablemente por lo siguiente: ... La línea del frente (en la vanguardia) de teorías de la diferencia (raza, género, clase y orientación sexual) y, finalmente, (en) la intersección de la historia, la literatura, la antropología y la sociología (estudios culturales). / En este ensayo, yo sostengo que, para comprender su importancia y la política práctica, hay que re-imaginar la teoría de la frontera en el ámbito de lo ineludible, el terreno escabroso del poder (Foucault, 1978) ... y cómo se ha integrado en el mundo académico, en la teoría cultural y en el contexto global del capitalismo tardío (LUGO, 1997, p. 44 - Traducción: **revista Olho d'água**)¹.

¹ En el original: "Why are the multiple discourses producing images of borders almost everywhere, at least in the mind of academics? In trying to answer these questions, more with an exploratory spirit than with a definitive one, let us say that the sites, the sources, the targets, and the discourses can be variably characterized by the following:... The cutting edge (at the forefront) of theories of difference (race, class, gender and sexual orientation) and finally (at) the crossroads of history, literature, anthropology, and sociology (cultural studies). // In this essay, I argue that in order to understand its political and practical importance, we must re-imagine border theory in the realm of the inescapable, mountainous terrain of Power (Foucault,

Margaret E. Montoya añade a la conversación cultural sobre la frontera que dicho espacio se ha convertido en una metáfora de grandes fuerzas sociales que parten de la pregunta de "quién pertenece y quién no" (MONTTOYA, 1994, p. 04).

Expone que esta posición contrasta grandemente con la tradición de compartir medios, recursos y facilitar las transacciones transfronterizas que reinó en el área por los primeros ciento cincuenta años de su establecimiento a partir de la firma del Tratado Guadalupe-Hidalgo.² Los que en la actualidad aluden a "transgresiones" y violaciones" y se consideran dueños del espacio, rechazan a los que, según su perspectiva, lo han invadido. Emplean parámetros que marcan diferencias de clase, color, raza y otros rasgos de los grupos minoritarios para decidir pertenencia o no al espacio que, como mayoría, protegen.

Sleep Dealer (sin título oficial en español) se estrenó en el 2008 dirigida por Alex Rivera, cineasta estadounidense de ascendencia peruana con guión escrito por el mismo director y por David Riker que ya nos entregara la aclamada *The City/ La ciudad*, película sobre inmigrantes indocumentados viviendo en Nueva York. La película recibió los siguientes tres prestigiosos premios en 2008: *Sundance Waldo Salt Screenwriting Award and Alfred P. Sloan Prize* y el *Amnesty International Film Prize* (Berlín). Representa una de las propuestas más interesantes sobre el tema de la relación entre latinos y anglosajones en los Estados Unidos. La película, contada a través de constantes saltos cronológicos y espaciales ofrece una historia que parodia o emplea al cine de ciencia ficción para validar su trama. *Sleep Dealer* redefine el famoso sueño americano. La mayoría de la acción toma lugar en básicamente dos lugares principales: la ciudad de Tijuana en la frontera Estados-Unidos-México y en Santa Ana del Río, en Santa Ana, México. La selección de lugares obedece a que Tijuana representa o por lo menos representó el punto de entrada preferido por los que cruzan la frontera para dirigirse a los Estados Unidos en procura de mejores condiciones de vida. A Santa Ana del Río se lo presenta como un lugar carente de oportunidades para sus moradores que viven en deplorables condiciones económicas. La historia ocurre en un momento en el futuro cercano, y como en las obras de ciencia ficción la audiencia no sabe exactamente cuándo se desarrolla la acción. Simplemente se arregla el escenario para que se perciba que se trata de una época por venir, sin realmente definirla con exactitud.

El filme versa sobre Memo que accidentalmente sintoniza y escucha las transmisiones secretas de una compañía propietaria del agua y su distribución. La compañía asume que se trata de un agente subversivo, tildado de "aqua-terrorist" y envía un dron para aniquilarlo. Porque la compañía que monopoliza el agua no se asegura de no causar daños colaterales, matan al padre de Memo cuanto intentaban terminar con este último. A consecuencia de esto, el personaje principal decide partir hacia Tijuana a fin de conseguir trabajo para ayudar a mantener a su familia que debido a la sequía, al asesinato de su padre y a que no tienen acceso al agua para irrigar sus plantas se han quedado sin su fuente principal de sustento: los frutos de la siembra. Memo sigue el camino de su padre que hace cincuenta años había inmigrado a los Estados Unidos con fines similares. En Tijuana, trabaja en una versión moderna de las factorías, fuentes

1978)... and how it has been imbricated in the academy, in culture theory and in global context of late capitalism" (LUGO, 1997, p. 44).

² Tratado de paz que puso fin a la guerra que tuvo lugar desde 1846 hasta 1848 entre México y los Estados Unidos de América. El tratado, firmado en 1848, prevé la venta por parte de México, de los territorios que hoy forman los estados de Colorado, Arizona, Wyoming, Nuevo México, Utah, California y Nevada, y el pago por los EE.UU. de US\$ 15 millones (nota: **revista Olho d'água**).

de empleo de los inmigrantes. Eventualmente se une a Luz, a quien conoce en el ómnibus que lo lleva a la frontera. Su relación evoluciona y al final se logra la armonía propia de las películas de ficción en que el bien triunfa sobre el mal.



Afiche oficial de *Sleep Dealer*

El título de la película, *Sleep Dealer*, que resulta muy enigmático por las connotaciones que despierta el sustantivo "dealer" asociado generalmente con traficantes. La traducción literal de "traficante de sueños" se relaciona completamente con la trama, pero uno debe ver por lo menos la mitad de la película para entender el significado. Los Estados Unidos, en este futuro distante o no tan distante, han cerrado las fronteras de acceso al país. Se ha diseñado una manera en donde los estadounidenses pueden beneficiarse del trabajo de los mexicanos, y por extensión de los inmigrantes, sin tener que permitirles que vivan entre ellos. Los "*Sleep Dealers*" trabajan en una especie de maquiladoras, dentro del juego de ciencia ficción acertadamente llamadas Cybracero S.A. de C.V. En el lado mexicano, los ciber-braceros trabajan operando robots, aún cuando deberían estar durmiendo, a fin de suplir la amplia demanda de trabajo en el lado estadounidense de la línea. Y desde allí realizan el trabajo que generalmente llevan a cabo los inmigrantes: cosechar fruta, labor de construcción, limpiar, y demás.

Sleep Dealer usa las técnicas de las películas de ciencia ficción para reafirmar el mensaje que sugiere. Pero, las adapta valiéndose mayormente de la ironía como artificio retórico. La idea de los trabajadores operando robots en el lado sur de la frontera funciona con ciertas audiencias, en el plano literal, a los que se oponen a la inmigración de obreros sin documentos. Más el mensaje subtextual, el comentario social en contra de los que quieren desaparecer a los inmigrantes, opera en el ámbito metafórico. Alex Rivera no escatima ningún detalle para sugerir sutilmente en cada escena al valerse de múltiples niveles semánticos para ridiculizar al sistema xenofóbico estadounidense. Alex Rivera, un fanático y consumidor asiduo de ciencia ficción, explica que su idea para la película se originó de su estrecha relación con el género y de su deseo de alterar el modelo:

Hice *Sleep Dealer* en primer lugar porque me encanta la ciencia ficción. Crecí leyendo *The Martian Chronicles* [colección de cuentos de Ray Bradbury publicados en la década de los 50] y, por supuesto, viendo *Star Wars*. Cuando era adolescente,

estaba fascinado por películas como *Blade Runner* y *Brazil*. Sin embargo, cuando llegué a la edad adulta, me di cuenta de que a pesar de las increíbles historias del género y los muchos efectos especiales, habría algunas cosas aún no imaginadas – y que a lo mejor podía ser una oportunidad para hacer algo radicalmente nuevo en la ciencia ficción (Declaración del director) (RIVERA, 2008, s/p. –Traducción y entre corchetes: **revista Olho d'água**).³

Explica que quiso colocar su creación dentro del contexto de las conversaciones sociales vigentes: los inmigrantes indocumentados en los Estados Unidos y la formación de una "villa global" conectada por internet. Rivera detalla que ha percibido un aumento grande en la persecución que sufren los inmigrantes indocumentados en todo el mundo, no solo en los Estados Unidos. Y de allí nació la idea central de *Sleep Dealer* en donde las fronteras se han clausurado pero los inmigrantes pueden contribuir con su trabajo desde sus propios países:

La "aldea global", vista desde el otro lado de un muro fronterizo gigante, parece muy rara. La idea de un mundo conectado por la tecnología, pero apartado por fronteras, es el concepto central de *Sleep Dealer*. Esta realidad irónica me llevó a imaginar un futuro en el que las fronteras están cerradas y los inmigrantes ya no vienen a los Estados Unidos. En cambio, en el mundo de *Sleep Dealer*, los inmigrantes permanecen en sus propios países, sus cuerpos se conectan a Internet y envían su fuerza de trabajo a robots en Estados Unidos. Esto es lo que solía llamarse "el sueño americano", cinco minutos en el futuro (Declaración del Director). (RIVERA, 2008, s /p. - Traducción: **revista Olho d'água**).⁴

Rivera adopta y adapta la estructura de la trama de las obras de ciencia ficción en donde las historias se relacionan con la ciencia y la tecnología. Los argumentos de las obras mezclan el presente, el pasado e inventan lo que podría ser el futuro. Siempre involucran al elemento humano, que ayudan a exponer los efectos sociales que los desarrollos científicos podrían tener en el futuro (Clute; Nicholls, 1995). Los escenarios pintan a un país pobre, lúgubre carente de oportunidades. La fotografía de las escenas iniciales nos entregan a un lugar lleno de luz, aunque desértico porque el agua la resguarda la compañía extranjera que ha adquirido los derechos de distribución. A medida que Memo se acerca a la frontera, la mayoría de la acción ocurre de noche y da la impresión de que los personajes no se mueven sino que deambulan en el espacio. De hecho, Tijuana resalta como el lugar más futurístico de todos los mundos inventados propuestos por la película. El mundo futuro pinta a los Estados Unidos como la utopía perfecta realizada y al sur de la frontera como el espacio que se retrasó o permaneció estático mientras el país del norte continuo desarrollándose, a costa del trabajo de los mexicanos.

Sleep Dealer emplea las fábricas donde laboran los traficantes de sueño, en el sentido de no dormir, y no en el de anhelar lograr lo deseado, como magistral estrategia retórica para presentar su mensaje de crítica o comentario social sutil. Cuando la cámara nos permite entrar en las fábricas notamos que los personajes

³ En el original: "I made *Sleep Dealer* first and foremost because I love science fiction. I grew up reading *The Martian Chronicles* and, of course, watching *Star Wars*. As a teenager I was fascinated by films like *Brazil* and *Blade Runner*. However, as I got older, I realized that despite the genre's wild stories and countless special effects, there were some things that were unimaginable – and that maybe there was an opportunity to do something radically new with sci-fi" (RIVERA, 2008, s/p.).

⁴ Em el original: "The 'Global Village,' seen from the other side of a giant border wall, looks pretty strange. The concept of a world connected by technology, but divided by borders, is the central concept of *Sleep Dealer*. This ironic reality pushed me to imagine a future in which borders are sealed, and immigrants no longer come to America. Instead, in the world of *Sleep Dealer*, immigrants stay in their home countries, connect their bodies to 'the net,' and send their pure labor to robots in America. This is what used to be called the "American Dream," five minutes into the future" (RIVERA, 2008, s/p.).

se mueven como zombies en un estado aletargado; de hecho se emplea el efecto de la cámara lenta para reafirmar y reenfatizar este detalle. El director quizá sugiera que a causa de carecer de documentos deambulan en el sistema, en vez de vivir en el mismo. Se han convertido en una extensión de los robots y por ende se han integrado a ellos. Los ojos de los trabajadores carecen de vida porque literalmente deben colocarse lentes de contacto en las pupilas para poder operar las máquinas. Esto los presenta ante la audiencia aún más deshumanizados porque carecen de la profundidad de los ojos y parecen muertos en vida, como un zombie de nuevo. La compañía propietaria de las fábricas donde trabajan los que operan los robots se llama Cybracero S.A. de C.V., una clara alusión al programa que los Estados Unidos mismo implementó en 1942⁵ hacia fines de la Segunda Guerra Mundial cuando necesitaba trabajadores que reemplazaran a los hombres estadounidenses que se habían ido a la guerra. El programa terminó a conveniencia de los Estados Unidos en 1964. A los obreros que realizan el mismo trabajo llevado a cabo por los braceros se los tilda de inmigrantes ilegales porque la administración del país revocó el programa que les permitía trabajar legalmente. El sistema hipócrita los alberga y se aprovecha de sus servicios pero no les da los derechos que se merecen.



Memo cybracero (*Sleep Dealer*, 2008)

La película nunca escatima esfuerzo para recalcar su propuesta de despertar la conciencia de la audiencia y contribuir al diálogo sobre el rol de los inmigrantes y los indocumentados en los Estados Unidos. Como se lo comenta en una reseña de *Wired Magazine*, Rivera usa el modelo de ciencia ficción para proponer ideas sobre la sociedad y los seres humanos y no simplemente para especular sobre el futuro de la tecnología y la ciencia: "Al igual que *Blade Runner* y otros grandes cerebros películas de ciencia ficción, [*Sleep Dealer*] trata de ideas ... Una visión radical de un futuro preocupante" (SILVERMAN, 2008, trad. revista **Olho d'água**)⁶. Alex Rivera revela su gran talento creativo al pintar o crear su mundo del futuro cercano y ligarlo directamente a instituciones, eventos y costumbres existentes en la actualidad. Su selección de nombres pone en evidencia su uso magistral del humor para emplearlo como punto de partida para involucrar a la audiencia en el proceso de reflexionar sobre las situaciones que se parodian. Los trabajadores de las fábricas de los *Sleep Dealers* se conectan literalmente a la red por medio de electrodos. Esto les permite operar

⁵ Llamado "Programa Bracero", empleó a trabajadores mexicanos en la agricultura de EE.UU. entre 1942 y 1964, a condición de trabajadores temporales.

⁶ Em el original: "Like *Blade Runner* and other big-brained sci-fi flicks, it's about ideas... A radical vision of a troubling tomorrow" (SILVERMAN, 2008).

virtualmente desde Tijuana aun cuando el lugar de la obra se localice en un lugar remoto dentro de los Estados Unidos: un edificio en Chicago, una plantación en el Sur, y demás. La firma que vende los electrodos que conecta a los seres humanos con la red para que puedan exportar su trabajo se llama Drones, una obvia alusión a “ladrones”, calificativo que los define perfectamente.

Drones representa una corporación global que lo ha adquirido prácticamente todo. Se han apoderado del agua y su expendio, aún en territorio mexicano. Son dueños de las cámaras de seguridad, de la compañía de seguridad, de los aviones que llegan a ajustar cuentas cuando alguien se rehúsa a pagar por el consumo del agua. Venden el trabajo de los cybraceros a clientes que los remunera de una mejor manera que ellos lo hacen con los que laboran conectados a los electrodos. Todo lo asociado con Drones implica una falta de apreciación por el valor de la vida humana. Estéticamente, esto se los sugiere al presentar a la compañía por medio de imágenes que usan colores propios de infomerciales que venden productos de dudosa eficacia o que cobran demasiado por lo que ofrecen. Los cybraceros que se duermen mientras manipulan los electrodos conectados a la red que les permite laborar desde este lado de la frontera corren el riesgo de morir, por ejemplo.

En otra relación intertextual que se emplea en la película, el grupo subversivo que lucha en contra de la corporación Drones se llama EMLA, Ejército Maya de Liberación del Agua (Mayan Army of water liberation). El nombre alude a los movimientos de base indígena surgidos en México durante las últimas décadas del siglo veinte, como el EZLN, Ejército Zapatista de Liberación Nacional o el EQLP, Ejército Quintanarroense de Liberación Popular. El EPR, El Ejército Popular Revolucionario realizó ataques contra PEMEX, administradora estatal del petróleo mexicano en el 2007. Estos embates nos recuerdan a los ataques que emprende el EMLA en *Sleep Dealer* en contra de Drones. Y por último mencionamos Coyotek, una mezcla de Coyote con la tecnología y que se ha construido basado en la connotación de los que trafican personas a través de la frontera. Los coyotes proveen conexiones de contrabando para que las personas puedan trabajar en las factorías de los cybraceros aun cuando no tengan la documentación respectiva. Los coyotek ofrecen sus servicios en lugares clandestinos o afuera de los bares en áreas descuidadas por la ley.

En vez de físicamente transportar a una persona al otro lado de la línea divisoria entre países, los trasladan virtualmente al enlazarlos con la red que les permite trabajar, aunque carezcan de documentación en regla.

Sleep Dealer se basa en el conflicto básico del bien *versus* el mal para poner en pantalla su mensaje que compagina perfectamente con el modelo tradicional de las obras de ciencia ficción, en las que se basa y emplea como modelo que se actualiza para que quepa dentro de la ideología no conservativa que conlleva y que propone un futuro de esperanza. A pesar de la tecnología y sus avances, al final la naturaleza buena de los seres humanos se impone y ellos luchan contra las fuerzas del mal que intentan destruir y aprovecharse de los más débiles. De modo subversivo, el aviador no puede escapar al remordimiento de haber matado a otro ser humano y decide reparar el daño causado valiéndose de un avión propiedad de la misma compañía que lo mandó a asesinar.

La película en definitiva cuenta la historia de Memo aunque Luz resalte como protagonista secundaria con la que comparte gran parte del espacio escénico. Los dos poseen nombres que reflejan sus roles en la película. Memo evoca el término memoria porque siempre evoca su pasado y lo que dejó atrás en Santa Ana del Río, además de recordar la muerte de su padre, que ocurre como consecuencia directa de sus acciones. Lo de la memoria cobra aún más

significado cuando nos enteramos que Luz vende historias en la red y por ende se podría interpretar que Memo recuerda para que Luz sobreviva. A ella le pagan para escribir un blog que apropiadamente se llama "El otro lado del muro" porque ella documenta historias de los que viven en Tijuana. Ella literalmente se apodera de las memorias de Memo para mantener su publicación virtual a pesar de las contradicciones éticas que le provoca el hacerlo. El recordar, la memoria, y el convertir en escrito lo que se ha expresado verbalmente, todo conlleva un gran significado en el film.

Respecto a Luz, ella le permite a Memo, literalmente ver más allá de la frontera y cruzarla (aunque sea virtualmente). En una de las escenas más indicativas del rol de las separaciones limítrofes de las fronteras vemos a Luz caminando con Memo junto a la cerca que separa a los Estados Unidos de México. Todas estas escenas usan el agua en la construcción elaborada del *mise en scène* y progresivamente añaden significado al desarrollo de la acción. Al principio, los dos cruzan un canal que separa dos espacios, un área rica y otra pobre aunque no sabemos si se trata de la división de dos países si sabemos que las aguas servidas que circulan mantienen a los dos grupos de personas separados y que para integrarse tienen que caminar en esa suciedad. En otra escena, Luz y Memo aparecen recostados uno del otro en una posición íntima. La cámara gira alrededor de ellos para ofrecer un trasfondo que cambia de una visión borrosa de los pilares de madera que forman la cerca que separa a los países a una que deja ver al mar cuyas olas y ruido calmante aparecen como el marco perfecto para el momento romántico que se nos ofrece. La colocación de las tablas que componen la cerca los pinta como prisioneros atrapados en un mundo que de otra manera sería perfecto. La toma incluye la playa y coloca la escena contra el fondo del Océano Pacífico. Los dos se mueven con naturalidad pero la escena los sugiere a los dos detenidos en un espacio que impresiona a la audiencia, a la que sutilmente se la invita a reflexionar sobre el rol de las arbitrarias líneas que separan a los países. Eventualmente, Memo descubre que Luz ha publicado su historia para fines propios y obviamente se siente engañado. El director una vez más emplea el *mise en scène* y la fotografía para enfatizar la frustración y falta de esperanza que inundan a los seres humanos al sentirse detenidos y encerrados. Memo se dirige a la frontera a fin de cruzar (sin documentos, obviamente) al otro lado, a los Estados Unidos. La cerca, esta vez de láminas de metal, le impide el paso. La cámara, colocada en el lado estadounidense de la frontera lo muestra rendido ante la barrera que se interpone entre él y el océano que aparece una vez más acogedor. La escena se la construye de manera que la cámara muestre cómo Memo se aproxime a la cerca cada vez más. Al final, abraza dos de las láminas que le impiden continuar caminando hacia el frente, hacia el océano y que metafóricamente representan los barrotes de una cárcel que mantienen a un detenido bajo rejas. Memo no puede encontrar sosiego ni refugio porque arbitrariamente gobernantes decidieron separar a personas que en realidad poseen mucho en común. Los defectos humanos, de egoísmo, racismo y demás representan los elementos que los separan y que alimentan la idea de que se deben mantener puertas cerradas que mantengan a personas no deseadas del lado apropiado de la cerca. Apropiadamente, tomas sucesivas de la frontera presentan el contraste enorme entre los dos lados de la línea: opulencia *versus* carencia.



Memo atrapado por la cerca (*Sleep Dealer*, 2008).

El agua y la luz ayudan a cerrar la historia de manera que colaboraron a abrirla. En la escena que cronológicamente se coloca cerca del inicio de la película, vemos a Memo y a su padre, bajo un arduo sol, caminar a la represa a donde ellos tienen que pagar por el privilegio de recoger agua del lago. Luego, deben emprender el mismo camino de regreso. El final ofrece redención para todos los personajes, Jacob Vargas, el aviador que operó el dron que mató al padre de Memo, a Luz y a Memo. Y por supuesto, todos se redimen con el agua purificadora de la represa. El agua aparece dentro del marco de numerosas connotaciones, todas asociadas con la vida, de la que es fuente y con la libertad y opresión. La película ofrece en prolepsis una vista de la germinación de semillas cultivadas en la parcela de la familia de Memo en Santa Ana del Río. En una analepsis, se ve que Jacob de manera subversiva ha maniobrado el avión de caza y ha derribado la pared de la represa y los moradores de Santa Ana del Río de nuevo pueden disponer de agua para cultivar la tierra. Luz regresa a su madre y Memo y Jacob la acompañan a tomar el bus. La película emplea la estructura de la trama de las películas de ciencia ficción en donde el bien, las fuerzas subversivas, lucha contra el mal, el imperio y al fin los rebeldes terminan vencedores: el bien se impone. Técnicamente, el director ofrece este mensaje de esperanza al usar una iluminación radiante en las escenas finales lo que las diferencia grandemente del resto de las escenas, que ocurren en la frontera, en que existe muy poca luz. *Sleep Dealer* cierra con una toma de una puesta de sol radiante, brillante, llena de energía y promesa. Sugiere que el director espera que la película a través de su parodia energice las causas de resistencia en contra de los que se rehúsan a ver el rol crucial de los inmigrantes en el fortalecimiento y desarrollo de la economía estadounidense.

En resumen, *Sleep Dealer* sirve de ejemplo de cómo los directores latinoamericanos contribuyen a la discusión cultural sobre el tema de redefinir las fronteras, el tema de las fronteras y la manera en que las percibimos ahora que el mundo se ha vuelto global. El director provee voces a los sectores minoritarios al entregar películas que permiten a las audiencias percibir la situación de los inmigrantes e instruirse y reflejar en maneras de borrar las fronteras o reconstruirlas. La solución no se encuentra en levantar muros o cercas en el caso de *Sleep Dealer* que acertadamente parodia y ridiculiza la xenofobia estadounidense. *Sleep Dealer* enfrenta a los estadounidenses con sus propias fobias a las que deben de enfrentarse y superar para salir adelante en un mundo cuyas fronteras tradicionales se van derribando o ensanchando cada día más. La prolífica producción cinematográfica latinoamericana y U.S. latina ofrece muchas más ilustraciones de estos temas entregados en películas de alto valor estético.

MEDINA, M. F. Imagined National Borders in Alex Rivera's *Sleep Dealer*. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 52-61, 2012.

REFERENCIAS

ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

CLUTE, J.; NICHOLS, P. *The Encyclopedia of Science Fiction*. New York: St. Martins Griffin, 1995.

LUGO, A. Reflections on Border Theory, Culture, and the Nation. In: JOHNSON, D. E.; MICHAELSEN, S. (Org.). *Border Theory: The Limits of Cultural Politics*. Minneapolis, MN: University of Minnesota, 1997. p. 43-67.

MONTOYA, M. E. Border Crossings In An Age Of Border Patrols: Cruzando Fronteras Metaforicas. **New Mexico Law Review**, University of New Mexico School of Law, New Mexico, n. 26, p. 1-8, 1996. Disponível em: <http://lawlibrary.unm.edu/nmlr/26/1/01_montoya_border.pdf>. Acesso em 18/07/2012.

RIVERA, A. Director's Statement. Press Kit. Disponível em <<http://alexrivera.com/project/sleep-dealer/>>. Acesso em 23/08/2012.

SILVERMAN, J. *Sleep Dealer* Injects Sci-Fi Into Immigration Debate. **Wired Magazine**. San Francisco, n. 24, s/p., Jan./2008. Disponível em <http://www.wired.com/entertainment/hollywood/news/2008/01/sleep_dealer>. Acesso em 23/08/2012.

SLEEP DEALER. Direção Alex Rivera. Roteiro: Alex Rivera; David Riker. Produção: Anthony Bregman. Distribuição: Maya Entertainment. Duração: 90 minutos. 2009.

The African Diaspora: Brazil and the United States

James Blaine Hudson*

Resumo

A diáspora africana foi impulsionada pelo comércio de escravos que desmantelou velhos padrões de desenvolvimento histórico e social na África e criou, sob significativa coação, um complexo conjunto de novas histórias, novas culturas, novas sociedades e novos grupos étnicos/raciais nas Américas. Estas novas histórias e sociedades foram moldadas pela interação de vários fatores importantes: a natureza da economia colonial e da necessidade de trabalho escravo; a população dos europeus residentes comparada à de escravos africanos; as regiões da África de onde os africanos escravizados foram retirados; a taxa de sobrevivência dos nativos americanos em uma determinada região; e em alguns casos, a religião e outras peculiaridades culturais do país colonizador. Em cada colônia, o valor de cada variável foi diferente, criando uma série de equações sociais complexas e uma fascinante mistura de semelhanças e diferenças na paisagem racial do hemisfério ocidental. Minha apresentação vai comparar a Diáspora Africana para o Brasil e os Estados Unidos, e seu legado em ambas as nações modernas.

Palavras-chave

Brasil; Diáspora; Escravidão; Estados Unidos da América; Sociedade.

Abstract

The African Diaspora was driven by slave trade that shattered old patterns of historical and social development in Africa and created, under significant duress, a complex array of new histories, new cultures, new societies and new racial/ethnic groups in the Americas. These new histories and societies were shaped by the interaction of several key factors: the nature of the colonial economy and the need for bound labor; the population of resident Europeans relative to that of enslaved Africans; the regions of Africa from which enslaved Africans were drawn; the survival rate of the Native Americans in a given region; and in some cases, the religion and other cultural peculiarities of the colonizing country. In each colony, the value of each variable was different-creating a host of complex social equations and a fascinating blend of similarities and differences across the racial landscape of the western hemisphere. My presentation will compare the African Diaspora to Brazil and the United States-and its legacy in both modern nations.

Keywords

Brazil; Diaspora; Slavery; Society; United States.

* Department of Pan-African Studies – Dean, College of Arts and Sciences – University of Louisville – Louisville – KY – USA. E-mail: asdean@louisville.edu

Introduction

Since the late 1800s, the term “African Diaspora” has been applied to the forced migration of millions of enslaved Africans into Europe, the Americas and Asia between 1441 and the 1880s. As such, the African Diaspora is a fact of history central to the complex process of creating the modern world. But what does the Diaspora mean today, particularly to Africans and persons of African ancestry? And, if sub-Saharan Africa is an enormous metaphorical “tree” and the Diaspora embodies its metaphorical “branches”, the relationship between the “tree” and its branches—and between the “branches” themselves—is denied by some, celebrated by many and, perhaps, largely misunderstood by most.¹

This presentation to The International Conference of the Graduate Program in Letters at UNESP-Rio Preto, Brazil, is derived from a similar paper delivered at the Fourth Annual Humanities Festival held in Barbados in March 1977. At that time, many years ago, I spoke of the relationship, with its many similarities and differences, between the children of the Diaspora in the United States and their kinsmen in the Caribbean. Today, I am honored by the opportunity to explore the Diaspora broadly, with a somewhat sharper comparative focus on African Americans and Afro-Brazilians, at your fine institution.

The African Diaspora

By the time Jamestown (Virginia) was settled in 1607 and the British colonization of North America commenced, the forced migration of Africans to the Americas had been underway for more than a century—and the forced migration of Africans to Europe had been in progress for more than 160 years. This traffic in human beings began as a “trickle” in September 1441, when Antam Goncalves, a young Portuguese captain, kidnapped nine Africans near the Rio del Oro along the West African coast. With the blessing of the Portuguese king and the Pope, comparatively small numbers of Africans soon began to appear in Portugal, some of whom were re-sold into Spain, southern France and the various city-states occupying the Italian peninsula. After the Ottoman conquest of Constantinople (1453) cut-off western European access to the slave-hunting grounds in eastern Europe and central Asia, Africa became the alternative source of bound labor and the flow of Africans into Europe increased to between eight and nine hundred persons per year by 1470. Within a generation, the complexion of European slavery—an institution which re-emerged in the Mediterranean region in the twelfth and thirteenth centuries—changed, according to Basil Davidson (1980), from predominantly white to predominantly black.

Still, by the 1400s, the labor shortage in Europe caused by plagues and warfare in the late medieval period was being reversed and, as a result, the preconditions for a large-scale expansion of the institution of slavery did not exist. Rather, European contact with and colonization of the Americas triggered a sequence of historical events that would transform four continents, i.e., Africa, Europe, North and South America, and would increase the demand for and the flow of Africans into slavery in distant lands. The proximate causes of this transformation were greed, religious intolerance, the evolution of racism, warfare and disease. Its beneficiaries would be the European societies involved directly or

¹ See “The African Abroad or the African Diaspora” (HARRIS, 1993) and *The Making of the African Diaspora in the Americas, 1441-1900* (THOMPSON, 1987).

indirectly with slave trade and colonization. Its victims, according to David Brion Davis (1984), would be the native peoples of both the Americas and Africa.

Having long been subject to enslavement themselves by their Muslim neighbors, the Spanish and Portuguese assumed that it was neither immoral nor unethical to enslave people of other races, even those belonging to other European ethnic groups. This attitude was stated with chilling clarity by Christopher Columbus himself who wrote, following his initial contact with the Tainos of the Bahamas, the following entry in his journal on October 12 and 18, 1492:

They are well built, with very handsome bodies and very good faces; their hair coarse, almost like the silk of a horse's tail, and short... they are the color of the Canary Islanders, neither black nor white... It appeared to me that these people were very poor in everything... they have no iron. They bear no arms, nor are they acquainted with them... They ought to be good servants and of good intelligence... I believe that they would easily be made Christians, because it seemed to me that they had no religion. Our Lord pleasing, I will carry off six of them at my departure to Your Highnesses, in order that they may learn to speak.²

Unfortunately, this seemingly inexhaustible supply of enslaved or enserfed labor lacked immunity to common European diseases and began to die-off in staggering numbers. The perceived need to replace a dwindling Native American labor force caused the "trickle" of Africans flowing into Europe, the Mediterranean and the North Atlantic islands to become a "flood" of Africans surging across the Atlantic. Consequently, the African population in the New World increased as the Native American population declined and, by 1522, there were sufficient unhappy Africans in Hispaniola (the modern location of Haiti and the Dominican Republic) to stage the first recorded African slave insurrection in the Americas. By 1540, roughly 10,000 enslaved Africans were arriving in the New World each year.³

Most of the Africans enslaved and transported to Europe or the Americas were born in sub-Saharan West Africa, primarily in a region stretching from modern-day Senegal to modern-day Angola, up to several hundred miles inland. Before European contact, a succession of powerful kingdoms and empires (e.g., ancient Nok, medieval Ghana, Mali, Songhay) had emerged in the Western Sudan, i.e., the inland savannah regions of West Africa. Large scale trading networks were established within sub-Saharan Africa and Muslim North Africa, and these empires grew wealthy, highly sophisticated, powerful and populous—as did the coastal trading cities and inland states of east Africa. However, in the tropical forest regions along the coast of the Gulf of Guinea and to the south, hundreds of smaller and less powerful, but nonetheless highly structured and sophisticated societies existed in comparative peace with one another and with their natural surroundings, e.g., Benin, and the coalescing kingdoms of Bantu-speaking people in the Congo and Angola regions. As with the Native American empires in the New World, these large scale African social and political formations would ultimately be destabilized and destroyed by European contact—while the smaller scale societies would be exploited as sources of slaves.

As in most agricultural civilizations, various forms of servitude could be found throughout Africa. With few exceptions, these systems of servitude were more akin to serfdom than to slavery—and those who were debtors, war captives, et al., were most likely to find themselves subject to bondage.

² See *The Devastation of the Indies: A Brief Account* (1993) and *The Conquest of Paradise and the Columbian Legacy* (1990).

³ See *The Black Diaspora* (1995) and *The African Slave Trade* (1980).

However, while servitude in Africa was benign in relative terms, servants were usually “outside” the kinship structures that lent cohesiveness and shared social identity to African societies. The servant might marry into this structure, making his/her offspring a part of it, but he/she would remain in a lower or marginal status. People so classified and situated were often deemed “less valuable” and often became “disposable”. Such individuals were particularly vulnerable to kidnapping by or sale to the Europeans throughout the slave trade period.

The Portuguese developed, through trial and error in the 1400s, the practice of preying on the weaker African societies and conducting business with the leaders and merchants of the stronger African states. What could not be foreseen initially were the dramatic increase in the demand for slaves in the 1500s and the extent to which enslaved Africans would enrich and strengthen Europe and, correspondingly, the extent to which their loss would impoverish and weaken Africa. After the fall of Songhay (September 1591), there was no longer a strong, centralized empire in the Western Sudan and African societies throughout West Africa became increasingly “at risk” with respect to the depredations of the Europeans. In this context, hundreds of fragmented, often quarrelsome societies—even with a total population in the tens of millions—were no match against one large state with a population only half as large.⁴

In the 1530s, the Portuguese began experimenting with the cultivation of sugar cane in northeastern Brazil. Native Americans were used as slave labor, initially, but, after repeated epidemics struck in the 1560s and 1570s, large numbers of enslaved Africans were imported as the backbone of the Brazilian plantation labor-force. After 1600, sugar plantation colonies were established throughout the Caribbean, triggering another tremendous upsurge in the slave trade. By 1640, roughly 40,000 enslaved Africans were arriving in the Americas each year. By 1740, the annual rate of slave importation had risen to 100,000—with most enslaved Africans bound for Brazil or the Caribbean. This “Atlantic System”, according to Mintz (1985); Klein (1986) and Thompson (1987) transformed the European political economy and created colonies that would evolve into the modern nations of the Americas. On the other hand, the vast regions of West Africa affected directly by slave trade of this magnitude were thrown into the chaos of war, depopulation and the evermore rigid structures of European influence and control that prefigured colonialism.

Estimates of the number of Africans who reached the Americas alive range from 9.5 million to over 20 million. Roughly 45 percent flowed into Brazil; 40 percent into the Caribbean. Another 10 to 12 percent were imported by the Spanish mainland colonies, with the remaining 3 to 5 percent reaching North America. For every African who reached some other part of the world alive, it has been estimated that between one and two other Africans died as victims of or in resisting enslavement in some way. Thus, allowing for high mortality rates in resisting enslavement in Africa and on the Middle Passage (i.e., the voyage to the Americas), at least 50 million Africans may have been impacted by slave trade between 1441 and the late 1800s. Exact figures may never be known due to poor or lost records, smuggling, and historical bias. However, historians agree that approximately one-third of all enslaved Africans were victims of kidnapping (primarily women and children), another third were war captives (primarily adult

⁴ See *The African-Caribbean Connection: Historical and Cultural Perspectives* (1990); *African Slavery in Latin America and the Caribbean* (1986) and *Stand the Storm: A History of the Atlantic Slave Trade* (1985).

men), and another third were victims of judicial, religious or simply business transactions.⁵

As the Diaspora unfolded, Africans were delivered to two broad categories of American colonies. One, the “non-settler colony”, was essentially an exploitative European economic enterprise in a non-European part of the world. The European population of “non-settler” colonies was usually small relative to the size of the indigenous and/or enslaved population. The classic examples of such “economic” colonies were the Caribbean islands whereon persons of African descent were usually 90 percent or more of the total population.

Conditions of enslavement were often brutal in such non-settler colonies. Heavy slave imports were needed to off-set high slave mortality. Young adult males were the slaves of choice (usually two males to every one female were imported). Large scale revolts were frequent and, if a backcountry region existed, the formation of maroon societies was common—with Palmares in Brazil representing the most impressive example. Furthermore, the small number of whites at times allowed for the emergence of an intermediate class of free blacks and/or mulattoes. In addition, “non-settler” colonies, given their economic purpose, were typically one-crop or one-commodity economies and, therefore, dependent on the “mother country” to a greater or lesser degree. Once again, the Caribbean example is useful in that, with so much land committed to sugar cultivation, there was insufficient arable land available on which food for colonists and slaves could be grown.

As a result, the West Indian islands often depended on Europe or other New World colonies for food and other necessities of life. In the truest sense, these societies were fundamentally “artificial”.

In contrast, “settler” colonies represented efforts to establish permanent, more or less self-sufficient societies of transplanted Europeans outside the geographic boundaries of Europe. “Settler” colonies had to sustain themselves, which typically necessitated the cultivation of both staple crops for survival and commodity crops for sale. As havens for “adherents to unpopular religions or political movements”, or merely to adventurers and the displaced European poor, such colonies eventually attracted and retained enormous European populations. The conditions of enslavement in “settler colonies” were neither better nor “milder” than those prevailing in “non-settler colonies”, only different. Slave mortality was lower. Enslaved Africans were usually a minority in the population, e.g., there was a ratio of roughly one enslaved black person to two free/white persons in the antebellum American south. With no more than one third of the population enslaved, the number of bondpersons was sufficient to meet moderately heavy labor demands, without being too large to control effectively. Furthermore, a society in which the actual or potential slave-owning group represented two-thirds of the total population could also maintain its (European) racial and cultural identity.

Each type of colony served the interests of different groups of Europeans. None, in the long-term, served the interests of non-Europeans. The growth of such colonies dispossessed the indigenous populations, promoted the enslavement of Africans and altered the natural ecological balance as well (through deforestation, the introduction of new plants and animals, diseases, et al.). However, “non-settler” colonies, because they existed to produce profit, were far more important to the European ruling and upper classes than were

⁵ See *Forced Migration: The Impact of the Export Slave Trade on African Societies* (1982) and *How Europe Underdeveloped Africa* (1982).

“settler” colonies. Of course, there were numerous mixed models and exceptions. For example, widespread racial mixing in Spanish America produced, according to Klein (1985) and Thompson (1987) societies in which the majority population was neither white nor African nor Native American—and in which there were large free colored or mestizo groups. Brazil followed this pattern, but produced both a large mulatto population and an even larger slave population in the sugar-growing northeast and, later, the coffee-growing south, with enslaved Africans and free people of color scattered literally throughout that vast country.

This tremendous diversity, both with respect to the many African societies impacted by slave trade and the many different types of slave societies produced in the Americas meant that the African Diaspora was many distinct but related (and often inter related) experiences, not merely one.

Slavery and freedom

After several unsuccessful attempts to establish colonies in North and South America in the late 1500s, James Fort (later renamed Jamestown) was founded on May 13, 1607 in the Chesapeake Bay region of Virginia.

Conditions in the temperate woodland zone of North America were not conducive, initially, either to the development of large scale plantation agriculture or even to the growth of major urban centers such as those of Spanish America—which depended to some extent on the labor of enslaved Africans and a growing class of free persons of color. Still, labor was needed in North America to clear and cultivate land, build dwellings and other structures, and to defend and expand settlements. Because there were seldom enough settlers for this purpose, most early colonies sought desperately to find free, indentured or enslaved laborers.

In 1619, a Dutch frigate with a predominantly English crew landed at Jamestown “about the last of August” (KLEIN, 1985, p. 71) and sold twenty Africans to the colonists. These Africans were the first introduced into a British North American colony and, with their arrival, the history of the African American branch of the Diaspora begins.

While the legal framework of slavery had been constructed in the Spanish and Portuguese colonies over a period of several generations, the legal status of “slave” — as distinct from that of servant or serf—did not yet exist in the British colonies. Consequently,

the negroes were legally but colony servants, and a disposition to recognize them as such seems apparent...they were put to work upon public lands to support the governor and other officers of the government; or... they were put into the hands of representative planters closely connected with the government in order to separate them from one another...Some of these negroes received wages and purchased their freedom, and the length of servitude seems to have been dependent on the time of conversion to Christianity (KLEIN, 1985, p. 79).⁶

Despite the early arrival of Africans, the institution of slavery grew slowly in North America. Because of a labor surplus in Europe and wars throughout the seventeenth century, the initial labor needs of the fledgling North American and Caribbean British colonies were met more often through the

⁶ See, also, “A History of Slavery in Virginia”. In: *Early Studies of Slavery by States*, v.1(1972); *Jamestown, 1544-1699* (1980) and *Raleigh and the British Empire* (1962).

importation of bound white laborers than through the enslavement of Africans. White indentured servants were plentiful and relatively cheap through the 1660s and constituted the bulk of the bound labor force in the early colonies. In 1662, the creation of the Royal African Company, followed by Bacon's Rebellion (1676) in Virginia, simultaneously discouraged indentured servitude and promoted the growth of slavery. The resolution of this conflict also created a more or less permanent class of poor backcountry whites who would press for the opening of new western lands for settlement which necessitated the removal of Native Americans from those lands. In both cases, these European colonists came to conceive of their future and that of their descendants as unfolding in North America, i.e., as settlers, not as sojourners.⁷

In the end, three fundamental characteristics distinguished slavery in the Americas from earlier forms of human bondage:

1) those enslaved became chattel, i.e., property, not people—a degree of dehumanization or “social death” unknown in earlier historical periods;

2) enslavement was perpetual, i.e., slave status was inherited from one's parents and could be bequeathed to one's children (one could be born and die a slave); and

3) slavery was racial, i.e., slavery in the Americas was considered, by the 1700s, a status suitable only for Africans and persons of African descent.⁸

Still, in British North America, African slavery remained a marginal institution in a collection of rather marginal colonies and the black population in grew very slowly until the eighteenth century. For example, there were 3,000 enslaved African Americans in all of British North America by 1660 and only 28,000 by 1700.

However, after 1700, the African population began to grow and its growth was swift and alarming since, along with huge importations of Africans, the African American population achieved natural population growth between 1730 and 1750, i.e., an excess of births over deaths—and was the only major African population in the Americas to do so. Thus, by ca. 1760, there were 325,000 African Americans in British North America and, by 1800, after the beginning of large-scale cotton cultivation in the 1790s, there were over 1 million African Americans. And, despite the end of legal slave trade in 1808, there were nearly 4.5 million African Americans by 1860.

Most enslaved Africans were concentrated geographically in the “south”, where tobacco, rice and indigo were “cash crops”. This was a hemispheric rather than an American pattern, observable in Brazil: simply put, as one moved toward the equator, both the sheer number of Africans and their proportion in the total population of a particular colony increased. In the more northerly regions of North America, e.g., New England, slavery was not a significant institution. In the middle colonies, where plantation agriculture was not practiced, most slave-owners possessed fewer than ten enslaved African Americans. However, where commodity crops could be grown profitably through the use of intensive gang labor and plantation agriculture, land and slaves came to be concentrated in fewer and fewer hands. For example, only about 20 percent of all white families owned enslaved African Americans in the 1700s—and only 10 percent by 1860—

⁷ See *American Slavery: 1619-1877* (1993) and *The White Man's Burden: Historical Origins of Racism in the United States* (1974).

⁸ See “Brazilian and United States Slavery Compared”. *Journal of Negro History*, VI (1922); *Who is Black: One Nation's Definition* (1991); “Affirmative Action and American Racism in Historical Perspective”. *The Journal of Negro History*, 84 (1999) and “The African Diaspora and the ‘Black Atlantic’: An African American Perspective”. In: *Negro History Bulletin*, 60 (1997).

in contrast to slave-holding patterns in the Caribbean and Brazil. Consequently, through the colonial and ante-bellum periods, most white Americans did not own enslaved African Americans—and those who did owned comparatively few, but had power and wealth far out of proportion to their numbers.⁹

On the other hand, in Brazil, slavery could be found throughout the country, although distributed unevenly across its many geographic and economic regions, and a much higher percentage of the population owned enslaved Afro-Brazilians. As in the United States, however, the major land- and slave-owners in Brazil held, according to Klein (1985) a disproportionate share of wealth and power—and used these assets to protect slavery.

The evolution of “racial” slavery in the Americas was also shaped definitively by two loosely related factors common to all colonial slave societies: the presence of Africans who were not enslaved; and the presence of persons of mixed African/European (and sometimes Native American) ancestry. Brazil and the United States differed most in these respects.

In what were becoming “color-coded” societies, with rather definite statuses assigned to each racial/color group, persons of African ancestry who were not enslaved were a troublesome anomaly. According to Klein (1985), by the late 1700s, sizeable free black and free colored populations could be found in Latin America. For example, 399,000 (28.5 percent) of the roughly 1,399,000 persons of African descent in Brazil were classified as “free colored”. Even more significantly, 650,000 (or 70.5 percent) of the roughly 920,000 people of color in mainland Spanish America were so classified. Furthermore, somewhat smaller, but still significant, groups could be found in the Caribbean, e.g., 212,000 (or 15.9 percent) of more than 1,300,000 people of color in this region were free. In contrast, free persons of color were a small minority (32,000, or 5.3 percent, of 607,000) in British North America until after the American Revolution and the “First Emancipation”, i.e., the gradual abolition of slavery in the “north” between 1780 and 1825. However, between 1800 and 1860, this segment of the African American population grew to represent 10 to 15 percent of all African Americans.

In the United States, white Americans tended to view the presence of free people of color as a problem that required some sort of resolution. Most often, whites sought to subordinate and marginalize free blacks through discriminatory laws, outright mob violence, et al.—and even undertook to remove them from the United States through a variety of colonization schemes designed to protect slavery in the expanding “Cotton Kingdom” of the early 1800s. The perception of free people of color as a menacing and alien presence was epitomized in the goals of the American Colonization Society (founded 1816) and, even more graphically, in the creation of a U. S. colony in Africa (Liberia) in the 1820s to which free blacks could be “returned”. However, the vast majority of free people of color rejected colonization and the aims of its supporters—and chose to engage in the struggle for abolition and full civil rights in the United States. Their role would be central to that struggle.

In Brazil, by 1822, over two-thirds of the total population of the country was, according to Leslie Bethell and José Murilo de Carvalho (1989), black or mulatto. Roughly 1.1 million, or 30 percent, of the black and mulatto majority was enslaved. In other words, instead of being a small and despised minority as in the United States, the free black or free colored population was the majority or near majority population in Brazil.

⁹ See *American Slavery: 1619-1877* (1993); *U.S. Bureau of the Census. Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1957* (1960).

The other complicating factor was racial mixing and the rapid and virtually inevitable emergence of racially intermediate groups. Since freedom and bondage were racially constructed status classifications, the definition of what constituted membership in each racial group was of more than passing importance—and varied depending on how persons of mixed descent were viewed in each slave-holding society.

It is sufficient to note that different societies throughout the Diaspora addressed this phenomenon and the attendant “problem” of racial classification in radically different ways. Most societies developed both a “color line”, with the most important distinctions being between those who were “white” and those who were not, and a “color spectrum” with one or more classifications between black and white (and “red”). By the time North America was being colonized, Latin America was becoming predominantly “brown” (i.e., Native American and European, with some African admixture) and the Caribbean was as becoming predominantly, and Brazil significantly, “black” — with several intermediate categories. Although miscegenation and the growth of mixed racial groups could not be prevented, the legal existence of these groups was seldom recognized and, in the United States, persons of African ancestry (if their African-ness was detectable), to whatever degree, were all classified as black. In other words, in the United States, the system of racial classification was based on a “color line”, not a “color spectrum”, and how and where that line was drawn varied over time. Only since the early 1900s has the “rule of hypo-descent”, or the “one drop rule”, been applied consistently.

These factors, i.e., the presence of free persons of color and racially intermediate groups, often overlapped. Some white parents freed and provided in various ways for their black American offspring. Some African Americans of mixed parentage, while still held in bondage, were given the advantages of education or training in the trades—which often facilitated freedom through self-purchase. Consequently, while being racially mixed and being free were not highly correlated, it has been estimated that roughly half of the free persons of color in the United States (by the early 1800s) were of mixed racial ancestry.

In Brazil, the mulatto or “middle group”, subdivided into many different sub-categories, came to constitute a distinct social caste—or, at least Brazilians behaved as though it was in certain circumstances. Much as in the U. S., many African Americans are convinced that lighter skin conferred privileges and advantages. However, in the U. S.—and in Brazil as well—color may actually be a “distinction without a difference” in that the conditions of persons of African descent did not vary significantly based on color, although promoting the idea that color did make a significant difference may have been an effective means to divide persons of African descent from within.¹⁰

Thus, the African Diaspora delivered Africans into the jaws of a type of slavery, as it evolved in its many New World incarnations, that would involve a permanent and absolute loss of political and civil liberty for which there was no historical precedent. The legacy of this type of slavery can still be found throughout the Diaspora.

The Legacy of the Past

¹⁰ See *Racial Conditions* (1994).

Today, there are over 35 million African Americans in the United States—or roughly 13 percent of the U. S. population. According to the Brazilian government (2006 Census), despite heavy European immigration in the late 1800s and early 1900s, over half of the national population may have some African genetic heritage, i.e., there are over 13 million “blacks”, or 7.5 percent of the total Brazilian population and over 80 million Brazilians classified, informally, as Pardos (or “brown”), representing roughly 43 percent of the total population.

In both countries, slavery ended several generations ago, but its legacy is most visible in deep and enduring objective inequalities between racial groups—i.e., in employment, earnings, wealth, educational opportunity and attainment, power and representation, *et al.* However, the meaning of this legacy is constructed somewhat differently in each nation.

For example, in Brazil, these significant inequalities exist alongside the popular construct of Brazil as a “racial paradise”, a country in which racial distinctions belong to the distant past. Consistent with this construct, if there are objective differences between racial or color groups, those differences are attributable to class, not color, in a society in which wealth is maldistributed and upward mobility is limited. That this construct does not explain the facts particularly well is, perhaps, less important than the tenacity with which large segments of Brazilian society adhere to it and behave accordingly. In other words, the “racial paradise” may be a myth—as black Brazilians have argued loudly—but it certainly serves, according to Howard Winant, a purpose.

In the United States, a much newer version of this myth—of color-blindedness, of being post-racial—has become quite popular since the end of the Civil Rights era and, particularly, after the election of Barack Obama as the first black president of the country in 2008. Well-meaning liberals, angry conservatives and outright racists have embraced this myth for widely divergent reasons ranging from wishful thinking to arguments that deny the need for racial or redistributive social justice. However, this version is also at odds with the facts since the vast majority of black Americans, notwithstanding a few notable exceptions, have inherited the same legacy of deep and structural inequality that can be found in Brazil. Perhaps, the most important differences are that these inequalities are far more widely acknowledged in the United States, that more black Americans reject this myth and are willing to express that rejection consistent with the long tradition of black political activism. Still, what is most troubling, in both societies, is that what is most obvious is also what is often denied most adamantly.

There remains the troubling suspicion that, in both countries, neither self-interest nor the market place nor the protection of white privilege are entirely adequate as explanations of the persistence and magnitude of racial inequality so many generations after the end of slavery. Something remains unexplained. As Hudson and Hine-Hudson found in studying American racial attitudes, a significant minority of white Americans still identify rather intensely with the virulent racial attitudes of two centuries ago and that they cannot construct a positive racial identity for themselves unless it grows out of the attribution of a negative racial identity to African Americans and often other persons of color.¹¹

We simply cannot rule out or minimize the role of racism itself. As Werneck stated in Brazil in 1855, plumbing the irrational depths of racism in his time:

¹¹ See “A study of the Contemporary Racial Attitudes of White and African Americans”. **The Western Journal of Black Studies**, 23 (1999).

The slave is not only an agent of labor and of production... One must be ignorant of the human heart to think so. According to Werneck (1972), the slave is an object of luxury, a means of satisfying certain vanities and certain vices of the nature of man... the slave offers the master a certain pleasure of command and authority, which exists in the human heart, we know not whether for good or evil.

The legacy of slave trade and slavery lives on in these attitudes—that some of us can only feel “elevated” when others of us are diminished—and in the objective inequalities that limit the life chances of millions of person of African ancestry in our two countries. As more than a century has demonstrated, this legacy will not vanish through a simple process of social evolution. It must be rooted out. In my view, the challenge facing your country and mine is how to take the next and long-delayed steps toward achieving true freedom and equality.

HUDSON, J. B. A diáspora africana: Brasil e Estados Unidos. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 62-74, 2012.

References

ALEXANDER, H. B. Brazilian and United States Slavery Compared. **The Journal of Negro History**, Washington, D. C., Association for the Study of African American Life and History, VI, p. 349-364, 1922.

BALLAGH, J. C. A History of Slavery in Virginia. In: _____. *Early Studies of Slavery by States*. v. 1. Northbrook, IL: Metro Books, 1972. p. 36-37.

BETHELL, L.; CARVALHO, J. M. de. Empire. In: _____. *Brazil: Empire and Republic, 1822-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 45-46.

BRIDENBAUGH, C. *Jamestown, 1544-1699*. New York: Oxford University, 1980. p. 03-09.

COBLEY, A. G.; THOMPSON, A. (eds.). *The African-Caribbean Connection: Historical and Cultural Perspectives*. Barbados: University of the West Indies, 1990. p. 01-27.

DAVIDSON, B. *The African Slave Trade*. New York: Little, Brown and Company, 1980. p. 52-55; 63-70.

DAVIS, D. B. *Slavery and Human Progress*. New York: Oxford University Press, 1984. p. 51-82.

DAVIS, F. J. *Who is Black: One Nation's Definition*. University Park, PA: Pennsylvania State University, 1991. p. 31-50.

HARRIS, J. E. The African Abroad or the African Diaspora. In: _____. *Global Dimensions of the African Diaspora*. Washington, DC: Howard University Press, 1993. p. 04.

HINES-HUDSON, B. M.; HUDSON, J. B. A Study of the Contemporary Racial Attitudes of White and African Americans. **The Western Journal of Black Studies**, Washington D. C., Washington State University, v. 23, n. 1, p. 22-34, 1999.

HUDSON, J. B. Affirmative Action and American Racism in Historical Perspective. **The Journal of Negro History**, Washington, D. C., Association for the Study of African American Life and History, v. 84, n. 3, p. 260-274, 1999.

_____. The African Diaspora and the 'Black Atlantic': An African American Perspective. **Negro History Bulletin**, Washington, D. C., Association for the Study of African American Life and History, v. 60, n. 4, p. 07-14, 1997.

INIKORI, J. E. (ed.) *Forced Migration: The Impact of the Export Slave Trade on African Societies*. New York: Africana, 1982.

JORDAN, W. D. *The White Man's Burden: Historical Origins of Racism in the United States*. New York: Oxford University Press, 1974. p. 37-54.

KLEIN, H. S. *African Slavery in Latin America and the Caribbean*. New York: Oxford University Press, 1986. pp. 10-12; 01-66; 45-188; 67-88; 113-137; 295-297.

KOLCHIN, P. *American Slavery: 1619-1877*. New York: Hill and Wang, 1993. p. 06-13; 37-40.

LAS CASAS, B. de. *The Devastation of the Indies: A Brief Account*. Baltimore: Johns Hopkins, 1993.

MINTZ, S. W. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking, 1985.

QUINN, D. B. *Raleigh and the British Empire*. New York: Collier Books, 1962. p. 79-109.

REYNOLDS, E. *Stand the Storm: A History of the Atlantic Slave Trade*. London: W. H. Allen and Company, 1985. p. 01-46.

RODNEY, W. *How Europe Underdeveloped Africa*. Washington: Howard University, 1982. p. 93-145.

SALE, K. *The Conquest of Paradise and the Columbian Legacy*. New York: Plume, 1990.

SEGAL, R. *The Black Diaspora*. New York: Farrar, Straus and Circus, 1995. p. 01-52.

THOMPSON, V. B. *The Making of the African Diaspora in the Americas, 1441-1900*. New York: Longman, 1987. pp. 01-04; 09-61; 131-245.

U.S. BUREAU OF THE CENSUS. *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1957*. Washington: Government Printing Office, 1960.

WERNECK, L. P. L. The Inter-Provincial Slave Trade. In: CONRAD, R. E. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley: University of California Press, 1972. p. 47-69.

WINANT, H. *Racial Conditions*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p. 130-156.

JOSÉ LINS DO REGO E AS FRONTEIRAS DA AMIZADE: *DOIDINHO*

César Braga-Pinto*

Resumo

A noção de amizade ocupa um lugar essencial, mas peculiar dentro do imaginário e do pensamento brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Assim, vê-se no início dos anos 1920 o obscurecimento do ceticismo de um Anatole France e, sobretudo a partir do Rio de Janeiro, a consolidação de pensadores católicos ou idealistas cujos personagens servem de modelo para toda uma geração "nascida com o século", como a definiria Gilberto Freyre. Minha hipótese é a de que esta amizade masculina, intimista e quase exclusivamente espiritual começa a demonstrar sinais de crise com a exigência de representação do social e de um novo espaço nacional que já não se conforma aos modelos idealizados de sociabilidade de matriz europeia. Para compreender a convivência instável entre duas noções tradicionais de amizade (espiritual e social), discutirei como a noção de amizade se configura na obra *Doidinho*, de José Lins do Rego. No regionalismo simultaneamente realista e subjetivista do romancista, a representação de uma sociedade masculina e inter-racial aponta para contradições e preocupações que se manifestam em formas ambivalentes de desejo e de pânico, revelando pontos de conflito que envolvem culpa, nostalgia, melancolia, medo de contágio e degeneração de valores psicológicos e sociais.

Palavras-chave

Amizade; Estado; Fronteiras; José Lins do Rego; Poder; Política; Sociabilidade.

Abstract

The notion of friendship plays an essential but peculiar role in Brazilian imagery and thought in the early decades of the twentieth century. The early 1920s faced the darkening of the skepticism of an Anatole France and, especially from Rio de Janeiro, the consolidation of Catholic thinkers and idealists whose characters served as a model for a whole generation "born with the century," as Gilberto Freyre would define it. My hypothesis is that this male friendship, intimate and almost exclusively spiritual, begins to show signs of crisis with the requirement of a social representation and a new national space that no longer conforms to the idealized models of European sociability. To understand the unstable coexistence between two traditional notions of friendship (spiritual and social), I will discuss how the notion of friendship is developed in *Doidinho*, written by José Lins do Rego. In this novelist's both realistic and subjective regionalism, the representation of a male and interracial society points to contradictions and concerns manifested in ambivalent forms of desire and panic, revealing points of conflict involving guilt, nostalgia, melancholy, fear of contagion and degeneration of psychological and social values.

Keywords

Borders; Friendship; José Lins do Rego; Politics; Power; Sociability; State.

* Department of Spanish & Portuguese, Northwestern University Northwestern University - USA. E-mail: c-braga-pinto@northwestern.edu

Em seu ensaio “Secular Criticism” (Crítica Secular), Edward Said (1983) faz uma distinção importante entre relações de “filiação” e “afiliação”. Seu objetivo é, em última análise, mostrar como, na crítica literária moderna, a forma *filiativa* do século XIX, inspirada em um modelo biológico de reprodução – ou seja, o estudo da literatura e da cultura a partir de tradições e origens étnicas ou nacionais – paulatinamente dá lugar a projetos a-filiativos, frequentemente em formas teóricas descontextualizadas e abstratas que se sobrepõem ao objeto literário estudado e, ironicamente, acabam por reproduzir a autoridade do modelo filiativo que se julgava ultrapassado. Sem entrar no mérito da questão sobre a evolução da crítica moderna propriamente dita, interessa-me considerar mais profundamente, e em termos gerais, este trecho do ensaio em que Said formula tal distinção entre *filiação* e *afiliação*. Segundo ele, a crise do modelo filiativo-biológico é evidente em grande parte das obras do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Assim, para Said, o que até então era visto como *natural* na passagem de uma geração para outra, agora se torna problemático:

se uma relação filial era assegurada por laços naturais e formas naturais de autoridade – envolvendo obediência, medo, amor, respeito, e conflito instintivo – a nova relação afiliativa transforma esses laços no que parecem ser formas transpessoais – tal como consciência agremiativa, consenso, coleguismo, respeito profissional, classe e a hegemonia de uma cultura dominante (SAID, 1983, p. 20 – tradução nossa).¹

Said não chega a explicitar as raízes dessa crise da narrativa e da vida literária, mas se pensarmos no caso da ficção brasileira, é notável também a problemática da *reprodução* e da *herança* em dois momentos definidores: primeiramente, o período nacional-romântico do século XIX, cuja tendência pode ser sintetizada com uma passagem do livro *Foundational Fictions* (1993), de Doris Sommer: “sem uma genealogia própria para enraizá-los na Terra, os *criollos* tiveram que pelo menos estabelecer direitos conjugais, e depois de paternidade, fazendo assim uma reivindicação que é mais *generativa* do que *genealógica*” (SOMMER, 1993, p. 15); já o momento posterior é marcado pelo conhecido pessimismo daquela mesma elite *criolla* (i.e., de origem europeia) quanto ao futuro da nação, em parte devido a uma visão segundo a qual a mistura racial torna inviável ou indesejável a reprodução e, logo, a evolução da sociedade. De fato, boa parte da literatura dessa época, incluindo obras como *O Mulato* (1881), *O Bom Crioulo* (1895) ou *Dom Casmurro* (1899), trata da impossibilidade, ou pelo menos de uma dúvida, em relação à capacidade de reprodução e à paternidade, confirmando assim uma crise do modelo *filiativo* paralela àquela descrita por Said, mas com características bem próprias. Esta crise que Said constatara ainda durante praticamente todo o modernismo, também se aplica a boa parte da literatura da primeira metade do século XX no Brasil. Segundo ele, “casais sem filhos, crianças órfãs, nascimentos abortados e mulheres e homens solteiros que não se regeneram, povoam o mundo da fase heróica do modernismo”.² Em diferentes registros – seja paródico, trágico, crítico ou melancólico – podemos encontrar exemplos que vão de Lima Barreto a *Macunaíma* e a *São Bernardo*, e eu não hesitaria em afirmar que toda a obra de

¹ No original: “if a filial relationship was held together by natural bonds and natural forms of authority – involving obedience, fear, love, respect, and instinctual conflict – the new affiliative relationship changes these bonds into what seem to be transpersonal forms – such as guild consciousness, consensus, collegiality, professional respect, class, and the hegemony of a dominant culture” (SAID, 1983, p. 20).

² No original: “... childless couples, orphaned children, aborted childbirths, and unregenerative celibate men and women populate the world of high modernism” (SAID, 1983, p. 17).

José Lins do Rego não trata de outra coisa. Assim, encontram-se esgotados tanto o modelo *genealógico*, como o *generativo*, surgindo agora a necessidade de se imaginar *formas horizontais de sociabilidade*.

A mobilização de escritores em torno do conceito de geração no momento do pós-guerra, assim como o surgimento de grupos e movimentos culturais e os novos nacionalismos que se instauram a partir dos anos 20 do séc. XX, formam parte desses movimentos compensatórios para se estabelecer um novo modelo *afiliativo* que fosse uma alternativa horizontal ao modelo vertical (ou seja, familiar-patriarcal) que aparentemente se esgotara. No entanto, ao chegar à década de 1930, o discurso em torno da cultura nacional se reacomodará, com um significado revigorado, em novas versões do velho modelo *filiativo*, agora mais simbólico do que biológico, de modo que a linguagem da autoridade e do Estado como que restaura ou reduplica a autoridade patriarcal, supostamente desbancada pela revolução de 1930. O objetivo deste trabalho é discutir algumas das tensões decorrentes, não somente do retorno, mas da persistência do modelo filiativo na obra de José Lins do Rego, em que os personagens (e sobretudo os narradores) se encontram divididos entre o desejo de amizade e fraternidade, por um lado, e o da obediência, autoridade e tutela, de outro.

Como se sabe, desde as primeiras páginas de *Menino de Engenho* (1932), a obra ficcional de José Lins do Rego está marcada por uma crise familiar, em que o narrador sofre a perda da mãe e depara-se com a loucura do pai, que a assassinara. Toda a narrativa que se segue, neste e nos próximos romances, constitui-se de aspirações ou tentativas frustradas de se restabelecer laços afetivos, por um lado, e a autoridade patriarcal (que, pode-se dizer que, em mais de um sentido, *perdera a razão*), por outro. O modelo se repete para além do ciclo da cana-de-açúcar: vale lembrar que *Pureza* (1937) também começa com a morte da mãe do narrador, seguida pela do pai; que o menino de *Pedra Bonita* (1938) é órfão; e que *Eurídice* (1947), por sua vez, relata a morte do pai do protagonista-narrador, aos oito anos de idade. Sem falar do desatino do patriarca Lula de Holanda em *Fogo Morto* (1943).

Ainda no primeiro volume do ciclo, a infância no engenho do avô como que promete não somente a restauração do núcleo familiar, mas uma compensação trazida pelo convívio inter-racial fraterno e harmonioso entre o menino de engenho (Carlinhos) e os moleques de bagaceira (Ricardo). Esta sociabilidade idealizada, mas ainda protegida pela hierarquia patriarcal da casa-grande, é justificada por uma origem simbólica compartilhada, representada pela ama-de-leite que nutriu tanto os meninos brancos como os negros. Deste modo legitima-se a primeira inclinação simbólica da mestiçagem, explicitada no momento em que a criança, vinda da cidade, e depois de ser exposta ao sol da fazenda por alguns dias, parecerá quase “negra” aos olhos de seus familiares. Por outro lado, tal ilusão de igualdade acaba por ser interrompida por uma ameaça de degeneração e contágio, simbolizada pela doença venérea que ambos os meninos contraem, “na mesma fonte”. Finalmente, a fraternidade ingênua da infância, ou seja, a possibilidade de uma nova forma horizontal de afiliação, se romperá, levando a uma diferenciação pedagógica e a uma inversão simbólica em que aquela liberdade desfrutada na “escola do mundo” entre moleques será substituída pela escravidão branca no internato. Ironicamente, quando volta do internato, a família constatará a brancura da criança, agora refinada, purgada, como o próprio açúcar que sai do engenho e que define esta “cultura da cana-de-açúcar”.

É deste momento pedagógico e purgatório que trata *Doidinho*, o segundo volume do ciclo, publicado em 1933, um ano depois de *Menino de Engenho*, e

que, como se sabe, é uma espécie de re-escritura de *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia. Aqui, o narrador, que havia precocemente se exposto aos “fatos da vida”, relata o processo de reeducação e a disciplina do pré-adolescente no colégio interno, sob a autoridade de um austero e quase desumano diretor. Ambiente de homosociabilidade por excelência, o internato de *Doidinho* é também aquele espaço em que se representa a passagem da ordem familiar para a do convívio impessoal das leis e da cidadania, ou o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “princípio superindividual de organização” (HOLANDA, 1995, p. 155). Mas não deixa de ser, também, o espaço de representação da ameaça homossexual e da disciplina heteronormativa, em que as fronteiras da amizade são delineadas, legisladas e devidamente policiadas. A disciplina rígida do colégio e a vigilância das autoridades e dos colegas servirão para demonstrar aos meninos que, como nos ensina a tradição clássica, a amizade espiritual, digna de homens superiores e virtuosos, não pode se basear em hierarquias, e logo não deve ser confundida com a amizade física dos brutos, dos homens inferiores – pois escravos nunca são amigos, nem mesmo entre si. No entanto, tais fronteiras entre o *eros* e a *filia* revelam-se instáveis e fluídas, e estão sempre expostas à transgressão. É assim que, ao ver o imodesto afeto pelo amigo de codinome Coruja sob suspeita de homossexualismo, Carlos de Melo mostra-se pronto a enfatizar a distinção, e logo condenar o convívio explicitamente sexual de um *outro* casal de colegas que efetivamente dormia junto. Acontece que a condenação à homossexualidade se dá menos pelo sexual propriamente dito do que pela relação hierárquica estabelecida entre colegas ou co-cidadãos: “la custar-lhe caro esta soberania absoluta”, conclui o narrador-protagonista.

Por outro lado, enquanto para o protagonista a estrutura patriarcal do engenho do avô permanece como única referência de ordem social, a crise familiar no ambiente urbano, agravada com a morte do pai, aponta para uma inadaptabilidade por parte da antiga classe dirigente às novas regras de sociabilidade civis e democráticas. É significativo que, ao contrário de *Menino de Engenho*, neste segundo romance de José Lins o protagonista se veja desprovido do conforto e do prestígio personalista, representado pelo tratamento afetivo do nome *Carlinhos*, no diminutivo, como antes era conhecido no seio familiar da casa-grande, para se inserir na ordem impessoal e jurídica do sobrenome, em que todos devem ser co-legas – ou seja, submetidos às mesmas leis. Assim, ao tornar-se Carlos de Melo, o jovem rapaz deve se ajustar, a contragosto, às regras da civilidade ou da urbanidade isonômica do estado moderno:

A gente, quando se sente fora dos limites da casa paterna, que é toda a nossa sociedade, parece que uma outra personalidade se incorpora à nossa existência. O Carlos de Melo que me chamavam era bem outra coisa que o Carlinhos do engenho, o Seu Carlos da boca dos moradores, o Carlos do meu avô (REGO, 1987, p. 144).

Desse modo, a transição para o âmbito da *polis* não se dá sem conflito ou resistência por parte do herdeiro da velha ordem aristocrática (“o Carlos do meu avô”). De modo que não demora o momento em que a *persona* pública do jovem Carlos de Melo, inadaptado ao novo contexto, como que regride, e passa a ser identificada por um novo diminutivo familiar, o “doidinho” que dá título ao romance, mas que, agora, ele percebe menos como forma de tratamento afetiva do que de discriminação e alheamento, derivada do desatino do pai. Ao perder o afeto protetor da família e o prestígio da tradição senhorial, o herdeiro da ordem patriarcal se encontra sob uma constante ameaça de desestruturação física, social ou psíquica, lutando para se adaptar a uma nova realidade política e de

convívio social que já não corresponde à antiga ordem patriarcal-escravocrata. Assim, o privilégio de classe se reveste de uma nova aura de inconformismo, e o menino órfão e hipocondríaco identificar-se-á somente com outros infelizes ou excluídos, como um tal Heitor, cujo pai também era louco, como o seu: “as minhas mágoas levaram a encontrar nele uma espécie de compatriota em terra estranha” (REGO, 1987, p. 214). Ou quando é identificado com o colega Aurélio, feio, doente, conhecido como “o lobisomem”, o “papa-figo” (REGO, 1987, p. 149)”, “o pária, o sem amizade no mundo, o que era o nojo de todos, a vergonha da família!” (REGO, 1987, p. 223). A orfandade real ou existencial e a loucura herdada criam, assim, a possibilidade de uma identificação na exclusão: fraterna, mas ao mesmo tempo, despolitizada, de certo modo remanescente de um imaginário pós-simbolista ou decadentista do *fin-de-siècle*.

Assim, mesmo se por um lado o jovem Carlos de Melo começa a ver com desconfiança e algum distanciamento crítico a autoridade personalista do senhor de engenho, por outro reluta em se submeter à autoridade impessoal do diretor da escola, alegando ter com ela a sua “liberdade” individual tolhida. Julga-se assim um “oprimido”, carente de “solidariedade humana” (REGO, 1987, p. 154) e injustamente submetido ao “pleno exercício de tirania” (REGO, 1987, p. 162) do chefe. Primeiramente, Carlos de Melo se ressentia da interferência da esfera política no pessoal, resistindo a qualquer separação entre o público e o privado. Mais tarde, porém, acaba por refletir sobre tal distinção, o que acaba por levá-lo a aceitar e até mesmo a simpatizar-se com o homem por trás da autoridade do diretor da escola: “Interessante este homem, a quem a função exigia uma personalidade diferente de sua própria. Recuperava dessa maneira a sua odiosa fisionomia de tirano, de cruel extirpador de vontade, de amansador impiedoso de impulsos os mais naturais” (REGO, 1987, p. 203). E logo julga que afinal as ações autoritárias do diretor são necessárias para se “manter a ordem da casa” (REGO, 1987, p. 205). Assim, quando o colega e primo Elias (o bruto, o homossexual), desafia o mestre que Carlos de Melo até então odiara, este agora toma o partido do “tirano”, em nome da ordem e do bem comum: “Tudo aquilo ele fazia para o nosso bem. Abusava, é verdade, de sua autoridade, como um déspota que era. Havia déspotas assim, que amavam seus súditos, e súditos que rezavam por eles” (REGO, 1987, p. 208). Nesta ocasião, quando todos os colegas se posicionavam ao lado do rebelde, o herdeiro do passado patriarcal se reposiciona ao lado da ordem, contra o “atentado regicida” de um súdito “incapaz de submissão, de satisfazer-se nos limites marcados pela autoridade” (REGO, 1987, p. 209).

Por mais autobiográfica que seja a obra de José Lins do Rego, não será o caso de se identificar as reações e pensamentos do personagem jovem com os do narrador adulto ou com o autor do romance. O próprio distanciamento temporal e histórico entre o narrador e sua infância abre espaço para uma reavaliação do passado que frequentemente oscila entre o nostálgico e o crítico. No entanto, acho difícil ignorar completamente o fato de que *Doidinho*, cuja ação se passa durante a segunda década do século XX, foi publicado em 1933: ou seja, cerca de um ano depois da fundação da Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado, da qual, como se sabe, José Lins do Rego, naquele momento, ainda vivendo em Maceió, era um entusiasta. Na verdade, é elucidativo considerar-se o romance à luz de uma das seções do “Manifesto de 7 de Outubro de 1932”,³ cujo título é “O Princípio da Autoridade”:

³ Disponível em <<http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2>>.

Uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do Princípio de Autoridade. Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia da livre vontade de todas as classes é representativo da Pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o de que precisamos no Brasil (OLIVEIRA, 2011, s/p).

De fato, muito do romance trata de um ajuste entre as expectativas frustradas do filho de uma classe tradicionalmente privilegiada, de um lado, e o questionamento das novas formas de organização política e hierárquica, de outro. O personagem e, de certo modo, também o narrador, parece inclinar-se cada vez mais a formas hierárquicas, e mesmo autoritárias, de organização social, mas, ao mesmo tempo, ressentido do fato de que as leis possam ser aplicadas também a ele. Assim, ao sentir-se oprimido, ou melhor, obrigado a se igualar ao corpo de colegas, sem ter sua individualidade reconhecida como julga merecer, o ex-menino de engenho vê-se no direito de desobedecer, sem, no entanto, expor-se ao castigo.

Assim, distanciado das leis personalistas do engenho, em que “o Brasil para mim não existia”, e onde “quem mandava em todos nós era o velho Zé Paulino”, Carlos de Melo acaba procurando compensação em laços afetivos de amizade que escapem às restrições impessoais do sobrenome e que possam restaurar a liberdade sem limites daquele mundo favorecido e reconfortante dos diminutivos e dos codinomes: é assim que o Carlinhos finalmente encontra em Coruja, o seu primeiro amigo de fato, “um grande, um forte, com a sua superioridade de se encostar a um degradado, de trazer-lhe a sua simpatia de um irmão mais feliz” (REGO, 1987, p. 155). No entanto, a incompatibilidade entre a esfera privada da amizade e a vida pública do cidadão volta a perturbar quando Carlos de Melo descobre que Coruja, agora renomeado José João, tornara-se o “decurião” da escola. Assim, quando lê a notícia de que o amigo estaria na “direção do governo” (REGO, 1987, p. 252), imediatamente a interpreta como uma oportunidade para desfrutar de privilégios ou de uma posição de exceção, de tal modo que não teria mais que se submeter às mesmas leis que seus colegas, já que obviamente seu amigo “não daria parte das minhas faltas. Amigo era para isto” (REGO, 1987, p. 245). Carlos de Melo quer acreditar que, apesar da função político-administrativa desempenhada pelo ex-colega, o outro manteria sua fidelidade de amigo a todo custo, mesmo que isto fosse contrário às prerrogativas do diretor.

O meu único amigo, aquele que tinha coragem de ficar comigo, estava agora a serviço da tirania, virara cão-de-fila, um espiã da ordem. Através dele iríamos sentir a opressão do velho diretor. Mas Coruja era um bom, não se entregaria com aquela subserviência de Felipe às suas funções. Podia ser decurião e continuar o mesmo. Apenas o diretor não o queria em camaradagem conosco. A autoridade exigia esses limites, essas distâncias (REGO, 1987, p. 250-251).

Carlos de Melo apela, desse modo, para a bondade do colega, expressa em falsos ares de virtude: ou seja, para a constância, a lealdade ao amigo, a despeito de sua posição de poder. Por outro lado, reconhece que ele mesmo, como verdadeiro amigo que era, não deveria colocar em risco a posição do

amigo, devendo, em nome da amizade, submeter-se às regras de comportamento da escola, e conclui novamente: “um amigo era assim” (REGO, 1987, p. 253). Acontece que logo o personagem perceberá que não poderá estar imune à separação entre o público e o privado e que esta nem sempre lhe convém. Sua crítica ao sistema autoritário revela um certo ressentimento hipócrita, pelo simples fato de ele mesmo não se beneficiar da estrutura de poder vigente. Assim, na primeira vez que Carlos de Melo comete uma infração, o novo decurião coloca o cumprimento da lei acima da amizade, e não hesita em denunciar o infrator. Por um lado, o narrador vê nesta escolha de Coruja como que “um amigo que desaparecia, me nivelando com os outros” (REGO, 1987, p. 276). Por outro, quer acreditar que a atitude do amigo fora uma mostra de sua verdadeira *virtude*, pois a justiça e o dever precedem a amizade: “Cumprira o seu dever, magoara a sua maior afeição para não praticar uma injustiça, para ser justo. Coisa ruim, um carrasco com consciência” (REGO, 1987, p. 277). Finalmente, percebe que a bondade e a virtude pertencem a diferentes esferas da vida social.

Este conflito paradigmático da escolha entre as leis da amizade e as leis da sociedade ou do Estado é, acredito, o momento central do romance. Na verdade, a questão da compatibilidade entre a convivência na esfera pública e na esfera privada – que neste caso acabará por acarretar a *dissolução da amizade* – insere-se em toda uma tradição ocidental do pensamento filosófico e político, discutido extensivamente, por exemplo, na obra de Jacques Derrida. Para o pensador francês, o conceito de política, cuja metáfora fundadora é justamente a amizade, “raramente se anuncia sem algum tipo de aderência do Estado com a família, sem aquilo que [Derrida] chama[remos] uma esquemática da filiação: estirpe, *genus* ou espécie, sexo (*geschlecht*), sangue, nascimento, natureza e nação, autóctone ou não, telúrica ou não”⁴ (DERRIDA, 1994, p. 12 – tradução nossa). Esta é, de certo modo, a mesma problemática apontada por Said ao sugerir que os movimentos afiliativos, agremiativos, que se propõem como uma alternativa à família, acabam por reproduzir a estrutura da paternidade ou da filiação. Assim, o modelo político inspira-se quase sempre na esfera do doméstico e da família. Com efeito, como afirma Leela Gandhi (2005), já a obra de Aristóteles apresentava, por um lado, as obrigações éticas da *filia* e, por outro, as obrigações políticas da cidadania. Na tradição filosófica ocidental, a verdadeira amizade só pode ser *homofilica*, pois trata-se de laços que unem, exclusivamente, co-cidadãos.

Acontece que, como mostra Derrida, o próprio Aristóteles (assim como seus seguidores e, notadamente, Montaigne) já afirmava que “os bons legisladores sempre se preocuparam mais com a amizade do que com a justiça”⁵ (DERRIDA, 1994, p. 208). É assim que temos o que parece ser uma contradição inerente à questão da amizade. Se por um lado ela funda a política, por outro ela deve ser soberana, incondicional, independente dos problemas da *polis*. Isto é o que Montaigne, por exemplo, sustenta quanto ao notório caso da amizade entre os romanos Caius e Tibérius: “Eles eram mais amigos do que cidadãos, mais amigos do que amigos de seu país, do que da ambição e dos problemas. Estando perfeitamente comprometidos um com o outro, cada um controlava perfeitamente as rédeas das inclinações do outro... se suas ações divergissem, eles não seriam amigos, [segundo minha medida], nem entre si, nem de si

⁴ No original: “Le concept du politique s’annonce rarement sans quelque adhérence de l’État à la famille, sans ce que nous appellerons une schématique de la filiation : la souche, le genre ou l’espèce, le sexe (*Geschlecht*), le sang, la naissance, la nature, la nation — autochtone ou non, tellurique ou non”. (DERRIDA, 1994, p. 12).

⁵ No original: “les bons législateurs ont eu plus de soing de l’amitié que de la justice” (DERRIDA, 1994, p. 208).

mesmos" (MONTAIGNE, 1965, p. 232). De forma semelhante, mas ainda mais radical – já que para Montaigne a lealdade ao Estado nunca será posta em questão – o escritor inglês E.M. Forster declarava: "se eu tiver de escolher entre trair meu país e trair o meu amigo, eu espero ter a coragem de trair meu país" (FORSTER *apud* GANDHI, 2005, p. 30).

Acontece que o texto de José Lins do Rego acrescenta problemas específicos em um contexto em que a amizade está determinada por relações de favor, compadrio e patronagem, herdeiras de uma tradição de autoritarismo agora em crise. Nesse sentido, é particularmente produtivo voltar a algumas passagens de *Raízes do Brasil* que, acredito, tornam ainda mais claras as ambiguidades da obra do escritor em relação ao autoritarismo do Estado e à liberdade do indivíduo. Primeiramente, aquele momento em que Sérgio Buarque insiste que: "O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo" (HOLANDA, 1995, p. 141). E, depois, quando Sérgio Buarque explica como a solidariedade entre os povos de tradição ibérica

existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. [...] À autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior [...] E não é estranhável que essa obediência [...] tenha sido até agora, para eles, o único princípio politicamente forte. [...] Hoje, a simples obediência como princípio de disciplina parece uma fórmula caduca e impraticável e daí, sobretudo, a instabilidade constante nossa vida social (HOLANDA, 1995, p.39-40).

Assim, no contexto de tradição ibérica, patriarcal, escravocrata em que José Lins do Rego escreve, há como que uma distorção, e mesmo uma perversão da cena clássica, pois a escolha, aqui, se apresenta exterior aos princípios da cidadania e da democracia, ou seja: em uma dialética que simplesmente opõe o nepotismo ao despotismo, o compadrio ao autoritarismo. Se na *filia* imaginada por Aristóteles, Montaigne e de certa forma Forster, há uma quase transcendência da amizade em relação à vida pública ou cívica, é porque se presume que os amigos são co-cidadãos e que a virtude é o que move seus atos e pensamentos. No caso de Montaigne, é sempre o interesse de estado (*raison d'état*) que determina a virtude e, logo, a amizade entre cidadãos. Já Forster vai além, vendo a ética da amizade como possivelmente contrária aos interesses do estado e, logo, potencialmente transgressora, aproximando-se daquela outra amizade, a que Foucault qualificou de "forma de vida" ("estranha forma de vida", se quisermos lembrar um fado de Amália Rodrigues). Já o dilema de José Lins do Rego representa a escolha clássica de forma um tanto distorcida, porque se apresenta a partir da *perspectiva do traído* (que se julga injustiçado), e não do *traidor em potencial*, como nos casos anteriores. A crise social e política é sentida quando o "carrasco com consciência" aplica as leis da *polis* (i.e., do colégio) àquele que se julga um ser de exceção, naturalmente imune a elas – de modo que a justiça na esfera pública é vivida como injustiça na esfera privada. A conclusão é clara: ou bem o estado é injusto; ou bem os amigos não são virtuosos e, logo, a amizade não é autêntica. Como o caráter do amigo Coruja parece estar acima de qualquer suspeita, resta uma leve e ambígua desconfiança em relação ao despotismo, de um lado, e uma também relativa e relutante autocrítica do personagem-narrador, que talvez não mereça a amizade do homem virtuoso.

Carlos de Melo imagina-se, desse modo, “perseguido pela injustiça” (REGO, 1987, p. 274) e rodeado de inimigos: depois de uma síncope – “este contato com o desconhecido” (REGO, 1987, p. 261) –, começa a viver “uma vida de exceção”, marcada pela hipocondria, o medo da morte e o desejo de evasão; sem amigos, incapaz de participar dos exercícios militares da escola/polis, torna-se finalmente “o ridículo do colégio” (REGO, 1987, p. 266). Tal experiência da marginalidade, assim como o distanciamento físico e cultural dos que o rodeiam, finalmente o levam a buscar abrigo na literatura. Conforme a autoridade personalista do avô coronel perde prestígio aos seus olhos (e aos olhos da modernidade); conforme a potência viril e a capacidade de liderar do herdeiro revelam-se ausentes ou débeis; e conforme o autoritarismo da sociedade se mostra incompatível com sua posição de criança mimada, são os livros que lhe parecem como única forma de redenção, compensação e reaproximação da realidade social: “Os livros começavam a me ensinar a ter pena dos pobres” (REGO, 1987, p. 228). Ao mesmo tempo, a identificação com o pobre, possibilitada pela literatura, leva-o a adquirir alguma consciência de seu próprio privilégio de classe: “E ali, metido na roupa do pobre, melancolicamente verificava que era um rico... Ficava provado que eu não podia ser como os moleques do Santa Rosa” (REGO, 1987, p. 233-234). No entanto, o divórcio com os co-cidadãos, e a impossibilidade de comunhão com o a classe dos excluídos não impedem que a literatura represente a promessa de reaproximação do outro. Primeiramente, o aprendiz de bacharel busca associar-se aos letrados, entrando para o grêmio literário da escola, mas não demora em condenar a artificialidade daquele discurso literário que se queria erudito. Aqui, José Lins explicita, justifica e embarca no ideário modernista, contra a retórica bacharelesca, e em nome da linguagem do povo, coloquial, sincera, simples, autêntica e, por isso, transparente:

Uma tarde comecei a olhar o mundo. O sol se punha mesmo fazendo o céu em não sei quantas cores. O sino batia. E uma doce tristeza cobria as cousas da terra. Pensei numa descrição. Podia escrever assim as minhas impressões. Fui ver um lápis. E só me saiu da cabeça a hora sublime do sol posto. Não dava para aquilo. Seria como o meu povo. Não devia me meter onde não podia estar....[Mas] lá [no engenho] ninguém fazia cartas difíceis, nem se falava com “ss” demais. Tudo era chão e simples entre os meus... Aquele povo nunca dera um poeta... E mesmo bicho-de-pé não se chamava no Santa Rosa de poeta?... No casarão do velho Zé Paulino não havia quarto de hóspedes para as musas (REGO, 1987, p. 280-281).

Para concluir, pode-se dizer que neste momento da obra de José Lins do Rego (e não só dele), nota-se primeiramente um esforço ou uma necessidade de se imaginar formas horizontais de sociabilidade – de *filia* ou, simplesmente, amizade – como alternativa ao modelo patriarcal, ou filiativo, para usar o termo de Said. Estas formas são instáveis e vão da fraternidade cristã à homossexualidade, da mestiçagem aos grêmios literários, do coleguismo ao compadrio. Todas essas formas são fadadas ao fracasso, e há como que um fantasma da degeneração, que acaba por se manifestar na saúde do corpo solitário ou da na mente instável do hipocondríaco.

Em tempos de simpatias integralistas, a figura do pai como que reencarnava na figura do escritor, que se preparava para voltar e liderar os “meninos perdidos”. Leia-se mais uma vez o manifesto do movimento dos camisa-verdes:

Pretendemos tomar como base da Grande Nação, o próprio homem da nossa terra, na sua realidade histórica, geográfica, econômica, na sua índole, no seu caráter, nas suas aspirações, estudando-o profundamente, conforme a ciência

e a moral. Desse elemento biológico e psicológico, deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de política econômica, de fundamentos jurídicos. Como cúpula desse edifício, realizaremos a ideia suprema, a síntese de nossa civilização: na filosofia, na literatura, nas artes que exprimirão o sentido do nosso espírito nacional e humano. Pretendemos criar, com todos os elementos raciais, segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a Nação Brasileira, salvando-a dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista (SALGADO, 2011, s./p.).

Acontece que ao tentar reinventar o bacharel (e este será o tema central de *Bangüê*, romance de 1934), aquele que era predestinado a comandar se encontra despreparado, feminizado, impotente, incapaz de traduzir as antigas formas de autoridade às novas realidades políticas e sociais. Assim, a indecisão do homem de letras diante das formas hierárquicas de organização social, por um lado, e a representação popular, de outro, ocupará de agora em diante uma posição central em toda a obra ficcional de José Lins do Rego. No entanto, o que se encontra, por exemplo, em *Água Mãe*, de 1941 (agora já em pleno Estado Novo), é a trajetória de um escritor consagrado, espécie de idealizador do integralismo, que se vê arrependido e em profunda crise de consciência. Paulo, um dos personagens principais, é o autor do livro *Tiranía e Autoridade*, em que propunha valores nos quais deixa de acreditar, mas que, à sua revelia, acabam sendo assumidos por toda a sua geração. Assim, o fracasso do bacharel em assumir o legado do avô, que havíamos visto em *Bangüê*, aqui se apresentava primeiramente como desejo frustrado de “dirigir e orientar” (REGO, 1987, p. 467), “vencer e ordenar” (REGO, 1987, p. 475) de tal modo que finalmente “a família teria seu chefe” (REGO, 1987, p. 474). Mas a seguir, assustado com o sucesso inesperado de sua obra, o autor acaba por renegar os seus ideais, assim como os seus seguidores, questionando a sua própria posição como fonte de qualquer autoridade.

Já em *Eurídice*, um dos últimos romances do autor, o melhor amigo do protagonista torna-se (neste caso, explicitamente) um simpatizante do Integralismo. Tendo o destino determinado e interrompido pelo condicional do nome, “Faria”, o personagem “queria salvar a pátria, queria defender as tradições, a família, Deus, e todas as purezas do mundo” (REGO, 1987, p. 844) – mas acaba assassinado durante o levante integralista de 1938. Assim, ao olhar para trás e revisitar o passado, esta versão de José Lins do Orfeu, ao mesmo tempo que o resgata, também o condena, em um processo de intermináveis revisões e reescrituras, onde se misturam, em forma de memorialismo, a melancolia, a autocrítica, a culpa, o arrependimento e, talvez, o desejo de esquecer. Pode-se dizer que ao rescrever-se a si mesmo e reavaliar o passado, a obra de José Lins do Rego permanece, não somente como um dos mais profundos depoimentos da elite letrada brasileira, mas também como um documento ambíguo (e dinâmico) sobre a política nacional na primeira metade do século XX.

BRAGA-PINTO, C. José Lins do Rego and the Boundaries of Friendship: *Doidinho*. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 75-85, 2012.

Referências

DERRIDA, J. *Politiques de l'amitié*. Paris: Galilée, 1994.

GHANDI, L. *Affective Communities: Anticolonial Thought, Fin-de-Siècle Radicalism, and the Politics of Friendship*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGADO, P. *Manifesto de 7 de outubro de 1932*. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2>>. Acesso em 29/12/2011.

MONTAIGNE, M. De l'amitié. In: _____. *Les Essais*. Paris: Gallimard, 1965.

REGO, J. L. *Ficção Completa*. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1987.

SAID, E. W. Secular Criticism. In: _____. *The World, the Text, and the Critic*. Cambridge: Harvard University Press, 1983. p. 01-30.

SOMMER, D. *Foundational Fictions: The National Romances of Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1993.

BORDERLANDS TRAVEL WRITING: HELEN MARIA WILLIAMS, MARY SHELLEY, AND POLITICAL CONFLICT IN FRANCE

Staci Stone*

Resumo

Em *Cartas escritas na França no verão 1790* a um amigo na Inglaterra (1790), Helen Maria Williams descreve as mulheres como “as molas secretas [no] mecanismo” das questões humanas, significando que as mulheres influenciam até mesmo os eventos mais importantes (1790, p. 79). Williams está se referindo às inúmeras maneiras como as mulheres influenciaram a Revolução Francesa, e ela fez a parte dela ao representar abertamente a agitação política na França para um público inglês. Vivendo na França em um momento tão arriscado e publicando um relato de suas experiências, Williams resistiu às expectativas sociais em relação às mulheres. O desafio de Williams à autoridade masculina e aos papéis tradicionais do gênero também pode ser visto nos escritos de vida e de viagem de Mary Shelley, tais como *História de uma viagem de seis semanas* (1817), um dos primeiros relatos da França após o reinado de Napoleão. Com a *História*, vemos mais uma escritora britânica usando o gênero de fronteiras da escrita de viagens para questionar limites de gênero e de classe. As semelhanças e conexões entre Williams e Shelley (ambas rechaçadas por suas ligações e viagens com homens casados) torna surpreendente o fato de as duas ainda não terem sido comparadas.

Palavras-chave

Classe; França; Gênero; Helen Maria Williams; Literatura de Viagem; Mary Shelley.

Abstract

In *Letters Written in France in the Summer 1790 to a Friend in England* (1790), Helen Maria Williams describes women as “those secret springs in [the] mechanism” of human affairs, meaning that women influence even the most important events (1790, p. 79). Williams is referring to the numerous ways women affected the French Revolution, and she played her own part by positively representing political upheaval in France to an English audience. Living in France at such a risky time and publishing an account of her experiences, Williams defied societal expectations of women. Williams’ challenge to male authority and traditional gender roles can also be seen in Mary Shelley’s life and travel writings, such as *History of a Six Weeks’ Tour* (1817), one of the earliest reports from France after Napoleon’s reign. With *History*, we see yet another British woman writer using the borderlands genre of travel writing to question gender and class boundaries. The similarities and connections between Williams and Shelley (both of whom were shunned for their liaisons and travels with married men) make it surprising that the two have not yet been compared.

Keywords

Class; France; Gender; Helen Maria Williams; Mary Shelley; Travel Writing.

* Department of English and Philosophy, Murray State University/ USA. E-mail: sstone@murraystate.edu

Travel writing is a “borderlands” genre—meaning it is situated between generic borders, so it is interstitial or liminal—because, typically, travel writing is simultaneously private thoughts and writings provided for public consumption. In fact, Helen Maria Williams (1767-1821) and Mary Shelley (1797-1851) are two of several women who “wrote in ways that redrew generic lines” (CRACUIN; LOKKE, 2001, p. 9).

Published descriptions of travels typically combined genres. For example, Williams published her travel writing in the form of letters; Shelley presented her European tours through letters and journals. Complicating this generic ambiguity, the content of travel writing does not fit neatly within separate categories either. As Esther Schor points out in her article “Mary Shelley in Transit”, travel writing itself combines reflection and reporting, so that it is “one part self-portrait, one part portrait of the Other.... an exploration of the self through an encounter with the Other” (1993, p. 235; 237). Due to these hybridities, I am suggesting that travel writing is a borderlands genre, meaning that it occupies a place between borders where a duality of form and purpose exists.

Yet another duality can be seen in readers of travel literature because the audiences for travel writing differ in their purposes for reading. Some readers of travel literature use travelogues and travel guides to inform their own travel while others live vicariously through the author’s adventures without ever leaving home. Many of Williams’ and Shelley’s readers were in this second category due to the contemporary political upheaval in France. In addition to inviting a binary opposition of readers who travel and those who do not, travel writing also allows readers to be both at once: “active tourist and contemplative philosopher” (SCHOR, 1993, p. 253). Perhaps the popularity of travel writing—even today—is due in part to its duality.

In early nineteenth-century Britain, travel writing truly was a popular genre. According to Benjamin Colbert’s *Bibliography of British Travel Writing, 1780-1840: The European Tour, 1814-1818* (excluding Britain and Ireland), 75% of the titles published were “personal witness” narratives (journals, letters, notes), and from 1814 to 1818, the number of travelogues published was almost double that of novels: an average of 58.4 new novels were published each year, compared to 98.8 travel titles (2004). Shelley and Williams, both professional writers, capitalized on the reading public’s preference for travel writing.

The first volume of Williams’ *Letters from France* (1790-1796) constitutes travel writing because Williams recounts in it her 1790 trip to France before she relocated there in 1792. In this first volume, *Letters Written in France in the Summer 1790 to a Friend in England* (1790), Williams describes women as “those secret springs in [the] mechanism” of human affairs (WILLIAMS, 2001, p. 79). Williams is referring to the numerous ways women influenced the French Revolution; in fact, she played her own part by positively representing political upheaval in France to an English audience. Living in France at such a risky time and publishing an eyewitness account of the French Revolution, Williams defied societal expectations of women. In addition to her descriptions of post-Revolutionary events and the French monarchy’s restoration, Williams includes explicit commentary on politics, a subject normally reserved for men. At a time when women were gaining more of a political presence in France, Williams hoped to capitalize on their newfound liberty and expand her own role as a writer (KENNEDY, 2002). With *Letters Written in France*, Williams challenged male authority and traditional gender roles by explicitly providing statements about

female citizens, commenting on politics, and questioning gender and class boundaries.

Similar challenges can also be seen in Mary Shelley's life and travel writings. Before the publication of her famous novel *Frankenstein* (1818), Shelley published one of the earliest reports about France after Napoleon's reign in *History of a Six Weeks' Tour* (1817). The revised journal entries and letters comprising the volume recount Shelley's 1814 elopement with Percy Bysshe Shelley through France, Switzerland, Germany, and Holland and their 1816 return trip that repeated the 1814 itinerary. In 1814, the Shelleys observed war-torn France while touring primarily by foot; this mode of travel interrogates class borders by violating conveyance norms for the traditional aristocratic Grand Tour. With *History*, we see yet another British woman writer using the genre of travel writing to present experiences that call into question generic, class, and gendered divisions.

The similarities and connections between Williams and Shelley (both of whom were shunned for their liaisons and travels with married men) make it surprising that the two have not yet been compared. Both women crossed gender boundaries by traveling to France at a dangerous time and publishing political commentary within their travel writing. Just as travel writing occupies a special borderlands space due to its cross-generic characteristics, Williams' and Shelley's lives and works crossed ideological borders, thereby enacting erasure and/or revision of certain expectations, particularly ones regarding gender and class. Williams and Shelley took advantage of this borderlands genre to call into question numerous "borders" such as gender boundaries, class divisions, and the separation between the public and private spheres.

Williams and *Letters Written in France*

While capitalizing on the popularity of travel writing, Williams was also responding to British curiosity about and fascination with the French Revolution. As Neil Fraistat and Susan S. Lanser point out:

Unique among English women writers for her long participation in French Revolutionary politics, Williams became in effect a foreign correspondent, interpreting French history to readers in England and around the continent for thirty years. Her politics made her a controversial figure in England and sometimes even in France but gained her international recognition as an eyewitness historian of world-shaking events. (FRAISTAT; LANSER *apud* WILLIAMS, 2001, p. 16).

Williams' obituary in *The Gentleman's Magazine* in 1828 was not nearly as kind; there she was labeled "pre-eminent among the violent female devotees of the French Revolution" ("Obit." 1828, p. 373). Prior to assuming this role, Williams had already established her literary reputation as a "poet of sensibility", also publishing one novel before her journey to France in July 1790 (KENNEDY, 2001, p. 317; FRAISTAT; LANSER, 2001, p. 20). At the end of that trip, Williams published the first in what would become an eight-volume work entitled *Letters from France* (1790-1796), which covers the French Revolution from the Festival of Federation in July 1790 (opening the first volume) through the Reign of Terror and its aftermath. Williams began living in France permanently in 1792, so this article on travel writing focuses on the first volume,

Letters Written in France, composed when Williams was a tourist, not an expatriot.

During the two months that Williams toured France, she composed twenty-six letters addressed to an unnamed recipient. The letters recount Williams' experiences in Paris as she toured Revolutionary sites such as the Bastille and Versailles, as well as her trip to and stay in Rouen, where she visited her former French teacher, Monique Coquerel du Fossé. In six long letters in the middle section of her book, Williams presents a "memoir" detailing the imprisonment, poverty, and exile suffered by du Fossé and her aristocratic husband, whose "tyrannical father serves as a powerful allegory of the old regime's capricious control of its subjects" (FRAISTAT; LANSER, 2001, p. 15). The younger du Fossés' chances for happiness depended on the overthrow of the government. Williams uses this tale—which occupies what Mark B. Ledden terms "generically liminal space" (WILLIAMS, 2011, p. 07) — to support her claim that her own political opinions are grounded in the personal.

Williams declares that she is a proponent of the revolution because she is so moved by the plight of French citizens as well as their enthusiastic celebration of newfound liberty. To begin the volume, Williams fervently describes the Festival of Federation and peripheral events marking the first anniversary of the Bastille's fall. She captures the infectious gaiety in detailed descriptions and, most telling, in recounting her own reaction:

You will not suspect that I was an indifferent witness of such a scene. Oh no! this was not a time in which the distinctions of country were remembered. It was the triumph of human kind; it was man asserting the noblest privileges of his nature; and it required but the common feelings of humanity to become in that moment a citizen of the world! (WILLIAMS, 2001, p. 69).

This instance is not the only one in *Letters Written in France* in which Williams blurs national boundaries. For example, she predicts a time when all European nations will follow "the liberal system which France has adopted" (WILLIAMS, 2001, p. 82). She also joins "the universal voice" by shouting "Long live the Nation" (WILLIAMS, 2001, p. 73). Having such a cosmopolitan attitude invited censure in England, so Williams balanced it with statements such as "you are not one of those who will suspect that I am not all the while a good Englishwoman" and offering supposedly natural feminine emotion as the cause of her actions (WILLIAMS, 2001, 1790, p. 90).

To defend her pro-revolutionary stance, Williams states:

it is very difficult, with common sensibility, to avoid sympathizing in general happiness. My love of the French revolution is the natural result of this sympathy, and therefore my political creed is entirely an affair of the heart; for I have not been so absurd as to consult my head upon matters on which it is so incapable of judging (WILLIAMS, 2001, p. 91).

As Chris Jones points out, this "feminine discourse of pure sympathy belied [Williams'] own more dissident, intellectually based political principles" (JONES, 2000, p. 94). Still, Williams used this trope to placate readers.

Throughout *Letters Written in France*, Williams insists on her naturally feminine reactions, even conflating the personal and political explicitly: "I must acknowledge, that, in my admiration of the revolution in France, I blend the feelings of private friendship with my sympathy in public blessings" (WILLIAMS, 2001, p. 93). She even asks her correspondent, "Did you expect that I should ever dip my pen in politics, who used to take so small an interest in public

affairs..." (WILLIAMS, 2001, p. 109). Repeatedly, she insists that the suffering of the du Fossés under the old regime has motivated her political involvement: I am glad you think that a friend's having been persecuted, imprisoned, maimed, and almost murdered under the antient (sic) government of France, is a good excuse for loving the revolution. What, indeed, but friendship, could have led my attention from the annals of imagination to the records of politics. (WILLIAMS, 2001, p. 140).

This narrative's blurring of the personal and political transgresses the separation of the public and private spheres and is an example of a "border-crossing" that helps redefine gender boundaries. Williams' rhetorical strategy turns the public/private dichotomy on its head because she argues that it is the characteristics associated with the feminine — emotion, passion, sympathy — that authorize participation in the masculine, public sphere. Williams adhered to this idea throughout her multi-volume work. Writing about *Williams' Sketch of the Politics of France*, published in 1795, Richard C. Sha notes, by repeatedly suggesting how women's capacity to feel makes them more capable of understanding liberty than men are, Williams lends women the authority to speak on such matters. Rather than seeing women's capacity to feel as being at odds with intelligence and courage, Williams argues that they are mutually reinforcing (SHA, 1995, p. 197).

Williams' opinion carves out new space for women and women writers; just as women experienced more freedom in France — such as easily gaining admittance to the National Assembly, which Williams observed (KENNEDY, 2002) — Williams attempts to take advantage of the new political participation by making explicit political statements and defending her right to do so.

Still, Williams realized that she could not simply offer such opinions in a philosophical treatise, for example. She took advantage of presenting her travels and politics through letters, a more acceptable form than a history or a treatise for women at the time. As Anne Mellor points out, "the public letter had become the major genre for political debate in England, enabling the writer to consider opposing points of view while at the same time foregrounding the role of personal experience and feeling in the determination of political ideology" (MELLOR, 2000, p. 107).

Williams' stated reliance on emotional reaction to inform her political opinions seems to have effectively "insulated[d] her feminine persona" because the critical reception of *Letters Written in France* was primarily positive, with a couple of reviews explicitly mentioning Williams' femininity (SHA, 1995, p. 197; p. 213-15). However, The Critical Review prophetically warned Williams that "for women to be crazy about liberty — My goodness, Mademoiselle, you will never be married!" (1791, p. 217). As Williams continued to publish her volumes about the French Revolution, the reviews became harsher; for example, a 1798 review referred to her as a strumpet and a bloody Poissarde (low-class market or fish woman) (KENNEDY, 2001, p. 324). Far from deterred by such attacks, Williams stated in 1801 that she would continue to write despite "the censure which has been thrown on writers of the female sex who have sometimes employed their pens on political subjects" (KENNEDY, 2001, p. 335). Williams' commitment to publishing her political ideas paved the way for subsequent women writers, who benefited from Williams' use of a borderlands genre to push against conventional expectations of women. By traveling at such a dangerous time, living in a risky political climate, and writing about subjects normally off-limits for women,

Williams created new opportunities for women writers. One such writer was Mary Shelley.

Mary Shelley and *History of a Six Weeks' Tour*

Like Williams, Shelley presents travel writing through personal genres of letters as well as journal entries (which were revised for *History*). *History* contains a travelogue of an 1814 European tour (based on journal entries by Shelley and Percy Bysshe Shelley), letters from an 1816 European tour, and Percy Bysshe Shelley's poem "Mont Blanc". Interestingly, Williams provided a history of the French Revolution, calling it letters/travel writing, while Shelley dares to entitle her travelogue a "history", which was a serious genre written primarily by men. The review in the *New Monthly Magazine* notes surprise that such a rapid European tour would be termed a "history" (1817, p. 55). Thus, even the title of Shelley's work defies generic boundaries and challenges the conventional types of writing deemed appropriate for women writers.

Unlike Williams' travel writing, in Shelley's *History*, we do not see much of the forthright political commentary offered by Williams. In fact, although Shelley recorded what would have been controversial opinions in her private journals, she chose not to include them in *History*. Perhaps one reason for the exclusion is, as Mary Poovey has suggested, Shelley's self-effacement (1984). One example of material excised before publication regards Williams. On Shelley's first evening in Paris, she attempted to visit Williams, who had been a friend of Shelley's parents, Mary Wollstonecraft and William Godwin (*Journals* p. 10). Shelley could not locate Williams, who was away from the city (SEYMOUR, 2000, p. 105). In *History*, Shelley makes no mention of Williams even though she does include a list of the sites visited that night (1817, p. 18). Perhaps Shelley excluded references to Williams because Shelley did not want to invite a comparison of herself with Williams, which probably would have called attention to Shelley's own affair with a married man. Just as Williams lived in Paris in a common law marriage, Shelley lived with Percy Bysshe Shelley from 1814 until 1816, when they were finally able to marry because Percy Bysshe Shelley's wife Harriet had committed suicide (SUNSTEIN, 1989, p. 41; SEYMOUR, 2000, p. 177). The preface to *History* introduces the volume as travels of "the author, with her husband and sister" although the Shelleys were not married at the time of this trip (1817, p. 13).

Although Shelley's political commentary is seldom explicit in *History*, descriptions of the war-torn countryside imply Shelley's judgment: she was impressed by the historical significance of events in France, but seems to have held pacifist beliefs. Traveling from Provins to Nogent-sur-Seine in 1814 reminded Shelley "that France had lately been the country in which great and extraordinary events had taken place" (1817, p. 21; MORRISON; STONE, 2003, p. 306). Shelley visited towns "entirely desolated by the Cossacs" with roofless, burned cottages and a few "squalid", hungry inhabitants whose livestock had been seized (1817, p. 21, 22). With a hint of political commentary, Shelley calls the country "pillaged and wasted by this plague, which, in his pride, man inflicts upon his fellow" (1817, p. 21). In these ruined villages, the "people did not know that Napoleon was deposed"; Napoleon, at the time, was in Elba before his brief return to power (1817, p. 22). According to Angela D. Jones, Shelley includes this tidbit about the villagers' ignorance to reinforce her own "status as a

knowledgeable, sophisticated tourist" from England, as an "outsider capable of rendering impartial judgment on the observed Other" (JONES, 1997, p. 27).

Shelley may, indeed, have needed to offer such evidence of her own authority because, unlike the upper-class gentlemen who traveled in style on the Grand Tour, the Shelley party had chosen to travel inexpensively by foot and boat. The Grand Tour, traditionally undertaken by a rich, young man and his tutor, was intended as the two- to three-year "capstone of a classical education" (MOSKAL, 2001, p. 177).

Beginning around 1750, more middle-class British travellers, including women, started taking a shortened version of the Grand Tour (MOSKAL, 2003, p. 141). Unlike those tourists, the Shelley party planned a walking tour; short on money, they purchased an ass, which they exchanged for a mule "to carry our portmanteau and one of us by turns" (1817, p. 19). A French innkeeper warned about the danger of this plan due to the large, recently disbanded army (1817, p. 19). Although the traveling party was unmolested by soldiers, their mode of travel failed when Percy Bysshe Shelley's ankle "sprain rendered [their] pedestrianism impossible", and they proceeded to travel by open carriage with a hired driver who repeatedly proceeded to the next town without his passengers; they subsequently chased him town to town, mostly by foot (1817, p. 23). I include these details to suggest that the content of *History*, in addition to being humorous in places, transgresses both gender and class lines. In it, Shelley recounts experiences that could call into question Percy Bysshe Shelley's masculinity (He was the one constantly in need of assistance.) and the entire traveling party's class standing. With their mode of travel, the Shelley party made the Grand Tour even more inclusive—further erasing some class limitations as well as altering the traditional route "to strike across the country" (1817, p. 21). The review in *Blackwoods* took note of this walking and boating tour, stating "something original [was] in the plan of traveling" (1818, p. 412). However, *The Monthly Review* finds fault with those who "expatriate themselves for the sake of economy" (1819, p. 97).

Another "border" — in addition to class — questioned by Shelley is nationality. Shelley seems to have agreed with Williams, who thought that all global citizens should support the cause of liberty. In her first letter from Geneva, Shelley states that the French citizens' discontent with "a detested dynasty" forced upon them after Napoleon's rule is understandable: This feeling is honourable to the French, and encouraging to all those of every nation in Europe who have a fellow feeling with the oppressed, and who cherish an unconquerable hope that the cause of liberty must at length prevail" (1817, p. 42).

Thus, the cause of liberty transgresses national boundaries. Such cosmopolitanism, meaning a "conviction of the oneness of humanity", was the foundation of the 1789 Declaration of the Rights of Man in France, and Shelley and Williams shared this philosophical stance (APPIAH, 2006, p. XIV).

Although Shelley's *History* fared well in the three reviews that have been located, it had disappointing sales: the volume did not even make enough profit to pay the printer (MOSKAL, 1996, p. 04).

Perhaps *History* did not sell well because, as a result of the reading public's clamor for travel writing, the market had become flooded. In 1817, the year *History* was published, 31 books about the Continental Tour came out, with nineteen books about France (COLBERT, 2004). Rather than an indication of the quality of Shelley's work, the lack of sales was likely due to a saturated market.

Although many writers were publishing travel writing, most of those writers were male. According to Colbert, no more than three books by women travel writers appeared in a single year before 1817; in 1817, History was one of seven travel books by women, which means that only “5,5% of published travel writers were female” (COLBERT, 2004). This paucity of female travel writers makes Shelley’s and Williams’ choices to publish in this hybrid, or borderlands, genre a real challenge to gender boundaries, at least concerning gender-identified literary genres. Of course, several other British women — such as Mary Wollstonecraft, Lady Morgan, and Mary Wortley Montagu, to name only a few — had already published books about their travels, but the volume of travel books by women in no way compares to the vast number of such books by men. The content of History and of *Letters Written in France* is typical of women’s travel writing in the way that the works conflate genres and challenge notions of nationality, gender, and class.

The writing of Williams and Shelley provides a vantage point for exploring the ways in which transgression of ideological and cultural boundaries helps create new space, a place where supposedly binary oppositions can coexist and interweave. Such space can be categorized or labeled as “representational space”, as defined by Henri Le Febvre. Another alternative is to understand it as what Michel Foucault calls a heterotopia, which is capable of juxtaposing in a single real place several spaces, several sites that are in themselves incompatible.

However, that such transgressions occur in books about authors literally crossing national borders encouraged me to apply geographic or cartographic nomenclature and paradigms to literature. Therefore, I have labeled Williams’ and Shelley’s books as “borderlands” writing, by which I am motioning towards a place between borders where a fluctuation in genre, class, gender, and nationality exists. Such a *locus* recalls the historical situation in Mainz at the time the Shelley party passed through by boat. Shelley describes the city as “Mayence is one of the best fortified towns in Germany... the cathedral and towers of the town still bear marks of the bombardment which took place in the revolutionary war” (1817, p. 35). Shelley’s step-sister, Claire Clairmont, noted in her journal that “The Inhabitants of Mayntz do not know to whom they belong” (CLAIRMONT, 1968, p. 35). Though the liminality of Mainz was fleeting and violent, the not knowing, the resisting definition, the being located in a borderlands provides opportunity for transformation of ideology. At least, Williams’ and Shelley’s travel writings seem to suggest so.

STONE, S. Literatura de viagem na fronteira: Helen Maria Williams, Mary Shelley, e conflito político na França. **Olho d’água**, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 86-95, 2012.

References

APPIAH, K. A. *Cosmopolitanism: Ethics in a World of Strangers*. New York: Norton, 2006.

CLAIRMONT, C. *The Journals of Claire Clairmont*. Ed. Marion Kingston Stocking. Cambridge, MA: Harvard UP, 1968.

COLBERT, B. Bibliography of British Travel Writing, 1780-1840: The European Tour, 1814-1818 (excluding Britain and Ireland). Cardiff Corvey: Reading the Romantic Text. 13 (2004). Web. 14 Oct. 2011.

CRACUIN, A.; KARI, E. L. British Women Writers and the French Revolution, 1789-1815. In: _____. *Rebellious Hearts: British Women Writers and the French Revolution*. Albany, NY: State U of New York P, 2001. p. 03-30.

FRAISTAT, N.; LANSER, S. S. Introduction. In: WILLIAMS, H. M. *Letters Written in France, in the Summer 1790*. Orchard Park, NY: Broadview, 2001. p. 09-50.

JONES, A. D. Lying Near the Truth: Mary Shelley Performs the Private. In: _____. *Iconoclastic Departures: Mary Shelley after Frankenstein*. London: Associated UP, 1997. p. 19-34.

JONES, C. Travelling Hopefully: Helen Maria Williams and the Feminine Discourse of Sensibility. In: _____. *Romantic Geographies: Discourses of Travel 1775-1844*. New York: Manchester UP, 2000. p. 93-108.

KENNEDY, D. Benevolent Historian: Helen Maria Williams and Her British Readers. In: _____. *Rebellious Hearts: British Women Writers and the French Revolution*. Albany, NY: SUNY Press, 2001. p. 317-336.

_____. *Helen Maria Williams and the Age of Revolution*. London: Associated University Presses, 2002.

LEDDEN, M. B. Revolutionary Plots: Helen Maria Williams's Letters From France. **Essays in Romanticism**, Liverpool, Liverpool University Press, v. 3, n. 1, p. 1-14, 1995. Available in <<https://liverpool.metapress.com/content/97427u57x3747564/resource-secured/?target=fulltext.pdf>>. Web 14 Oct. 2011.

MELLOR, A. K. *Mothers of the Nation: Women's Political Writing in England, 1780-1830*. Bloomington, IN: Indiana UP, 2000.

MORRISON, L.; STONE, S. *A Mary Shelley Encyclopedia*. Westport, CT: Greenwood Press, 2003.

MOSKAL, J. Introductory Note. In: _____. *History of a Six Weeks' Tour and Letter from Geneva I and II. Mary Shelley. The Novels and Selected Works of Mary Shelley*. Vol. 8. London: Pickering, 1996. p. 01-08.

_____. Napoleon, Nationalism, and the Politics of Religion in Mariana Starke's Letters from Italy. In: _____. *Rebellious Hearts: British Women Writers and the French Revolution*. Albany, NY: SUNY Press, 2001. p. 161-190.

_____. Travel Writing. In: _____. *The Cambridge Companion to Mary Shelley*. Ed. Esther Schor. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press, 2003. p. 242-58.

Obituary of Helen Maria Williams. *The Gentleman's Magazine* 143 (1828): 373. Web. 14 Oct. 2011.

POOVEY, M. *Proper Lady and the Woman Writer: Ideology as Style in the Works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley, and Jane Austen*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

Rev. of History of a Six Weeks Tour. *Blackwood's Edinburgh Magazine* 18 (1818): 258. Web. 18 Oct. 2011.

Rev. of History of a Six Weeks Tour. *The Monthly Review* 88 (1819): 97-98. Web. 18 Oct. 2011.

Rev. of History of a Six Weeks Tour. *New Monthly Magazine* 9 (1817): 55. Web. 18 Oct. 2011.

Rev. of Letters Written in France. *The Analytical Review* (Dec. 1790): 431. In: *Letters Written in France in the Summer 1790*. Orchard Park, NY: Broadview, 2001. p. 213.

Rev. of Letters Written in France. *The Critical Review* (Jan. 1791): 117-18. In: *Letters Written in France, in the Summer 1790*. Orchard Park, NY: Broadview, 2001. p. 217-218.

Rev. of Letters Written in France. *The General Magazine, and Impartial Review* (Dec. 1790): 541-43. In: *Letters Written in France, in the Summer 1790*. Orchard Park, NY: Broadview, 2001. p. 214-215.

Rev. of Letters Written in France. *The Monthly Review* (Dec. 1790): 429-30. In: *Letters Written in France in the Summer 1790*. Orchard Park, NY: Broadview, 2001. p. 215-216.

SCHOR, E. H. Mary Shelley in Transit. In: _____. *The Other Mary Shelley: Beyond Frankenstein*. New York: Oxford University Press, 1993. p. 235-257.

SEYMOUR, M. *Mary Shelley*. London: Murray, 2000.

SHA, R. C. Expanding the Limits of Feminine Writing: The Prose Sketches of Sydney Owenson (Lady Morgan) and Helen Maria Williams. In: _____. *Romantic Women Writers: Voices and Countervoices*. London: UP of New England, 1995. p. 194-206.

SHELLEY, M. *History of a Six Weeks' Tour and Letters from Geneva I and II*. In: _____. *The Novels and Selected Works of Mary Shelley*. Vol. 8. London: Pickering, 1996. p. 11-47.

_____. *The Journals of Mary Shelley*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

SUNSTEIN, E. W. *Mary Shelley: Romance and Reality*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

WILLIAMS, H. M. *Letters Written in France in the Summer 1790*. Orchard Park, NY: Broadview, 2001.

FÁBULA MORAL E INVENÇÃO NARRATIVA NA OBRA DE ITALO CALVINO

Brunello Natale De Cusatis*

Resumo

Italo Calvino (1923-1985) é decisivamente um dos autores que mais viveu de perto todas as experiências essenciais da história intelectual pós-bélica, acompanhando as transformações da cultura italiana e internacional ao longo de quarenta anos. Para além disso, teve o grande mérito de contribuir para o nascimento do “experimentalismo” e da procura de novos horizontes linguísticos e temáticos alheios aos do neorealismo. É a fase da produção de Italo Calvino em que sobressai uma singular disposição de se abandonar ao fabuloso, disposição esta que já tinha caracterizado algumas das suas obras de ficção juvenis – é o caso, por exemplo, de *Il visconte dimezzato* (1952). Esse romance e outros dois, *Il barone rampante* (1957) e *Il Cavaliere inesistente* (1959), recolhidos em 1960 no volume *I nostri antenati* (título que sublinha a ligação com o presente dos acontecimentos vividos pelos três protagonistas – “nobres de fábula”, por assim dizer, devido às relações inabituais consigo próprios e com a realidade), fazem com que se possa falar de um escritor dotado de predisposições absolutamente únicas, particulares. De facto, Italo Calvino nestes três breves romances demonstra como é possível juntar a mais livre invenção à atitude moral e à racionalidade humana, sem alguma intenção dogmática. Estamos, fundamentalmente, na presença de três obras de ficção que podem ser lidas como verdadeiras parábolas sobre a razão; noutras palavras, como um conúbio indissolúvel entre fábula, moral e invenção narrativa.

Palavras-chave

Fábula moral; Ficção; Invenção narrativa; Italo Calvino; Literatura italiana.

Abstract

Italo Calvino (1923-1985) is definitely one of the authors who has best experienced the essential events of post-war intellectual history, following the transformations of Italian and international culture in the course of forty years. Furthermore, he had the great merit of contributing to the birth of “experimentalism” and to that of the era of new linguistic and thematic horizons alien to neorealism. What stands out in this phase of Italo Calvino’s production is an underlying tendency to succumb to the fabulous, which had already characterized some of his juvenile works of fiction – such as *Il visconte dimezzato* (1952). This novel and two others, namely *Il barone rampante* (1957) and *Il Cavaliere inesistente* (1959), collected in the 1960 volume *I nostri antenati* (a title which emphasizes the connection with the present of the events experienced by the three protagonists – “nobles of fable”, so to speak, due to their unusual relationships with one another and with reality), enable one to refer to him as a gifted writer of absolutely unique and distinctive talent. In fact, Italo Calvino demonstrates in these three short novels how unfettered invention can be combined with a moral attitude and human reason without any dogmatic intention. These are, fundamentally, three works of fiction that can be read as true parables of reason; in other words, as an indissoluble union of fable, morality and narrative invention.

Keywords

Fiction; Italian Literature; Italo Calvino; Moral Fable; Narrative Invention.

* Dipartimento di Filosofia, Linguistica e Letterature, Università degli Studi di Perugia - Itália. E-mail: decusat@unipg.it

Considerando o tema do Congresso – ou seja, o da existência ou não de fronteiras tanto histórico-culturais quanto literárias e linguísticas entre realidades diferentes dentro do mesmo país ou entre dois ou mais países diferentes – à primeira vista, poderia parecer que a minha comunicação, não apresentando no título o termo “fronteira” ou “fronteiras”, se afastasse do tema proposto. Na substância, todavia, não está – penso eu – de maneira nenhuma fora do assunto, porque quer a fábula, quer o fantástico no seu conjunto são qualquer coisa de ancestral e atávico ao mesmo tempo; por outras palavras, são manifestações que se encontram em todas as culturas e em todas as épocas históricas, numa espécie de conúbio que faz com que se possa falar de uma não existência de barreiras ou de fronteiras, mas, pelo contrário, de uma universalidade temática.

Esta universalidade é ainda mais evidente quando a figura literária de referência é a de Italo Calvino (Cuba, 1923 – Siena, 1985), sem dúvida, não somente um dos grandes autores contemporâneos italianos e um dos mais famosos e traduzidos no mundo – e o Brasil não faz nisso exceção! – mas também um dos autores que mais viveu de perto todas as experiências essenciais da história intelectual pós-bélica, quer acompanhando as transformações da cultura italiana e internacional ao longo de quarenta anos, quer contribuindo para o nascimento do “experimentalismo” e da procura de novos horizontes linguísticos e temáticos alheios aos do neorrealismo. De facto, já a partir de 1947 – aquando da publicação do romance breve *Il sentiero dei nidi di ragno* e de uma série de contos, muitos dos quais teriam sido recolhidos, em 1949, no volume *Ultimo viene il corvo* (Por último chega o corvo), Calvino foi portador de uma imagem mais jovem, vital e fresca do neorrealismo italiano, entendido igualmente em termos de compromisso político.

Ora bem, foi mesmo nos anos cinquenta que em Italo Calvino – o qual nunca abandonou por completo naquela época a órbita do neorrealismo, mas que, pelo contrário, se esforçou por focalizar situações e características da vida social contemporânea, indagando, por exemplo, a nova realidade industrial e tudo o que está na base das transformações vividas pela sociedade italiana da época, apesar de ter renunciado abertamente a qualquer visão esquemática de compromisso intelectual – sobressaiu com mais força a sua singular disposição para se abandonar à manifestação da comicidade, ao fabuloso, à fábula moral, disposição que já caracterizara algumas suas obras de ficção juvenis, bem patente, por exemplo, em *Il visconte dimezzato* (1952).

De grande interesse, referindo-se propriamente a este romance breve, é o que Calvino escreve na Nota 1960 – uma nota posfácio incluída, em 1960, no volume *I nostri antenati*:

Era a música das coisas que tinha mudado [...] A realidade encaminhava-se ao longo de trilhos diferentes, exteriormente mais normais, tornava-se institucional; as classes populares era difícil vê-las se não através das suas instituições; eu também tinha entrado a fazer parte de uma categoria regular: a do indivíduo intelectual das grandes cidades, vestido de fato cinzento e camisa branca. [...] Assim, aborrecido comigo próprio e com tudo o resto, pus-me, como se fosse um passatempo privado, a escrever O visconde partido ao meio, em 1951. [...] E assim, escrevendo uma história completamente fantástica, encontrava-me, sem me dar conta disso, a exprimir não só o sofrimento daquele momento particular, mas também o impulso para sair dele; ou seja, não aceitava passivamente a realidade negativa mas conseguia inserir-lhe novamente o movimento, a fanfarronice, a crueza, a economia de estilo, o otimismo feroz que tinham caracterizado a literatura da Resistência. No início tinha somente este impulso e uma história em mente, ou melhor, uma imagem.

Na origem de cada história que escrevi há uma imagem que roda na minha cabeça, nascida não sei como e que trago comigo talvez durante anos. [...] É só escrevendo que cada coisa volta para o seu lugar (CALVINO, 2011, p. 409-418 [p. 410-411]).

Estas palavras de Italo Calvino são altamente significativas, já que a afirmação de que só no momento em que se escreve tudo volta «para o seu lugar» revela uma sua ulterior disposição singular, a de ter vivido uma relação quotidiana com a escrita. Uma relação – entenda-se bem! – não fácil, nem sempre absolutamente idílica, considerando, por exemplo, que durante bastante tempo ele foi um autor que insistentemente andou contra a sua própria corrente, adversando a veia de escrita a si mais apropriada, mais inata, ou seja, a veia fantástica. De facto, a constrição política, que o afligiu durante os anos cinquenta, revelou-se-lhe como uma espécie de prisão, onde o único espaço em que a literatura se podia mover era o espaço dominado inteiramente pela ideologia. Todavia, os resultados, desta sua insistente vontade de ser principalmente um escritor comprometido, mais de romances do que de contos, foram bastante desilusivos. Tanto é que, praticamente, ele duvidou sempre até ao fim – errando, obviamente, nessa sua espontânea afirmação, em consideração da sua grandeza e da fama alcançada no mundo inteiro! – de ter sido um «verdadeiro escritor» (CALVINO, 2011, p. 410).

No entanto, o interesse pelo fabuloso levou Calvino a indagar a tradição das fábulas italianas. De maneira que, após dois anos intensos de pesquisa chegou a publicar, em 1956, o volume *Fiabe italiane*, uma ampla coletânea de exatamente duzentas fábulas, extraídas das diferentes tradições regionais da Península italiana, de Norte a Sul, transcritas numa língua simples e clara, presenciando-se a vontade explícita de praticar um tipo de linguagem estilisticamente não muito marcada mas acessível mesmo a um público infantil. Tal revestiu, sem dúvida, um dos aspetos mais importantes, senão o mais importante desta operação de escrita, considerando que neste trabalho dúplice de documentação e recriação Calvino (1993) tinha levado a cabo um exercício de estilo que lhe daria a possibilidade de alcançar linguisticamente a excecional capacidade de combinar vários mecanismos narrativos, eliminando excessos redundantes e expressionistas bem como os excessos das pausas líricas e sentimentais.

Numa carta de abril de 1967 a John R. Woodhouse, professor de Oxford, que estava a escrever um livro sobre a trilogia dos antepassados, Calvino confessa: «Se se quiser saber em que italiano eu escrevo é suficiente estudar linguisticamente a minha coletânea de Fábulas italianas» (CALVINO, 2000, p. 950).

Comentando esta afirmação, uma estudiosa calviniana, Francesca Serra, dirá e com toda a razão num ensaio publicado em 2006:

Se é verdade que a língua de Calvino é um dos maiores legados do nosso século vinte literário, a afirmação resulta muito comprometedora; mas absolutamente verdadeira: porque as Fábulas italianas são realmente o lugar de destilação em que a língua de Calvino amadureceu de maneira definitiva (SERRA, 2006, p. 106).

Além disso, ocorre constatar como, substancialmente, este trabalho das *Fiabe italiane* fosse para Calvino uma espécie de remédio que, para além de o livrar do peso do romance, curou, igualmente, a sua obstinação pelo realismo e a sua desconfiança do fabuloso. Este facto explica bem a mudança repentina que nele se operou após a publicação das Fábulas, considerando o entusiasmo com que no início de dezembro de 1956 começou a escrever o seu novo livro, editado

no ano seguinte – falo, naturalmente, da extraordinária e maravilhosa “livre invenção” de *Il barone rampante*. Desta forma, e tendo também em consideração o grande sucesso comercial obtido por ambas as obras, entre Fábulas e Barão deu-se uma viragem profunda, marcada no perfil pessoal e público de Italo Calvino. Por outras palavras, a ficção fabulosa viria a ocupar um lugar, ao mesmo tempo, importante e preeminente na obra calviniana, acabando por se configurar, não como um simples género ou subgénero, mas como um verdadeiro “modelo”, um *corpus* narrativo, melhor ainda metanarrativo, em consideração da dimensão crítica que caracteriza a reflexão do escritor italiano. Sendo assim, nas palavras de Roberto Deidier,

a fábula não fica confinada na categoria do género, mas traduz-se praticamente numa função literária que atravessa diversos níveis de escrita, unificando-os num único percurso. Realismo e alegoria, metáfora e ironia, discurso fantástico e narrativa combinatória tornam-se, portanto, os vetores de uma mentalidade centrífuga, de um enciclopedismo nunca fechado em si próprio, nunca acumulador, mas, pelo contrário, aberto e problemático, que indaga as múltiplas vertentes de uma escrita alienante (DEIDIER, 2004, p. 42).

Quanto ao fantástico e ao fabuloso calviniano merece ser citada parte de uma entrevista radiofónica feita no final dos anos 70 ao grande ensaísta e semiólogo francês Roland Barthes:

Penso que [Calvino] tem uma imaginação muito particular e elaborada: é no fundo a mesma de Edgar Allan Poe, o que se poderia chamar a imaginação derivada duma certa mecânica [...]. A imaginação, talvez a grande imaginação, é sempre o desenvolvimento duma certa mecânica [...] [Calvino] põe uma situação que em geral é, digamos, irrealista dum ponto de vista do verosímil, mas só à partida porque depois esta situação irrealista desenvolve-se duma maneira implacavelmente realista e implacavelmente lógica (BARTHES *apud* NEVES, 2007, p. 103).

Um particular interessante na obra de Italo Calvino é a presença do número três, que deve ser entendido, literariamente falando, em função de uma trilogia. Tal presença talvez se deva a uma sua certa insegurança ou insatisfação, já que convencido de que uma única obra escrita e analisada singularmente pelo público leitor não explicaria de maneira exaustiva o seu verdadeiro significado. Daqui a necessidade, por parte do escritor, de recorrer a uma sistematização cíclica. Metendo em prática esta convicção, Calvino, em 1954, apresenta a trilogia dos contos autobiográficos de *Entrata in guerra (Entrada em guerra)*, para depois continuar com a ideia das *Cronache degli anni Cinquanta (Crónicas dos anos Cinquenta)*, ou seja, a trilogia realista que, porém, como é sabido, não conseguiu levar a cabo, como de resto aconteceu com outras obras ou projetos de obras que ficaram «manuscritas na gaveta» (CALVINO, 2011, p. 410).

Para além disso, era preciso resolver o caso daquele híbrido editado em 1952, escapado casualmente das suas mãos e então pendente, por não saber o escritor se o classificar como um romance breve ou como um conto longo. Falo naturalmente do já mencionado *Il visconte dimezzato*, cujo grande sucesso tinha surpreendido, por assim dizer, negativamente o próprio autor. Foi, de facto, para remediar esta falha que, em 1957, Italo Calvino decidiu publicar *Il barone rampante*, dando assim substância construtiva a um desenho “heráldico-fabuloso”, que no início, aquando da publicação de *Il visconte dimezzato*, certamente não existia na sua mente. Mas para ele não era suficiente. Somente o recurso ao número três podia dar conclusão a qualquer coisa que sentia ainda em movimento. Faltava um terceiro e último romance para concluir a trilogia e,

consequentemente, o ciclo que se tinha ido formando por etapas na sua mente. Tal vem a concretizar-se, em 1959, com *Il cavaliere inesistente*. Logo depois, em 1960, Calvino recolheria a trilogia num único volume – a que já fiz referência – sob o título *I nostri antenati*, incluindo, aliás, no fim uma nota posfácio (*Nota 1960*), não só explicativa, mas também interessante, com que fechava definitivamente o círculo ou o ciclo (CALVINO, 2011, p. 409-418):

Reúno neste volume três histórias que escrevi no decénio '50-'60 e que têm em comum o facto de serem inverosímeis e de se desenrolarem em épocas longínquas e em países imaginários. Em consideração a estas características comuns e apesar de outras características não homogéneas, pensa-se que constituem, como se costuma dizer, um "ciclo", ou antes, um "ciclo consumado" (ou seja, acabado, porque não tenciono escrever outras) (CALVINO, 2011, p. 409).

Assim, «entre as muitas trilogias pensadas, projetadas, travestidas ou apartadas, só esta fica de pé: a trilogia de Calvino é já por antonomásia a dos antepassados» (SERRA, 2006, p. 156).

Como visto e já mencionado, o interesse pela fábula liga-se em Calvino à sua grande paixão pela tradição da literatura fantástica, sobretudo pelas personagens e pelas aventuras das novelas cavalheirescas. Tanto é que um dos seus autores preferidos e amados foi Ludovico Ariosto, do qual sempre admirou a capacidade de juntar na sua obra o maravilhoso e a ironia. Ora bem, este prazer ou gosto pelo fabuloso e o maravilhoso, acompanhado de uma fugaz ironia, encontra-se otimamente representado na trilogia *I nostri antenati* – título que sublinha a ligação com o presente dos acontecimentos vividos pelos três protagonistas, "nobres de fábula", por assim dizer, devido às relações inabituais consigo próprios e com a realidade. Em concomitância, esta trilogia faz com que se possa falar de um escritor dotado de predisposições absolutamente únicas, particulares. De facto, Italo Calvino em todos os três romances breves demonstra como seja possível juntar a invenção mais livre à atitude moral e à racionalidade humana, sem alguma intenção dogmática e com uma clara referência a alguns aspetos da literatura iluminista, de maneira particular ao género da fábula moral e irónica bastante difundido no século XVIII.

Fundamentalmente, estamos na presença de três obras de ficção que podem ser lidas como verdadeiras parábolas sobre a razão; por outras palavras, como um conúbio indissolúvel entre fábula, moral e invenção narrativa. As três obras baseiam-se todas no mesmo dispositivo narrativo com uma regra idêntica, regra esta que já tinha sido enunciada claramente em 1956, por ocasião da introdução às *Fiabe italiane*: «a infinita possibilidade de metamorfose do que existe» não é uma alucinação, porque – escreve Calvino – «as fábulas são verdadeiras» (CALVINO, 1993, p. 12-13). Com esses pressupostos, segundo o escritor italiano, a metamorfose, na substância, tem a grande capacidade de fugir – nas palavras de Francesca Serra –

ao espantoso domínio da alucinação não através do seu desfecho racional, do seu desfazer-se numa explicação qualquer, mas, pelo contrário, pensando que é autenticamente verdadeira. O truque consiste em dar corpo à figura e concretizá-la: no caso, por exemplo, de uma metáfora, que por definição apaga o "como" entre o primeiro e o segundo termo de uma comparação, ocorre tomar a sério a identidade estabelecida entre os dois termos. Consequentemente, esta mesma identidade vai prolongar-se até à metamorfose real do primeiro termo no segundo termo. Sendo assim, o "homem partido ao meio" sê-lo-á, portanto, deveras, com tudo o que daí resultará; a mesma coisa acontece com o "homem nas árvores" e que viverá

realmente suspenso no ar; até o “homem inexistente”, vazio e que consistirá efetivamente numa armadura que apenas fala e anda (SERRA, 2006, p. 158).

É sempre Francesca Serra que sublinha como seja esta «a regra do jogo a que todos os romances da trilogia calviniana dos antepassados estão submetidos» (SERRA, 2006, p. 159). Tudo isto, «segundo um princípio de animação narrativa» que, obviamente, tem o seu mais ilustre protótipo nas *Metamorfoses* de Ovídio, mas que, ao mesmo tempo, é – como se sabe – um princípio «bem conhecido pelo fabuloso e, em geral, pelo fantástico» (SERRA, 2006, p. 158).

A propósito de regra ou regras, eis o que escreve Calvino, na já citada Nota 1960, referindo-se especificamente a *Il visconte dimezzato*, uma afirmação que, obviamente, se alarga também aos outros dois romances breves da trilogia:

O conto, pela sua espontânea propulsão interior, fazia de modo que me referisse ao que sempre foi e é o meu verdadeiro tema narrativo: uma pessoa impõe-se voluntariamente a si próprio uma difícil regra e segue-a até às últimas consequências, porque sem esta não seria ele próprio nem para consigo nem para com os outros (CALVINO, 2011, p. 413).

Como tal, a ideia fundamental e portante dos três romances não consiste simplesmente num expediente para poder exprimir de maneira original e indireta algo mais, ou seja, por exemplo, a época histórica em que se desenrolam os acontecimentos ou «o que está fora do livro». Mas, representa, sobretudo, «um expediente de autofundação e alimentação da própria narração. E isto porque o uso literal da metáfora exerce sobre Calvino o irresistível fascínio de uma grande máquina de indução narrativa» (SERRA, 2006, p. 159).

O aspecto altamente metafórico da trilogia faz com que seja importante analisar, ainda que brevemente, a temática e, de consequência, as mensagens correspondentes em cada romance.

Em *Il visconte dimezzato* – nas palavras do próprio Calvino – o verdadeiro «âmago ideológico-moral» é a divisão ao meio, o carácter incompleto do «homem contemporâneo» (CALVINO, 2011, p. 411). Esta condição de mutilação é bem simbolizada pelo protagonista, o visconde Medardo de Terralba, que tinha sido perfeitamente dividido ao meio em sentido vertical por uma bala de canhão, no decorrer das guerras austro-turcas, no fim do século XVII, com a parte direita que se mostra despótica e cruel e com a parte esquerda que se caracteriza por ser caridosa e gentil. Contrariamente ao que se possa pensar à primeira vista, com este romance o escritor italiano não quis fazer uma exaltação da bondade e da caridade. De facto, pelo duelo final entre as duas partes, sem vencedores e sem vencidos, percebe-se que, qualquer que seja a direção escolhida, um aspeto da personalidade humana levado ao extremo nunca poderá ser considerado de maneira positiva, e que nenhum homem é completo se não tiver dentro de si próprio uma parte de bem que possa controlar o mal e uma parte de mal que possa controlar o bem.

Em *Il barone rampante* são patenteadas quer a temática do respeito ou não pelas regras quer “o mal de viver”, um mal-estar comum surgido na época iluminista – ainda que na época fosse mascarado, de maneira hipócrita, por detrás dos ideais de harmonia e de racionalidade dos intelectuais, os quais escondiam a sua real condição de dor – e que, segundo Calvino, perdura ainda na época contemporânea. Isso explica a escolha feita pelo escritor de situar o romance no século das luzes e de individuar o protagonista na figura do jovem Cosimo Piovasco de Rondò, filho de um barão, de índole profundamente rebelde que não se inclina perante a aceitação passiva de uma severíssima etiqueta,

acabando por refugiar-se sobre as árvores, com a promessa – cumprida até ao fim dos seus dias! – de nunca mais descer e utilizando como único meio de comunicação com a terra o irmão mais novo Biagio. Infelizmente, a dor existencial com que convive Cosimo é tão profunda que nem a vida passada entre as árvores lhe permitirá resgatar-se da sua existência frustrada e dolorosa.

Em *Il cavaliere inesistente* os dois temas principais, interligados, são os da “perfeição” e da “individualidade”. Quanto ao primeiro tema, o ser perfeito obviamente não pode existir. De facto, o protagonista do romance, Aginulfo, um paladino de Carlos Magno, cavaleiro impecável, infalível e, por isso mesmo, “perfeito”, é só uma armadura vazia – que não dorme nem come, mas que só anda e fala – de maneira que qualquer tipo de falhanço será suficiente para, sem ter já razões para existir, dissolver-se no ar. Apesar disso, Calvino fornece a Aginulfo, na sua inexistência, uma sua própria «individualidade», munida de «autonomia psicológica», de «vontade» e de «consciência», contrapondo-lhe, ao mesmo tempo, uma personagem, o escudeiro Gurdulù, com uma «existência privada de consciência». Sendo assim e aparentemente sob uma fórmula de simples «divertimento», Aginulfo torna-se emblema da maturidade completa (CALVINO, 2011, p. 415-416). Ocorre então interrogar-se: existe ou não o máximo grau de maturidade total, perfeita? Não há nenhuma certeza! Por isso Calvino decide representá-la num cavaleiro inexistente, como se a perfeição fosse um conceito abstrato ou, seja como for, qualquer coisa de inalcançável.

Ítalo Calvino conclui a *Nota 60* com estas importantes e fundamentais palavras por conterem, ao mesmo tempo, uma confirmação e um auspício quanto à trilogia dos antepassados:

o leitor é livre de interpretar estas três histórias como deseja, e não deve sentir-se vinculado absolutamente pelo depoimento que agora fiz acerca da sua génese. Quis fazer delas uma trilogia de experiências em que os seres humanos se realizam: no *Cavaleiro inexistente* a conquista do ser, no *Visconde partido ao meio* o desejo de uma completa plenitude além das mutilações impostas pela sociedade, no *Barão nas árvores* um caminho em direção a uma plenitude não individualista para alcançar pela fidelidade uma autodeterminação individual: três graus de aproximação à liberdade. E, ao mesmo tempo, quis que fossem três histórias, come se costuma dizer, «abertas», as quais, antes de mais nada, fiquem de pé como histórias, pela lógica da sucessão das suas imagens, mas que comecem a sua verdadeira vida no imprevisível jogo de interrogações e respostas suscitadas no leitor. Gostaria que pudessem ser vistas como uma árvore genealógica dos antepassados do homem contemporâneo, em que cada rosto esconde qualquer traço das pessoas que estão à volta de cada leitor, de mim próprio (CALVINO, 2011, p. 418).

DE CUSATIS, B. N. Moral Fable and Narrative Invention in the works of Italo Calvino. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 96-103, 2012.

Referências

CALVINO, I. *I nostri antenati*. Milano: Oscar Mondadori, 2011.

CALVINO, I. *Fiabe italiane raccolte dalla tradizione popolare durante gli ultimi cento anni e trascritte in lingua dai vari dialetti*. Milano: Mondadori, 1993.

CALVINO, I. *Romanzi e racconti*. Milano: Mondadori, 1991, 3 vol.

CALVINO, I. *Saggi 1945-1985*. Milano: Mondadori, 1995, 2 vol.

CALVINO, I. *Lettere 1940-1985*. Milano: Mondadori, 2000.

DEIDIER, R. *Le forme del tempo. Miti, fiabe, immagini di Italo Calvino*. Palermo: Sellerio editore, 2004.

NEVES, R. C. *Italo Calvino, lições de modernidade*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2007.

SERRA, F. *Calvino*. Roma: Salerno Editrice, 2006.

INTERNACIONALIZACIÓN DEL POSTGRADO: CONDICIONES Y DESAFÍOS

Víctor Cruz Cardona*

Resumen

En este artículo tratamos ligeramente de las presuposiciones, condiciones y los desafíos del proceso de internacionalización de las carreras de postgrado. La construcción, el fortalecimiento y la consolidación de una sociedad del conocimiento en el ámbito latinoamericano así como la necesidad de enfrentar los retos de la globalización les exige a las universidades y a su oferta académica, en particular, a su oferta de postgrado, una dosis importante de apertura, flexibilidad, integración y articulación con oferta académica similar en otras universidades y en otros países. La ponencia explora, primero, las posibilidades reales de internacionalización que tiene el postgrado en nuestro entorno y argumenta a favor de una revisión exhaustiva de los paradigmas de formación superior avanzada que permitan hacerla realidad, describiendo de paso, las tendencias y desafíos más importantes de desarrollo del postgrado en el mundo y en el entorno latinoamericano.

Palabras-clave

Latinoamérica; Cooperación Académica; Internacionalización; Postgrado; Sociedad del Conocimiento; Universidad.

Abstract

This article discusses, in a concise way, the assumptions, conditions and challenges of the internationalization of graduate courses. The building, strengthening and consolidation of a society of knowledge in Latin American context, as well as the need to address the challenges of globalization, require from universities and their programs of studies, in particular, graduate programs, a significant dose of opening, flexibility, integration and articulation with similar programs offered in other universities and countries. This article explores, first, the real possibilities of internationalization available to graduate studies in our context and argues for a comprehensive review of higher education paradigms that allows the internationalization to become a reality, describing the most important trends and challenges in the development of graduate studies worldwide and in the Latin American context.

Keywords

Latin America; Academic Cooperation; Internationalization; Graduate Studies; Society of Knowledge; University.

* Universidad del Valle – Colombia. Diretor Geral da AUIP - Associação Universitaria Iberoamericana de Postgrado. E-mail: vcruz@auiip.org

Introducción

La Universidad y el conocimiento son universales. Las instituciones de educación superior que generan, transforman y transfieren conocimiento, sin embargo, no suelen serlo. Por lo general son parroquiales, provinciales y cuando tienen suerte, nacionales. Así las cosas, hablar de internacionalización de la educación, de la Universidad o del postgrado, implica, sin duda, impartir conocimiento, competencias y valores cuya naturaleza y aplicación, tienden a ser de carácter universal.

Intentaré, por tanto, abordarlo describiendo primero el contexto en el cual nos encontramos, formulando el concepto con base en el cual me atrevo a hacer esta reflexión, definiendo brevemente los supuestos y condiciones básicas que se tienen que dar para hablar de internacionalización y señalando los desafíos que es preciso enfrentar para poner en marcha procesos efectivos de internacionalización de la oferta de postgrado.

El Contexto

El contexto, corriendo el riesgo de hacer generalizaciones que seguramente sean de difícil sustentación empírica, es uno caracterizado por una transformación radical de los sistemas de producción y transferencia del conocimiento, una dinámica sin precedentes en la expansión de los mercados y, sobre todo, en la globalización de los problemas que esa expansión genera, una marcada tendencia a asignarle a la investigación un valor agregado como factor de competitividad, una nueva lógica empresarial más cambiante y flexible, una conexión indiscutible entre investigación y desarrollo y una exigencia a los programas de postgrado y doctorado para que, además de investigación y desarrollo, se genere también una dosis considerable de creatividad e innovación.

El contexto, caracterizado de esta forma, ha tenido implicaciones claras para las instituciones de educación superior. En primer lugar, no cabe duda que, para sintonizarse con ese contexto, la mayoría ha tenido que replantear su misión institucional, asumir seriamente la responsabilidad que, como universidad, tiene con su entorno social, redefinir su concepto de universidad dedicada casi exclusivamente a la academia para darle cabida a la posibilidad de vincularse en forma efectiva a su entorno productivo y empresarial y repensar sus prácticas de administración y gestión académica. En segundo lugar, las universidades se han visto obligadas a potenciar sus relaciones institucionales en el ámbito regional y nacional pero sobre todo, a nivel internacional. Es difícil encontrar hoy instituciones de educación superior, en nuestro entorno, que no hagan ingentes esfuerzos por conectarse a redes de conocimiento y de cooperación académica internacional que, de alguna manera, contribuyan significativamente a su desarrollo académico y científico y le aseguren un factor agregado de competitividad institucional.

Los Conceptos

En términos generales, la internacionalización se define como el proceso a través del cual se integra la dimensión internacional, intercultural y global en las funciones y propósitos básicos de la educación superior: docencia, investigación

y servicio. Referido al postgrado, conviene, también, asumir que la Universidad ve la internacionalización como una estrategia que permite enfrentar los retos de la globalización y de las llamadas sociedades del conocimiento y de la información desde nuestra identidad y singularidad académica, científica, cultural, histórica, social y económica interactuando horizontalmente con otras instituciones, con otros países, con otras culturas.

Supuestos básicos

Internacionalizar el postgrado supone, por tanto, que la institución tiene no solo posibilidades reales de integración, articulación e internacionalización sino también, voluntad para ofrecer o construir una oferta académica de calidad, pertinente, abierta a la comunidad académica internacional, flexible, es decir, que, por sus propósitos y objetivos, tenga alguna posibilidad de integrarse y articularse con oferta académica similar en otras universidades y otros países, innovadora, no solo por porque en su aproximación a los procesos de generación de conocimiento asumen una actitud interdisciplinar y transdisciplinar sino también, porque en los procesos de formación intentan incorporar la lógica de la autonomía intelectual y el desarrollo de la creatividad para pensar y resolver los problemas del entorno. Implica, también, que la Universidad y los responsables de los postgrados estén dispuestos a atraer y vincular profesores, investigadores y alumnos extranjeros.

Condiciones

La internacionalización del postgrado tendría que partir, entonces, de algunas de las siguientes consideraciones:

1. La integración universitaria con un propósito singular: La cooperación académica y científica con universidades del primer mundo, a través de la cual se puedan identificar y compartir fortalezas y complementariedades que, en el medio y largo plazo, consoliden niveles crecientes de interrelación e interdependencia en beneficio de los programas de formación postgraduada.

2. El fortalecimiento y consolidación de una cultura de la internacionalización, al interior de Universidad y, sobre todo, al interior de los programas de formación, referida a – la infraestructura de apoyo académico y de gestión (ie, competencias lingüísticas en lenguas extranjeras, oficinas de enlace, observatorio de iniciativas de cooperación académica universitaria internacional), - la difusión y utilización en el exterior de capacidades y productos académicos y científicos institucionales, la visibilidad y reconocimiento institucional.

3. El establecimiento de una lógica de gestión de la internacionalización que les dé protagonismo a profesores, investigadores, gestores y alumnos de los programas en un esfuerzo por asegurar la sostenibilidad de las acciones de cooperación.

4. El establecimiento de un modelo institucional de cooperación internacional flexible e interactivo que supere por una parte, el modelo vertical (el que más tiene le da al que menos tiene) hacia un modelo horizontal (todos dan, el que más tiene da un poco más, el que menos, un poco menos) y, por otro, el modelo ofertista (se echa mano de lo que den no importa para qué) hacia un modelo interactivo (se aprovecha al máximo lo que esté disponible para atender las necesidades institucionales previamente identificadas y priorizadas).

Desafíos

Un proceso de internacionalización, por tanto, enfrenta dos grandes desafíos: la sostenibilidad del mismo en el tiempo y, sobre todo, en función de los recursos, y la capacidad para competir con otros actores nacionales o extranjeros, bien por las oportunidades o bien por los recursos. Esto implica:

1. La identificación de iniciativas específicas de cooperación académica y científica internacional en los ámbitos de formación, investigación, extensión, gestión, difusión y transferencia de conocimiento y tecnología con el propósito de crear, fortalecer o consolidar una oferta de postgrado sostenible y competitiva.

2. El monitoreo, evaluación y seguimiento de información pertinente sobre iniciativas de cooperación académica universitaria internacional para la formación y la investigación que permita su valoración y aprovechamiento y el establecimiento de prioridades programáticas e institucionales.

3. El establecimiento de alianzas estratégicas para la creación, fortalecimiento y consolidación de la oferta académica.

4. La aceptación de un paradigma estratégico de formación a través del cual la oferta académica se pueda ver como un proceso continuo y cambiante de aprendizaje (Life-long learning), en función no solo de la demanda del mercado del conocimiento sino de las necesidades de desarrollo científico y tecnológico del entorno social y económico. Para operacionalizar este paradigma, la Universidad, seguramente, tendría que promover alianzas estratégicas nacionales e internacionales con instituciones y organismos gubernamentales y no gubernamentales, con la sociedad civil y con el sector productivo.

5. Cambios o ajustes en la pedagogía de la formación superior avanzada. Manathunga *et al* (2006) proponen una "pedagogía" para la formación doctoral interdisciplinaria en cuatro dimensiones: la primera tiene que ver con los procesos de enseñanza y aprendizaje a través de los cuales es posible crear espacios para el diálogo entre disciplinas, para que gentes de distintas disciplinas puedan interactuar utilizando distintos métodos y herramientas y para que puedan crear e intercambiar nuevo conocimiento. La segunda, sugiere la autora, es como una experiencia intercultural a través de la cual gentes de distintas disciplinas puedan reevaluar sus propios conceptos y prácticas a la luz de las de otras disciplinas. La tercera, es la posibilidad de animar a gentes de distintas disciplinas a utilizar su capacidad de pensamiento analítico y creativo para reorganizar el conocimiento de tal manera que no solo se puedan generar soluciones innovadoras a un problema sino que además les sea posible evaluar la efectividad de esas soluciones. La cuarta, es la posibilidad de que los alumnos puedan entender la forma como naturalmente se genera nuevo conocimiento en su propia disciplina (epistemología) y como este nuevo conocimiento puede relacionarse o entrar en conflicto con el que se genera en otras disciplinas.

6. Redefinir las condiciones bajo las cuales se hace imperativo promover y animar la movilidad académica. Por una parte, la puesta en marcha de procesos de convergencia y armonización curricular de la oferta académica que facilite la movilidad académica y profesional, la homologación y el reconocimiento de estudios y títulos. Por otro, la definición de estándares de calidad en términos de competencias (conocimientos, habilidades, destrezas, actitudes, valores) que permitan pensar en la posibilidad de crear y ofrecer programas de formación transnacionales, reconocidos y aceptados en el ámbito internacional, para hacer posible la movilidad de profesores y estudiantes lo mismo que la doble titulación.

Por supuesto que, para que todo esto suceda, son muchas las transformaciones internas y externas se tendrían que dar no solo en las instituciones y programas sino en los entornos productivos, sociales y políticos pero quisiera llamar la atención sobre dos que, en mi opinión, debieran darse

1. Decisiones estratégicas institucionales para crear, fortalecer o consolidar el postgrado acudiendo a la cooperación académica internacional. Son, desde luego, muchas las oportunidades que están abiertas hoy con universidades de prestigio en la región y, por supuesto también, en los países industrializados pero también es imperativo que para que todo esto se facilite, los responsables de los programas tendrán que hacer un esfuerzo significativo para ponerse a tono con los procesos de armonización y convergencia curricular que están impulsando en el llamado Espacio Europeo, Latinoamericano y Caribeño de Educación Superior.

2. Los programas de postgrado y particularmente, los de doctorado, debieran poner en marcha acciones dirigidas a identificar, proteger y coadyuvar en la explotación de los saberes estratégicos tácitos de las comunidades locales de tal manera que se asegure lo que Boisier (2001) llama simbiosis entre la dimensión global y local (glocal). Es decir, que así como las empresas piensan globalmente para actuar localmente, así también los programas de doctorado (locales) debieran pensar localmente para actuar globalmente. En este sentido, la formación superior avanzada estaría contribuyendo a mejorar la capacidad competitiva de los colectivos sociales, creando entornos mejor preparados para responder a las crecientes demandas de la globalización.

CARDONA, V. C. Internationalization of Graduate Studies: Challenges and Conditions. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 104-108, 2012.

Referencias

BOISIER, S. *Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial*. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile, 2001.

MANATHUNGA, C.; LANT, P.; MELLICK, G. Imagining an interdisciplinary doctoral pedagogy. *Teaching in Higher Education*, v. 11, n. 3, p. 365-379, 2006.

Disponibile en <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13562510600680954>. Acceso en 21/09/2011.

ÍNDICE DE ASSUNTOS / ÍNDICE DE MATERIA

- A *passage* como objecto privilegiado (JB, p. 41)
Amizade (CBP, p. 75)
Brasil (JBH, p. 62)
Ciencia ficción (MFM, p. 52)
Cine (MFM, p. 52)
Classe (SS, p. 86)
Comunitarismos (BAJ, p. 30)
Cooperación Acadêmica (VCC, p. 104)
Crise (BAJ, p. 30)
Crítica social (MFM, p. 52)
Diáspora (JBH, p. 62)
Escravidão (JBH, p. 62)
Estado (CBP, p. 75)
Estados Unidos da América (JBH, p. 62)
Estudos Culturais (AMSS, p. 11)
Estudos Literários (AMSS, p. 11)
Estudos Literários e Culturais (BAJ, p. 30)
Fábula moral (BNDC, p. 96)
Ficção (BNDC, p. 96)
França (SS, p. 86)
Fronteras (MFM, p. 52)
Fronteiras (AMSS, p. 11; BAJ, p. 30; CBP, p. 75)
Gênero (SS, p. 86)
Helen Maria Williams (SS, p. 86)
Internacionalización (VCC, p. 104)
Invenção narrativa (BNDC, p. 96)
Italo Calvino (BNDC, p. 96)
José Lins do Rego (CBP, p. 75)
Latinoamérica; (VCC, p. 104)
Limiar versus fronteira (JB, p. 41)
Literatura (AMSS, p. 11)
Literatura de Viagem (SS, p. 86)
Literatura italiana (BNDC, p. 96)
Mary Shelley (SS, p. 86)
Método (Crítica Filosófica) (JB, p. 41)
Multiculturalismo (BAJ, p. 30)
Poder (CBP, p. 75; MFM, p. 52)
Política (BAJ, p. 30; CBP, p. 75; MFM, p. 52)
Postgrado (VCC, p. 104)
Sociabilidade (CBP, p. 75)
Sociedad del Conocimiento; Universidad (VCC, p. 104)
Sociedade (JBH, p. 62)
Território (AMSS, p. 11)
Trabajo (MFM, p. 52)
Utopia (BAJ, p. 30)
Walter Benjamin (JB, p. 41)

SUBJECT INDEX

- Academic Cooperation (VCC, p. 104)
Benjamin (JB, p. 41)
Borderlines (AMSS, p. 11)
Borders (BAJ, p. 30; CBP, p. 75; MFM, p. 52)
Brazil (JBH, p. 62)
Cinema Politics (MFM, p. 52)
Class (SS, p. 86)
Communitarianisms (BAJ, p. 30)
Crisis (BAJ, p. 30)
Cultural Studies (AMSS, p. 11)
Diaspora (JBH, p. 62)
Fiction (BNDC, p. 96)
France (SS, p. 86)
Friendship (CBP, p. 75)
Gender (SS, p. 86)
Graduate Studies (VCC, p. 104)
Helen Maria Williams (SS, p. 86)
Internationalization (VCC, p. 104)
Italian Literature (BNDC, p. 96)
Italo Calvino (BNDC, p. 96)
José Lins do Rego (CBP, p. 75)
Latin America (VCC, p. 104)
Literary and Cultural Studies (BAJ, p. 30)
Literary Studies (AMSS, p. 11)
Literature (AMSS, p. 11)
Mary Shelley (SS, p. 86)
Method (Philosophical Criticism) (JB, p. 41)
Moral Fable (BNDC, p. 96)
Multiculturalism (BAJ, p. 30)
Narrative Invention (BNDC, p. 96)
Politics (BAJ, p. 30)
Politics (CBP, p. 75)
Power (CBP, p. 75; MFM, p. 52)
Science Fiction (MFM, p. 52)
Slavery (JBH, p. 62)
Sociability (CBP, p. 75)
Social Criticism (MFM, p. 52)
Society (JBH, p. 62)
Society of Knowledge; University (VCC, p. 104)
State (CBP, p. 75)
Territory (AMSS, p. 11)
The passage as privileged object (JB, p. 41)
Threshold versus boundary (JB, p. 41)
Travel Writing (SS, p. 86)
United States (JBH, p. 62)
Utopia (BAJ, p. 30)
Work (MFM, p. 52)

ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX

ABDALA JUNIOR, B., p. 30.

BARRENTO, J., p. 41.

BRAGA-PINTO, C., p. 75.

CARDONA, V. C., p. 104.

DE CUSATIS, B. N., p. 96.

HUDSON, J. B., p. 62.

MEDINA, F. M., p. 52.

SILVA, A.M.S., p. 11.

STONE, S., p. 86.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

INFORMAÇÕES GERAIS

A **Revista Olho d'água** publica artigos inéditos de autores brasileiros ou estrangeiros.

Os artigos poderão ser redigidos em português, espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão. A revista se reserva o direito de publicar o artigo na língua original ou em tradução, de acordo com decisão de sua Comissão Editorial, desde que com a anuência do autor.

Ao enviar seu trabalho para a **Revista Olho d'água**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Encaminhamento. Os artigos devem ser enviados em três cópias impressas sem identificação, acompanhadas de cópia em CD-Rom. No mesmo envelope, deve ser enviada uma folha independente contendo a identificação do trabalho e do(s) autor(es) no seguinte formato: Título do trabalho; Autor(es) (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); Filiação científica do(s) autor(es) (Departamento – Instituto ou Faculdade – Universidade – sigla – CEP – Cidade – Estado – País), endereço postal e eletrônico.

Autores residentes fora do Brasil podem enviar seus artigos via e-mail. Além do arquivo com o artigo, deve-se incluir também um arquivo com a identificação do trabalho e do(s) autor(es).

FORMATAÇÃO. Os trabalhos devem ser digitados em Word for Windows, ou programa compatível, fonte Verdana, tamanho 11 (com exceção das citações e notas), espaço simples entre linhas e parágrafos, espaço duplo entre partes do texto. As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

EXTENSÃO. O artigo, configurado no formato acima, deve ter 25 páginas, no máximo.

ORGANIZAÇÃO. A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte seqüência: TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (com máximo de 300 palavras) e PALAVRAS-CHAVE (até 6 palavras); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, escritos no idioma do artigo; Texto; Agradecimentos; Referência bibliográfica do próprio artigo com título em inglês); REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto). Resumos, palavras-chave, em português e inglês, devem ser digitados em fonte Verdana, corpo 11. Notas de rodapé. As notas devem ser reduzidas ao mínimo e apresentadas no pé de página, utilizando-se os recursos do Word, em fonte tamanho 08, com a numeração acompanhando a ordem de aparecimento.

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas e outras devem atender às normas da ABNT (NBR 6023, de agosto de 2002).

CITAÇÕES DENTRO DO TEXTO. Nas citações feitas dentro do texto, de até três linhas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação (SILVA, 2000). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: "Silva (2000) assinala...". Quando for necessário, a especificação da(s) página(s) deverá seguir a data, separada por vírgula e precedida de "p." (SILVA, 2000, p. 100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

CITAÇÕES DESTACADAS DO TEXTO. As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 2 cm da margem esquerda do texto, em fonte Verdana tamanho 8,5 e sem aspas.

REFERÊNCIAS. As Referências, dispostas no final do texto, devem ser organizadas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor. Exemplos: livros e outras monografias (AUTOR, A. Título do livro. número da edição ed., Cidade: Editora, número de páginas p.), capítulos de livros (AUTOR, A. Título do capítulo. In: AUTOR, A. Título do livro. Cidade: Editora, Ano. p. X-Y), dissertações e teses (AUTOR, A. Título da dissertação/tese: subtítulo sem itálicos. número de folhas f. Ano. Dissertação/Tese (Mestrado/Doutorado em Área de Concentração) – Instituto/Faculdade, Universidade, Cidade, Ano), artigos em periódicos (AUTOR, A. Título do artigo. Nome do periódico, Cidade, v. volume, n. número, p. X-Y, Ano), trabalho publicado em Anais de congresso ou similar (AUTOR, A. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, número da edição ed., ano. Anais... Cidade: Instituição. p. X-Y).

ANÁLISE E JULGAMENTO

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo. Depois da análise, uma cópia dos pareceres será enviada aos autores. No caso dos trabalhos aceitos para publicação, os autores poderão introduzir eventuais modificações a partir das observações contidas nos pareceres.

Como a revista tem um limite de 15 artigos por número, quando necessário, serão escolhidos os artigos mais bem qualificados pelo Conselho Consultivo, de acordo com o interesse, a originalidade e a contribuição do artigo para a discussão da temática proposta.

ENDEREÇO

Revista Olho d'água - PPGLetras – UNESP/SJRP

IBILCE - UNESP/ São José do Rio Preto

Rua Cristóvão Colombo, 2265

15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil

E-mail: revistaolhodagua@yahoo.com.br

<http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br>

POLICY FOR SUBMITTING PAPERS

GENERAL INFORMATION

Revista Olho d'água publishes previously unpublished articles by Brazilian or foreign authors. As the issues are thematic, only papers that are pertinent to the established themes will be considered.

Papers may be written in any of the following languages: Portuguese, English, French, Italian, German or Spanish. The Editorial Board may decide to publish an article in the original language or to translate it into Portuguese, with the author's consent.

Should the work be accepted for publication, its copyright will automatically be transferred to **Revista Olho d'água**.

SUBMISSION OF PAPERS

Papers should be sent in CD-Rom together with three non-identified printed copies. A separate sheet should also be enclosed in the envelope with the following information: Title of the paper; Author(s) (in full, with just the surname in capital letters); the Author's institutional status (Department – Institution or Faculty – University – University acronym – postal code – City or Town – State – Country – postal and electronic addresses).

Contributors residing abroad may send papers by e-mail. In addition to the file containing the article, another file should be sent with the identification of the paper and the author.

FORMAT. Papers should be typed in Word for Windows (or compatible) Verdana 11 (except for quotations or footnotes), single line spacing and paragraphs, double line spacing between parts of the text. Pages should be formatted in A4, unnumbered, with 3 cm upper and left margins and 2 cm lower and right margins.

LENGTH. After being formatted according to the instructions above, the paper should be a maximum of 25 pages long.

ORGANISATION. Papers should be organised as follows: TITLE (centralised upper case); ABSTRACT (should not exceed 200 words) and KEYWORDS (up to 6 words), written in the language of the paper; Text; Acknowledgements; ABSTRACT and KEYWORDS in English; REFERENCES (only those works cited in the paper); abstract and keywords should be typed in Verdana 11. Footnotes. Footnotes should be kept to a minimum and placed at the bottom of the page, according to Word for Windows resources, typed in Verdana font 08, numbered according to order of appearance.

REFERENCES

Bibliographical and other references should follow the guidelines of the Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, NBR 6023, August 2002).

QUOTATIONS WITHIN THE BODY OF THE TEXT: the author's surname should be quoted in brackets, upper case, separated by a comma from the publication year (SILVA, 2000). If the author's name has been previously quoted in the text, only the date should be cited in brackets "Silva (2000) points out that...". When necessary, the page number should follow the year, separated by a comma and preceded by "p." (SILVA, 2000, p. 100). A lower case letter placed after the date without spacing should be utilised to identify quotations from different works by the same author published in the same year (SILVA, 2000a). If a work has two or three authors, all of them should be cited, separated by a semicolon (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); if a work has more than three authors, only the first is cited, followed by et al. (SILVA et al., 1960).

SEPARATE QUOTATIONS. First-hand quotations of three or more lines should be separated from the body of the text, with a 2 cm indentation in the left margin, no inverted commas and typed in Verdana font 8,5.

REFERENCES. Bibliographical references should be placed at the end of the text and organised in alphabetical order according to the first author's surname. Examples: books and other kinds of monographs (AUTHOR, A. Title of book. Number of edition ed. Place of Publication: Publisher, Year. Number of pages p.); book chapters (AUTHOR, A. Title of chapter. In: AUTHOR, A. Title of book. Place of Publication: Publisher, Year. p. X-Y); dissertations and theses (AUTHOR, A. Title of dissertation/thesis: nonitalicised subtitle. Number of pages p. Year. Dissertation/thesis (MA/BA/MSc/PhD) Institute/Faculty, University, City, Year); articles in journals (AUTHOR, A. Title of article. Journal name, Place of publication, v. volume, n. number, p. X-Y, Year); works published in annals of scientific meetings or equivalent (AUTHOR, A. Title of work. In: TITLE OF MEETING, Ordinal number of meeting, Year. Annals of... Place of publication: Institution. p. X-Y).

ANALYSIS AND APPROVAL

The Editorial Board will send submitted papers to at least two members of the Consultative Committee. After analysis, a copy of the decision will be sent to the author(s). In the case of works accepted for publication, the authors will occasionally be allowed to incorporate modifications in accordance with suggestions made by referees.

Since Revista de Letras UNESP has a limited number of articles (15) per issue, the best-qualified papers will be selected, according to their relevance, originality and contribution to the discussion of the proposed theme, at the Consultative Board's discretion.

ADDRESS

Revista Olho d'água - PPGLetras – UNESP/SJRP

IBILCE - UNESP/ São José do Rio Preto

Rua Cristóvão Colombo, 2265

15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brazil

E-mail: revistaolhodagua@yahoo.com.br

Internet: www.ibilce.unesp.br/posgraduacao/letras/revista_olhodagua.php